

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL (POSMEX)

A AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL PARA O FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA
BAIXA VERDE - PERNAMBUCO.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FILIPPE AUGUSTO XAVIER LIMA

Recife, PE, Brasil

2011

**A AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL PARA O FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA
BAIXA VERDE - PERNAMBUCO.**

FILIPPE AUGUSTO XAVIER LIMA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), Área de Concentração em Extensão Rural para o Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.**

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA LUIZA LINS E SILVA PIRES

Recife, PE, Brasil

2011

Ficha catalográfica

L732a Lima, Filipe Augusto Xavier
A agroecologia e extensão rural para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso do município de Santa Cruz da Baixa Verde – Pernambuco / Filipe Augusto Xavier Lima – 2011.
143 f. : il.

Orientadora: Maria Luiza Lins e Silva Pires
Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, 2011.
Inclui referências, anexos e apêndices.

1. Agricultura familiar 2. Agroecologia 3. Extensão rural
4. Transição agroecológica I. Pires, Maria Luiza Lins e Silva, orientadora II. Título

CDD 630.717

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Departamento de Educação

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex)

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado

**A AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL PARA O FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA
BAIXA VERDE - PERNAMBUCO.**

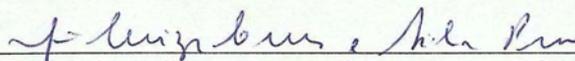
elaborada por

FILIPE AUGUSTO XAVIER LIMA

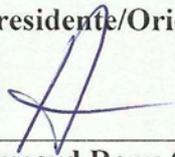
como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

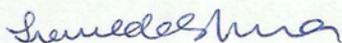
COMISSÃO EXAMINADORA:



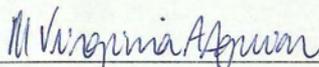
**Prof. Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires - POSMEX/UFRPE
(Presidente/Orientadora)**



**Dr. Bernard Roux (Inra/França)
(Examinador Externo)**



**Prof. Dra. Irenilda de Souza Lima – POSMEX/UFRPE
(Examinadora Interna)**



**Prof. Dra. Maria Virgínia de Almeida Aguiar – UFRPE
(Examinadora Externa)**

Recife, 30 de agosto de 2011.

AGRADECIMENTOS

Como se sabe, uma dissertação de mestrado é considerada um trabalho de coautoria entre o aluno e o seu orientador. Por isso, mas principalmente por sua importância de fato nessa caminhada, agradeço inicialmente a minha orientadora professora Maria Luiza Lins e Silva Pires, uma profissional respeitada, perfeccionista e muito preparada. Durante os dois anos que decorreram desde as ideias iniciais que deram origem ao projeto de pesquisa, pude contar com sua paciência e desfrutar de um intenso e verdadeiro aprendizado.

Neste período, tive também a oportunidade não só de conviver com professores e meus amigos de turma do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), mas também de poder trocar experiências e discutir temas direta ou indiretamente relacionados com este trabalho, que, por sinal, me foram de extrema valia.

Agradeço ao professor Angelo Brás Fernandes Callou, que me acolheu durante o estágio supervisionado obrigatório do Curso de Agronomia, me orientou em outras experiências acadêmicas e contribuiu com valiosas sugestões no exame de qualificação.

À professora Maria Virgínia Almeida Aguiar que também no momento da minha qualificação trouxe reflexões e indicações bibliográficas essenciais para o aprofundamento deste trabalho.

Agradeço aos colegas, professores e funcionários do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco pelo apoio à realização da pesquisa e pela convivência amigável em todos os momentos compartilhados.

Aos discentes e docentes do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, especialmente aos amigos Gustavo Silva Carreiro de Souza, Sandra Maria de Torres e aos professores Jorge Luiz Schirmer de Mattos, Irenilda de Souza Lima, Jorge Tavares e Marcos Figueiredo.

Dedico um agradecimento formal à Capes, que me concedeu bolsa no período entre setembro de 2009 e março de 2011.

Sou grato a minha pequena família, especialmente a minha mãe, Risalva, cujos esforços foram incalculáveis para que eu e meu irmão Diogo pudéssemos desfrutar de uma boa educação, proporcionando com isso possibilidades reais para a construção de nossos projetos de vida. Agradeço a Camila, pela paciência e compreensão.

Finalmente, agradeço aos agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde e suas famílias, pela colaboração e paciência ao repassar informações sobre sua forma de vida. Aos agricultores que tive a honra e o prazer de conversar e pesquisar, só tenho a dizer: muito obrigado!

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

A AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE - PERNAMBUCO.

AUTOR: FILIPE AUGUSTO XAVIER LIMA

ORIENTADORA: MARIA LUIZA LINS E SILVA PIRES

Data e Local da Defesa: Recife, 30 de agosto de 2011.

O presente trabalho tem como principal preocupação analisar o processo de transição dos sistemas de produção convencionais para os sistemas agroecológicos. Como está se dando a transição agroecológica entre os agricultores familiares? Quais as principais dificuldades enfrentadas nesse processo? Qual o papel das instituições que desenvolvem ações de assistência técnica e extensão rural? Para responder a essas questões, elegeu-se como eixo analítico a relação entre Agricultura Familiar, Agroecologia, Transição Agroecológica e Extensão Rural, e como objeto empírico a experiência de transição agroecológica dos agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, em Pernambuco. Por esse meio, foi possível identificar as dificuldades e potencialidades de estratégias de reprodução dos agricultores familiares de base agroecológica; avaliar as mudanças ocorridas no cotidiano das famílias; analisar as ações de extensão rural voltadas à Agroecologia desenvolvidas por organizações que apoiam os agricultores familiares; e traçar um perfil dos agricultores familiares envolvidos com o processo de transição agroecológica. Dentre os principais resultados da pesquisa, constatou-se que as questões relacionadas à saúde e ao bem-estar do produtor e de sua família e a possibilidade de alcançar maior rendimento com a atividade produtiva constituíam as principais motivações para a adesão à transição agroecológica. E que a falta de crédito e incentivos para o desenvolvimento da atividade agrícola em bases ecológicas, a insuficiente oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural e a persistência da presença do atravessador continuam sendo os principais obstáculos para o desenvolvimento da atividade. Estas são questões, entretanto, que, nos diversos discursos, não esmorecem as potencialidades contidas numa agricultura de base ecológica. O aumento da renda, a preservação ambiental da unidade familiar, a criação de espaços de comercialização por meio das feiras agroecológicas e a participação nos programas governamentais de aquisição de produtos sinalizam na direção das possibilidades contidas nesse processo. A importância deste trabalho está em poder contribuir para ampliar a compreensão em torno da relação entre Agroecologia e Agricultura Familiar, trazendo subsídios para as políticas de Extensão Rural.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Agroecologia. Extensão Rural. Transição Agroecológica.

ABSTRACT

Master Dissertation

Postgraduate Program in Rural Extension and Local Development (Posmex)

Federal Rural University of Pernambuco

AGROECOLOGY AND RURAL EXTENSION FOR THE STRENGTHENING OF FAMILY FARMING: THE CASE OF SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE CITY - PERNAMBUCO.

AUTHOR: FILIPE AUGUSTO XAVIER LIMA

TUTOR: MARIA LUIZA LINS E SILVA PIRES

Date and Place of Defense: Recife, 30th of August of 2011.

This paper's main concern is to analyze the process of transition from conventional production to agroecological systems. How is the agroecological transition happening among the family farmers? Which are the main difficulties in this process? What is the role of the institutions that develop technical assistance and rural extension? To answer these questions, the relationship between Family Farming, Agroecology and Rural Extension was chosen as analytical axis, and, as empiric object, the agroecologic transition experience of family farmers from the city of Santa Cruz da Baixa Verde, in Pernambuco. By these means, it was possible to identify the difficulties and potential reproductive strategies of family farmers from agroecological basis; evaluate the changes in the everyday life of families; analyze the rural extension actions aimed at Agroecology developed by organizations that support family farmers; and draw a profile of family farmers involved in the process of agroecological transition. Among the main results of the research, it was found that issues related to the producer and his family's health and welfare and the possibility of achieving greater financial return in production activities were the main motivations for joining the agroecological transition. It was also found that the lack of credit and incentives for the development of agricultural activity that follows ecological principles, the insufficient provision of technical assistance and rural extension and the persistence of the middlemen's presence are still the main obstacles to the development of the activity. These questions, however, that, in several speeches, do not fade the potential contained in an ecologic based agriculture. The income raise, the family unit environmental preservation, the creation of marketing spaces through agroecological trade fairs and the participation in governmental programs to purchase products indicate the direction of the possibilities contained in this process. The importance of this work is to contribute to broaden the understanding about the relationships between Agroecology and Family Farming, bringing benefits to the policies of Rural Extension.

Key words: Family Farming. Agroecology. Rural Extension. Agroecological Transition.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Síntese dos significados da Extensão Rural no Brasil atribuídos por Callou (2007a).....	50
Figura 2 - Mapa do Estado de Pernambuco.....	63
Figura 3 - Esquema das motivações para a realização da transição agroecológica do grupo pesquisado.....	107
Figura 4 - Procedência da renda familiar dos onze agricultores entrevistados.....	113
Figura 5 - Participação de produtos agropecuários na renda dos onze agricultores entrevistados.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Consequências da Revolução Verde sobre os estabelecimentos dos agricultores familiares, segundo seus depoimentos.....	65
Tabela 2 - Área média dos estabelecimentos dos agricultores entrevistados (em hectares)...	112
Tabela 3 - Condição em relação à posse da terra, ocupação e renda familiar.....	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abcar - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

Abong - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Acar-MG - Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural de Minas Gerais

Adagro - Agência de Defesa Agropecuária de Pernambuco

Adessu Baixa Verde - Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde

AIA - American International Association for Economic and Social Development

AID - Agência para o Desenvolvimento Internacional / Agency for International Development

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

ANC - Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região

Ater - Assistência Técnica e Extensão Rural

ASA - Articulação do Semi-Árido Brasileiro

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Cecor - Centro de Educação Comunitária Rural

CNPORG - Comissão Nacional da Produção Orgânica

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento

Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

Coopcafa - Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar Agroecológica

CPP - Comissão Pastoral dos Pescadores

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DED - Deutscher Entwicklungsdienst / Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social

DNTR - Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais

Ecocert - Organismo de Controle e Certificação

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Embrater - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EUA - Estados Unidos da América

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

Fast - Feira Agroecológica de Serra Talhada

Fetraf - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

Mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Minter - Mestrado Interinstitucional

MIP - Manejo Integrado de Pragas

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBD - Instituto Biodinâmico

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Icraf - International Centre for Research in Agroforestry / Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal

IMO – Instituto de Mercado Ecológico

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Agrônômico de Pernambuco

Itep - Instituto Tecnológico de Pernambuco

KNH - Kindernothilfe

OCS - Organização de Controle Social

ONGs - Organizações Não Governamentais

Opac - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

Pais - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

Pnae - Programa Nacional de Alimentação Escolar

Pnater - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Pnater - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronater - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

Provap - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

RT - Renda Total Agropecuária

SAF - Secretaria da Agricultura Familiar

SAFs - Sistemas Agroflorestais

Seap - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Serta - Serviço de Tecnologia Alternativo

Sibrater - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

Sisorg - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica

Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Sudepe - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

Tecpar - Instituto de Tecnologia do Paraná

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VBP - Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
OBJETIVOS.....	24
O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO.....	25
CAPÍTULO 1.....	29
ASPECTOS TEÓRICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA	
1.1 A ressignificação da agricultura familiar: da subalternidade à legitimidade social e econômica.....	29
1.2 A agricultura familiar no Brasil: importância e desafios.....	37
CAPÍTULO 2.....	43
AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA: AS BASES DA NOVA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)	
2.1 A trajetória da Extensão Rural brasileira: alguns pontos de destaque.....	43
2.2 A adoção da Agroecologia pela Extensão Rural brasileira.....	53
2.3 Transição agroecológica: elementos teóricos.....	58
CAPÍTULO 3.....	62
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: A EXPERIÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	
3.1 Contextualização do município de Santa Cruz da Baixa Verde.....	62
3.2 Historiando o processo de transição agroecológica de Santa Cruz da Baixa Verde.....	64
3.3 Transição agroecológica: elementos empíricos.....	68
3.4 O associativismo e o trabalho coletivo entre os agricultores.....	77
CAPÍTULO 4.....	82
O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS	
4.1 A Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde).....	82
4.2 O processo de certificação.....	86
4.3 O papel das Organizações Não Governamentais no contexto do desenvolvimento rural: os principais aspectos teóricos.....	91
4.4 O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá.....	94

4.5 O Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor).....	97
4.6 A Feira Agroecológica de Serra Talhada (Fast).....	99
4.7 A Extensão Rural Governamental e institucionalizada: A atuação do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) entre os agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde.....	101
CAPÍTULO 5.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICES.....	128
ANEXOS.....	137

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal preocupação analisar o processo de transição dos sistemas de produção convencionais para os sistemas agroecológicos, tendo como referência os agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, em Pernambuco.

A agricultura, ao longo do tempo, vem sofrendo modificações importantes, isto porque suas mais diversas formas e configurações resultam de complexas transformações, envolvendo a produção de alimentos, geração de emprego e renda, manutenção de paisagens e particularidades sociais em diferentes realidades agrárias.

Influenciadas por alterações políticas, socioeconômicas e culturais, as práticas agrícolas, técnicas de produção vegetal e animal estão em constante mudança. Na sua fase inicial, identificada como agricultura tradicional, também conhecida como agricultura primitiva, foi, ao longo dos anos, sendo substituída por outra, denominada agricultura convencional, descrita pelo conjunto de técnicas produtivas que surgiram no século 19, e caracterizada pelo uso abusivo de insumos e preocupação permanente com aplicação de tecnologias na produção.¹

A herança de tal modelo se fez presente no Brasil, particularmente a partir da década de 1960, quando o modelo convencional de agricultura foi grandemente estimulado pelas políticas de Extensão Rural, adotando os pressupostos do que se convencionou chamar de Revolução Verde. Tais pressupostos previam a adoção de pacotes tecnológicos apoiados no uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização, com vistas ao aumento da produtividade agrícola (ALMEIDA, 2009a, p.44).

A Revolução Verde foi, portanto, caracterizada pela implantação e a consolidação da indústria de bens de produção para a agricultura: tratores, implementos, fertilizantes e defensivos (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p.156), e como sinaliza Barbosa (2009, p.40), difundida rapidamente e apoiada por órgãos governamentais, universidades, centros de pesquisa agropecuária e pelas empresas produtoras de insumos (sementes híbridas,

¹ Para uma visão mais detalhada das transformações ocorridas na agricultura, conferir a obra *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea* (MAZOYER; ROUDART, 2010), em que os autores retratam as diversas formas de agricultura em várias regiões do mundo, desde o momento da domesticação de plantas e animais, no período neolítico, até o período marcado pelo que chamam de crise agrária contemporânea.

fertilizantes sintéticos e agrotóxicos). Como consequência, gerou-se uma especialização da produção através da monocultura, homogeneizando as propriedades e regiões em função de produtos que tivessem vantagens competitivas nos mercados (WEID, 1997 apud BARBOSA, 2009, p.40). Em estudos realizados sobre o tema, Balestro e Sauer (2009, p.8) responsabilizam o produtivismo no meio rural pelas graves consequências para as sociedades, como o êxodo rural, a ampliação da concentração fundiária e profundos impactos causados ao meio ambiente.

Questões essas que não vieram dissociadas de forte crítica no meio acadêmico e de mobilizações diversas no âmbito dos movimentos organizados. Na verdade, as iniciativas de contraposição ao modelo de desenvolvimento agrícola agroexportador e excludente, resultantes da Revolução Verde, intensificaram-se no Brasil, nas últimas décadas (BALEM; SILVEIRA, 2002, p.9). Almeida (2009b, p.55) destaca a ascensão e participação dos principais movimentos sociais do campo, que passaram a englobar, além de pautas relativas à reforma agrária, temas relacionados ao meio ambiente e à modernização da agricultura. É o conjunto dessas questões que vai constituir o centro das contestações e críticas ao modelo de agricultura dominante e excludente (ALMEIDA, 2009b).

Broch, Tortelli e Stédile (2009, p.153) enfatizam, inclusive, que as três maiores representações do movimento social do campo brasileiro – a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Contag), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – vêm articulando crescentemente suas pautas de lutas e intervenções em defesa de um novo projeto para o mundo rural, fundado na agricultura familiar e camponesa e na sustentabilidade socioambiental. Além disso, muitas Organizações Não Governamentais (ONGs) têm surgido no meio rural e trabalhado numa perspectiva mais humanista, igualitária e participativa, considerando a Agroecologia como um referencial para propor mudanças em direção à viabilização da agricultura familiar, no sentido de propiciar uma melhor distribuição de renda e a garantia da sustentabilidade ambiental (BALEM; SILVEIRA, 2002, p.9).

Os efeitos nefastos resultantes do período da Revolução Verde são descritos nas seguintes frases de Primavesi:

A tecnologia agrícola convencional, no mundo inteiro, leva os médios e pequenos agricultores à falência. Sem subsídios, a agricultura não sobrevive graças à tecnologia atual. É uma agricultura não sustentável: os governos se endividam, os agricultores vão falindo, os solos se estragam, tornando-se improdutivos, e os consumidores sofrem graças a uma alimentação pouco nutritiva, biologicamente deficiente. [...] O que torna a agricultura inviável são os preços dos insumos. [...] É o

resultado da tecnologia altamente químico-mecanizada implantada pela Revolução Verde. Desde então, parece que o destino dos pequenos agricultores são as favelas das grandes cidades (PRIMAVESI, 1992 apud PICINATTO, 2008, p.169).

Não sem razão, portanto, esta autora chama a atenção para a possibilidade de mudança do modelo e da tecnologia ali aplicada como uma alternativa viável para o agricultor (PRIMAVESI, 1992 apud PICINATTO, 2008). O fato é que, em oposição a esse modelo de agricultura convencional, surgiram vários estilos de agricultura dentro do que habitualmente se designa por agricultura alternativa. A agricultura biodinâmica, a orgânica, a biológica, a natural, a ecológica, a permacultura e a agroecológica, que mais recentemente passaram a ser chamadas de agriculturas de base ecológica e agriculturas sustentáveis, constituem alguns desses exemplos (EHLERS, 1996; COSTABEBER, 1998 apud SHENCKEL et al., 2004, p.3).

Ehlers (1999 apud Hespanhol 2008, p.125) afirma que se abriram novas perspectivas em termos de expansão das formas alternativas de agricultura, principalmente a partir dos anos 1980, quando a emergência da noção de desenvolvimento sustentável passou a ser agrupada, também, sob a denominação de agricultura sustentável. Neste sentido, os autores Theodoro, Duarte e Rocha (2009, p.21) destacam que, com o acúmulo de problemas ambientais, sociais e de produção, a adoção dos princípios da sustentabilidade na produção de alimentos seria fundamental para a manutenção da qualidade de vida, segurança alimentar e sustentabilidade dos ecossistemas. Tal preocupação, segundo Caporal e Costabeber (2007a), estimulou o surgimento de uma nova perspectiva de desenvolvimento rural e políticas voltadas para o rural, que incorporassem os princípios da sustentabilidade, incluindo a agricultura sustentável.

Atualmente, a Agroecologia é uma das opções que vêm sendo destacadas dentro do contexto de uma agricultura sustentável e economicamente rentável e promissora, pois, como observam Candioto, Carrijo e Oliveira (2008, p.223), além de produzir sem a dependência do uso de agrotóxicos, encontra-se destinada à subsistência e à qualidade de vida do agricultor familiar e de sua família, promovendo também sua inserção em um mercado de produtos orgânicos que vem se ampliando cada vez mais. Entretanto, a literatura especializada adverte que a Agroecologia não se orienta apenas pela busca por mercados de nichos,² nem se pauta tão-somente na substituição de insumos químicos por insumos orgânicos ou ecológicos.

² Pequeno comércio de produtos diferenciados, atendendo às preferências individuais ou de grupos de consumidores, em geral a um preço mais elevado (DEL GROSSI; GRAZIANO DA SILVA, 2002).

A corrente agroecológica é bem mais abrangente, e sugere a consolidação dos processos de manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis, numa perspectiva de análise sistêmica e multidimensional (CAPORAL; COSTABEBER, 2007b, p.17). Caporal e Costabeber (2007b) admitem que, diferentemente de procedimentos agrícolas que se orientam exclusivamente pelo mercado e pela expectativa de um bom desempenho econômico, as práticas de agriculturas sustentáveis se apoiam na ideia de justiça social e de proteção ambiental, contribuindo, assim, mais eficazmente para o desenvolvimento rural. Para Saquet (2008, p.143), a Agroecologia nos remete a uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, capaz de promover a inclusão social, proporcionando melhores condições econômicas aos agricultores, aliada à segurança alimentar dos próprios produtores e consumidores em geral.

Em essência, a literatura especializada admite que a Agroecologia vem se constituindo em um novo paradigma de desenvolvimento rural em todo o mundo, apresentando-se como uma ciência integradora de diferentes disciplinas científicas, sendo atribuída como sua principal característica a capacidade de se nutrir dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores, extensionistas e dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno local em suas ações (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p.2).

Enquanto novo paradigma, atribui-se à Agroecologia a capacidade de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental e da crise agrícola-ecológica presentes em nossa época (ALTIERI, 2009, p.19; CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p.2). O que, segundo Altieri (2009, p.23), se torna possível, porque a Agroecologia fornece as bases metodológicas para a compreensão, tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam.

No Brasil, segundo Schmitt (2009, p.179), a Agroecologia passou a se afirmar como uma referência conceitual e metodológica, sobretudo a partir da década de 1990, quando a incorporação dessa abordagem por uma parcela significativa das organizações da sociedade civil, ligadas às formas alternativas de agricultura, foi precedida por diversas críticas e contestações aos impactos sociais e ambientais gerados pela modernização conservadora da agricultura brasileira.

Tais discussões, como observam Petersen, Dal Soglio e Caporal (2009, p.85), têm se refletido no âmbito do ensino nas universidades e órgãos de pesquisa e extensão, revelando, segundo esses autores, a existência de sinais de mudança na academia diante dos efeitos

negativos da modernização agrícola sobre a sociedade e a natureza. Este fato vem contribuindo para que a Agroecologia venha ganhando cada vez mais espaço para a afirmação de um desenvolvimento rural menos predatório, através de um uso mais sustentável das terras e do meio ambiente (BALESTRO; SAUER, 2009, p.11).

Embora se reconheça que não existe um conceito inequívoco a respeito da Agroecologia, adota-se, no presente trabalho, a perspectiva que identifica a Agroecologia como um campo de conhecimento multidisciplinar capaz de garantir uma agricultura economicamente produtiva sustentável e, assim, capaz também de assegurar a alavancagem de processos de desenvolvimento rural sustentável (GLIESSMAN, 2001; CAPORAL; COSTABEBER, 2007a; 2007b).

Admitimos, à semelhança de Caporal (2009a, p.294), que o conceito de transição agroecológica assume uma dimensão central no âmbito das preocupações ligadas à Agroecologia. Para Caporal (2009a), a transição implica um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, têm como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção e de outros sistemas degradantes do meio ambiente, a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. O autor destaca ainda que, por se tratar de um processo social, ou seja, por depender da ação humana, a transição agroecológica implica não somente a busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, mas também uma mudança nas atitudes e valores dos atores envolvidos, seja nas suas relações sociais, seja nas suas atitudes com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais.

Caporal (2009a, p.294) também chama atenção para a complexidade tanto tecnológica como metodológica e organizacional que envolve o processo de transição agroecológica. Desta forma, não é fácil, nem rápida, a transição de agricultores convencionais para agroecológicos. Pois, como citado anteriormente, a transição agroecológica propõe processos de mudança social que implicam o reconhecimento de um saber próprio relacionado à produção agroecológica e a todo um procedimento de implementação de um processo produtivo em novas bases teórico-metodológicas. Além disso, requer soluções específicas para cada região particular, pois cada agroecossistema possui características ambientais, sociais, econômicas e culturais particulares, as quais precisam ser devidamente respeitadas (SCHENKEL et al., 2004, p.6). Schenkel et al. (2004) sublinham ainda que, nesses processos, além dos aspectos técnicos e econômicos, estão presentes outras dimensões, de ordem social, política, ecológica, ética e cultural em constante movimento e conflito.

Na mesma linha de análise, Costabeber (1998), em sua discussão sobre perspectiva agroecológica, identifica na transição um caráter multidisciplinar pautado nas necessidades e potencialidades locais, devendo o agricultor exercer o papel de sujeito ativo na determinação e construção de opções futuras. Argumenta, ainda, sobre a necessidade de buscar políticas públicas de pesquisa e de extensão para o que ele chama de “agroecologização.”

Para Balestro e Sauer (2009, p.12), a transição agroecológica propõe mudanças nos principais circuitos de produção e consumo de alimentos, atingindo diretamente a soberania e segurança alimentar. Neste sentido, os gastos excessivos com insumos externos e a diminuição nos lucros dos produtores, além do esgotamento do paradigma da Revolução Verde, podem ser uma grande motivação para a transição agroecológica entre os agricultores (BALESTRO; SAUER, 2009). Além disso, Altieri (2009, p.111) ressalta que muitos agricultores podem não adotar os sistemas alternativos se não enxergarem uma boa perspectiva financeira, seja através do aumento da produção, seja através da redução dos custos da produção. O autor explica que a adoção de diferentes posturas dependerá, primeiramente, da percepção do agricultor acerca dos benefícios a curto e médio prazo da agricultura sustentável.

A agricultura familiar, por sua vez, protagonista de várias experiências com a Agroecologia, constitui foco de interesse particular neste trabalho. Discute-se, na literatura, que a agricultura familiar sofreu uma série de renovações em seu significado ao longo dos anos. A literatura revela também diferentes denominações para esse segmento, tais como: campesinato, agricultura camponesa, pequena produção, agricultura familiar, produção familiar rural e produção (familiar) coletiva. Neste sentido, de acordo com Wanderley (2009a, p.156), a agricultura familiar é uma “categoria genérica” pelas situações e diversidades que incorpora. Referindo-se particularmente ao campesinato, a autora considera que se trata de uma de suas formas sociais da agricultura familiar, identificando-se na mesma relação família-trabalho-produção presente na agricultura familiar.

Mendras (1976 apud LAMARCHE 1993; WANDERLEY, 2009a) identifica cinco elementos característicos das sociedades camponesas: uma relativa autonomia em relação à sociedade como um todo; a importância estrutural dos grupos domésticos; um sistema

econômico de autarquia relativa; uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.³

Por sua vez, Neves (2002, p.137 apud SCHMITZ; MOTA, 2010, p.30) argumenta que a agricultura familiar está ligada à redemocratização e às diversas categorias sociais do campo que foram agrupadas neste segmento, tornando-se uma categoria de engajamento político na construção de novas posições sociais. A literatura destaca ainda que muitas das qualidades atribuídas ao campesinato caracterizam também a agricultura familiar, mas que com o desenvolvimento da sociedade moderna, a tendência é a emergência de um agricultor familiar moderno (WANDERLEY, 2009a).

Para Ploeg (2006, 2008 apud SABORIN, 2009, p.32), trata-se, então, da agricultura camponesa moderna, qualificada pela articulação estreita entre a produção e as relações sociais. Segundo o autor, esta é a condição camponesa, definida por seis características: uma relação de coprodução com a natureza; a construção e autogestão de uma base autônoma de recursos próprios (terra, fertilidade, trabalho, capital); uma relação diferenciada com mercados diversificados, autorizando certa autonomia; um projeto de sobrevivência e resistência ligado à reprodução da unidade familiar; a pluriatividade; a cooperação e as relações de reciprocidade.

Fugindo aos propósitos deste trabalho, numa discussão mais aprofundada das possíveis especificidades dos termos – agricultores familiares, camponeses ou agricultores familiares camponeses –, adotamos a forma originalmente utilizada pelos diversos autores. Vale salientar, entretanto, que qualquer que seja a nomenclatura, referimo-nos a uma categoria que se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família (WANDERLEY, 2009a, p.156), e que se caracteriza pelo seu caráter multifuncional.

A respeito da multifuncionalidade da agricultura, Laurent (2000 apud FROEHLICH et al., 2004, p.2) afirma que, de um modo geral, ela está relacionada ao reconhecimento de que a agricultura e os agricultores não são responsáveis apenas pela produção agropecuária, ou seja, incorporam-se novas funções à sua dinâmica, dentre as quais se destacam: a garantia da qualidade dos alimentos; a manutenção da produtividade do solo; a conservação das características paisagísticas das regiões; a proteção ambiental no meio rural; a manutenção de

³ Para uma exposição dos elementos analíticos do modelo de Mendras, consultar o completo trabalho de Wanderley (2009a).

um tecido econômico e social rural; a conservação do capital cultural; e a diversificação das atividades rurais.

Ainda de acordo com Laurent (2000 apud SCHMIDT, 2003, p.44), a definição de multifuncionalidade está relacionada a um projeto de sociedade, onde se incluem as funções econômicas, sociais e ambientais da agricultura. De forma semelhante, Carneiro e Maluf (2003, p.19) consideram que a abordagem da multifuncionalidade valoriza as peculiaridades do agrícola e do rural, na medida em que extrapola a noção de agricultura apenas como produtora de bens agrícolas, ampliando o campo de suas funções sociais, como por exemplo, tornando-se responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos e biodiversidade) do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos.⁴

A introdução da multifuncionalidade no âmbito dos estudos sobre a agricultura familiar vem permitindo analisar a interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social, na medida em que considera, além dos componentes econômicos, aspectos relacionados ao meio ambiente, à segurança alimentar e ao patrimônio cultural (MALUF, 2002 apud CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009b, p.47).

Para Cazella, Bonnal e Maluf (2009b), a noção da multifuncionalidade torna-se útil à realidade brasileira, quando considerada como um instrumento de análise dos processos sociais agrários, capaz de avaliar aspectos econômicos, dinâmicas e fatos sociais presentes na agricultura, envolvendo as famílias rurais, o território, a sociedade e as políticas públicas. No que diz respeito particularmente à Agroecologia, a multifuncionalidade se expressa ao se contemplar as dimensões social e ambiental mais do que a dimensão econômica (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009c, p.296).

Neste sentido, a agricultura familiar camponesa assumiria, na perspectiva de Petersen, Dal Soglio e Caporal (2009, p.92), a capacidade de valorizar os recursos locais (naturais e socioinstitucionais), de criar alternativas para a sua reprodução, agindo como um mecanismo social que atua contra a desterritorialização de suas comunidades e a expropriação de seus meios de vida. Como admitem ainda esses autores, tal mecanismo funda-se na busca por uma

⁴ Sobre este tema, merece destaque a coletânea organizada por Cazella, Bonnal e Maluf (2009), em que os autores apresentam estudos de caso relacionados ao tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil. Consulte-se também o trabalho de Carneiro e Maluf (2003).

melhor adequação entre estes recursos e as pretensões das famílias e comunidades agricultoras.

Ploeg (2009, p.20) acrescenta que a produção camponesa tem como objetivos: a reprodução, a melhoria e ampliação do capital ecológico; a produção de excedentes comercializáveis (por meio do uso do capital ecológico disponível); e a criação de redes e arranjos institucionais que permitam, tanto a produção como sua reprodução. Seguindo essa perspectiva, Schmitt (2009, p.195) reconhece que as abordagens agroecológicas contidas na transição para uma agricultura sustentável acrescentam a essa discussão um conjunto de reflexões acerca da ligação existente entre as formas produtivas e de organização social características da agricultura familiar e camponesa e o manejo ecológico dos agroecossistemas. Razão pela qual estima-se, segundo a autora, que a transição agroecológica possa permitir o fortalecimento de uma agricultura de base familiar, alicerçada no uso múltiplo dos recursos naturais e no potencial endógeno. Questões, como ressaltado na literatura, que dependem do grau de participação das próprias organizações da agricultura familiar, particularmente no que diz respeito à possibilidade de dinamizar redes sociotécnicas capazes de mobilizar agricultores e comunidades em torno dos processos de inovação agroecológica (PETERSEN; DAL SOGLIO; CAPORAL, 2009, p.86).

Na esfera governamental, atualmente, a nova proposta de Extensão Rural que está sendo desenvolvida no País tem como premissa básica a superação do antigo modelo de extensão difusionista-inovador, pautada na urgência de novos enfoques metodológicos e construção de outro paradigma tecnológico, ao centrar suas preocupações na relação entre agricultura familiar e Agroecologia (BRASIL, 2004a; 2004b), como será analisado no segundo capítulo deste trabalho.

É, portanto, dentro desse cenário teórico-metodológico que emergem as questões que norteiam esta pesquisa: Como está se dando a transição agroecológica entre os agricultores familiares? Quais as principais dificuldades enfrentadas neste processo? Qual o papel das instituições que desenvolvem ações de assistência técnica e extensão rural (Ater) neste processo?

Na tentativa de responder ao desafio proposto, o presente trabalho apresenta como referência empírica um estudo de caso circunscrito no município de Santa Cruz da Baixa Verde – Pernambuco, região Nordeste do Brasil. Este município é particularmente ilustrativo para nossa pesquisa, por contar com 55% de sua população inserida no meio rural (IBGE,

2010). Alguns agricultores do município estão passando por um estágio de transição agroecológica, parte deles em níveis mais avançados e outros de forma ainda incipiente.

Esses agricultores participaram de um processo de transição agroecológica que contou inicialmente com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Triunfo, do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (Deutscher Entwicklungsdienst – DED)⁵ e do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, durante a década de 1990. Os agricultores tinham, dentre seus objetivos: desenvolver atividades agrícolas que gerassem renda e preservassem o meio ambiente, promover a organização dos agricultores, trabalhar o processo de beneficiamento e comercialização da produção e incentivar a integração de jovens e mulheres ao trabalho.

Cabe destacar que esse processo de transição agroecológica coincide com uma conjuntura de desmantelamento das políticas públicas de Extensão Rural no Brasil. A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) é extinta em 1990 e, com ela, é desativado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), comprometendo enormemente os serviços de Ater realizados no País. Nesse contexto, foram ganhando força as organizações não governamentais voltadas para a agricultura e entidades de apoio e assessoria ao movimento de trabalhadores rurais (TELLES, 2009, p.137), a exemplo do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, fundado em 1993, que trabalha para a promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da Agroecologia.

Foi, portanto, numa situação de abandono gerada pela inoperância das políticas públicas e vitimada pelas sequelas de um modelo difusionista inovador que surgiram os alicerces de construção do processo de transição agroecológica dos agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, base de discussão deste trabalho.

⁵ Trata-se de uma instituição de cooperação internacional do Governo Alemão, fundada em 1963, cujo objetivo principal é fortalecer, em parceria com entidades nacionais, as capacidades das populações para melhorar suas condições de vida, promovendo o desenvolvimento sustentável.

OBJETIVOS

No contexto da realidade aqui apresentada, esta pesquisa tem como objetivo geral:

Analisar o processo de transição dos sistemas de produção convencionais para os sistemas agroecológicos, tendo como referência os agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, em Pernambuco.

Constituem-se como objetivos específicos:

- Identificar as dificuldades e potencialidades de estratégias de reprodução dos agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde;
- Acompanhar, durante o período de realização desta pesquisa, o processo de transição agroecológica das propriedades rurais no município de Santa Cruz da Baixa Verde, avaliando as mudanças ocorridas no cotidiano das famílias;
- Analisar as ações de extensão rural voltadas à Agroecologia desenvolvidas por organizações governamentais e não governamentais que apoiam os agricultores familiares do município;
- Traçar um perfil dos agricultores familiares envolvidos com o processo de transição agroecológica do município.

A relevância deste trabalho está na possibilidade de contribuir para a compreensão e aprofundamento teórico em torno dos aspectos relacionados à agricultura familiar, e a adoção de uma estratégia de base ecológica na produção, comercialização e geração de renda, trazendo subsídios para as políticas de Extensão Rural voltadas aos agricultores familiares.

O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

Do ponto de vista metodológico, foi realizada uma revisão bibliográfica nas áreas de conhecimento relacionadas à agricultura familiar, Agroecologia, Transição Agroecológica e Extensão Rural. A pesquisa bibliográfica segue as orientações de Gil (1996), no sentido de observar, fundamentalmente, as contribuições já existentes dos diversos autores sobre um determinado assunto, de acordo com os objetivos da pesquisa.

No que diz respeito particularmente à Agroecologia, a proposta metodológica presente neste trabalho tomou como referência conceitual os aportes teóricos de Gliessman (2001), para quem a Agroecologia é assumida como “ciência que proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura consistente, altamente produtiva e economicamente viável,” e as contribuições de Caporal e Costabeber (2007a; 2007b), que situam a Agroecologia como um campo de conhecimento de natureza multidisciplinar, capaz de proporcionar as bases científicas para apoiar o processo de transição do modelo convencional para estilos de agricultura de base ecológica ou sustentável, assim como do modelo convencional a processos de desenvolvimento rural sustentável.

Para dar suporte empírico a essa dimensão conceitual, elegeu-se como estudo de caso um grupo de agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde – Pernambuco, que vem vivenciando, desde a década de 1990, um processo de transição agroecológica. O estudo de caso constitui, como observa Ventura (2007), uma forma de delimitar o universo que será estudado, tornando-se necessário, assim, dentro de um processo de investigação.

Mesmo admitindo os limites do estudo de caso, especialmente no que se refere à generalização dos resultados obtidos e na possibilidade de que a unidade escolhida para a investigação seja bastante atípica em relação às muitas da sua espécie, Ventura (2007) aponta que as vantagens dos estudos de caso estão em estimular novas descobertas, em função da flexibilidade do seu planejamento; enfatizar a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo; e apresentar simplicidade nos procedimentos, além de permitir uma análise em profundidade dos processos e das relações entre eles.

Chizzotti (2001) afirma que o estudo de caso se define pela caracterização abrangente que se tem para designar uma diversidade de pesquisas em que se coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos, a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de

uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora.

Para Gil (1996), o estudo de caso é um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que possa permitir conhecimentos amplos e detalhados da pesquisa. De forma semelhante, Silva (2003, p.63) assinala que o estudo de caso é aquele que analisa um ou poucos fatos de forma mais aprofundada, obtendo maior incidência em pesquisas de base exploratória ou no início de pesquisas mais complexas. Neste sentido, o estudo de caso representa uma investigação empírica, pautada na investigação de um fenômeno no seu contexto real. A investigação empírica, neste caso, compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados (YIN, 2001).

A pesquisa empírica realizou-se por meio de visitas aos agricultores do município de Santa Cruz da Baixa Verde para observação direta da rotina dos trabalhos de produção e comercialização ali desenvolvidos. Na etapa exploratória, realizaram-se conversas informais com quatro agricultores, com o presidente e o secretário da Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde) e com três técnicos extensionistas que viveram a organização e a consolidação do processo de transição agroecológica ocorrido em Santa Cruz da Baixa Verde.

Ainda foram realizados levantamentos de dados em acervos das Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam no processo de transição agroecológica do município, a fim de realizar a identificação das estratégias desenvolvidas para a ampliação das práticas agroecológicas e o fortalecimento da agricultura familiar no município. A identificação dessas estratégias foi realizada em um primeiro momento, via internet, ou através de catálogos de projetos em andamento das ONGs Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá e Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor). Este levantamento pôde ser complementado através de conversas informais com gestores, assessores e técnicos envolvidos com essas ONGs. Foram também levantadas as reivindicações dos agricultores familiares às instituições governamentais e não governamentais, no que diz respeito aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Foi realizado, num primeiro momento, um diagnóstico da atual situação em que se encontram os produtores do município, com relação aos seus aspectos produtivos, de comercialização e de organização, utilizando dados fornecidos por fontes secundárias, como o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, o Instituto Agrônomo de Pernambuco

(IPA), além da Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde).

Esta última, particularmente, dispõe de cadastros de produtores atualizados, com informações, como localização/endereço das unidades produtivas do município de Santa Cruz da Baixa Verde, caracterizando-se, dessa forma, como um veículo importante para a execução da pesquisa. Foram realizadas conversas grupais e entrevistas baseadas em roteiros semiestruturados (APÊNDICES A e B), nos dias 11, 26 e 27 de março de 2011, como forma de permitir o atendimento dos objetivos propostos neste estudo.

De um universo de 45 agricultores familiares ligados à Adessu Baixa Verde, 16 residem no município de Santa Cruz da Baixa Verde. Destes, 11 participaram do universo dos entrevistados da pesquisa, representando, portanto, um percentual de 24,44% dos agricultores associados à Adessu Baixa Verde. As entrevistas aconteceram com os representantes destas 11 famílias nas suas propriedades e na sede da Adessu, local onde costumam se reunir (APÊNDICE C). Ao mesmo tempo, foram feitos registros fotográficos da comercialização dos produtos dos agricultores familiares na Feira Agroecológica realizada no município de Serra Talhada (APÊNDICE D).

Entretanto, corroboramos a ideia de Deslandes (2002, p.43) para a pesquisa qualitativa, quando afirma que “a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir a sua representatividade.” Para Minayo (1992, apud DESLANDES 2002, p.43), “a amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.” Deste modo, seguindo a orientação de Deslandes (2002), incluímos os entrevistados a partir de critérios de saturação, ou seja, quando os dados e informações relacionados ao processo de transição agroecológica do município de Santa Cruz da Baixa Verde ficaram repetitivos nas respostas dos agricultores entrevistados.

Obtivemos uma amostra bastante heterogênea, na medida em que, dentre os entrevistados, incluem-se tanto agricultores associados desde a fundação da Adessu e do início do processo de transição agroecológica na década de 1990, como aqueles que participam há apenas dois anos desse mesmo processo. Além disso, é importante ressaltar que nos representantes das famílias entrevistadas, houve a preocupação também de incluir mulheres e jovens entre os informantes, embora este trabalho não tenha por objetivo analisar questões referentes à juventude e de gênero. A sua inclusão deveu-se à possibilidade de ampliar o leque de informação, incluindo outros olhares.

Também foram realizadas entrevistas com os dois técnicos extensionistas que atualmente atuam na região, sendo um de organização governamental (Extensionista 1 – IPA) e outro de organização não governamental (Extensionista 2 – Centro Sabiá). Neste caso, o objetivo foi acompanhar as dificuldades identificadas pelos técnicos, na implementação do processo de transição agroecológica entre os agricultores familiares do município estudado e a forma como eles estão colocando em prática os princípios da Agroecologia presentes na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).

Esta dissertação é composta por cinco capítulos. O primeiro apresenta os principais aspectos relacionados à agricultura familiar e camponesa, tais como conceito, importância, processo de legitimação social e política dessa categoria e distinções da agricultura familiar diante da patronal, fazendo um recorte sobre as suas características no Brasil e na região Nordeste.

O segundo capítulo faz uma breve recuperação histórica da trajetória da Extensão Rural brasileira, destacando alguns dos significados a ela atribuídos. Também é feita uma revisão sobre conceitos e princípios da Agroecologia e do processo de transição agroecológica, situando de que forma eles foram incorporados à nova Pnater.

O terceiro analisa o processo de transição agroecológica desenvolvido pelos agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, bem como os fatores que motivaram o grupo pela opção agroecológica. Este capítulo destaca também a relação entre a transição agroecológica; os sistemas agroflorestais; as principais práticas agroecológicas que são desenvolvidas pelos agricultores do município, bem como chama a atenção para a importância das práticas associativas e do trabalho coletivo entre os agricultores. Os aspectos socioeconômico-culturais desse município são também aqui considerados.

No quarto capítulo, serão apresentadas as organizações envolvidas no processo de transição junto aos agricultores a partir dos serviços de Extensão Rural que vêm sendo realizados no município, destacando o papel de cada uma delas no processo.

Finalmente, no último capítulo, serão destacados os principais pontos discutidos neste trabalho, bem como apontadas as possibilidades de trabalhos futuros.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS TEÓRICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA

1.1 A ressignificação da agricultura familiar: da subalternidade à legitimidade social e econômica

Constata-se, na literatura especializada, uma preocupação crescente com as formas sociais de produção, em que se incluem diferentes categorias da agricultura familiar e sua reprodução. Tal preocupação torna-se particularmente visível num momento em que, no Brasil, passa-se a atribuir grande importância à agricultura familiar.

De acordo com Schneider (2006, p.1), a discussão sobre agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no País, passando a ser utilizada com mais frequência pelos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, principalmente pelos estudiosos das ciências sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural.

Na esfera governamental, uma importante estratégia, para o reconhecimento da agricultura familiar, foi a criação da Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Esta norma constituiu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, estabelecendo conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Para efeito desta lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural, aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não possuir, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família⁶ (BRASIL, 2006).

⁶ Para uma melhor compreensão sobre a legislação brasileira voltada para a agricultura familiar, consulte-se também a Lei Nº 4.504 de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências, e a Lei Nº 8.629,

Em todo o mundo, a agricultura familiar desempenha um importante papel no abastecimento e na segurança alimentar. Mesmo com os constantes desafios e crises enfrentadas ao longo da sua história, é indiscutível o seu valor neste sentido. Ploeg (2009) destaca que os camponeses são a maior parcela, senão a grande maioria da população agrícola no mundo, contribuindo para a produção de alimentos, para a geração de emprego e renda, para a sustentabilidade e para o desenvolvimento nas mais diversas realidades históricas. Para ele, faz-se necessária, no caso, uma maior reflexão sobre a importância em se valorizar o modo camponês de produção, principalmente hoje em dia.

Especialmente sob as condições atuais (crise econômica e financeira global que se combina com crises alimentares periódicas), o modo de produção camponês deve ser valorizado como um dos principais elementos de qualquer que seja o projeto adotado para fazer frente aos dilemas atuais (PLOEG, 2009, p.17).

Como admite Wanderley (2001a, p.21), a agricultura familiar, embora tenha sofrido várias denominações ao longo do tempo, não é um fenômeno novo. Contudo, nos últimos anos, sublinha essa autora, a agricultura familiar tem adquirido aspecto de renovação quando se considera a utilização, significado e abrangência do termo, a sua importância social e econômica e as políticas que vêm sendo elaboradas para esse público específico.

De acordo com Carneiro (1999, p.329), apesar das divergências quanto aos seus princípios definidores, é possível reconhecer um consenso: “por agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados.” Significando que, para a autora, uma vez sustentada por tal relação, a unidade familiar apresentaria maior margem de negociação interna na elaboração de caminhos alternativos de reprodução social e maior autonomia do agricultor familiar quando comparado ao trabalhador assalariado, frente à formulação de estratégias reprodutivas e articulação com as condições externas (CARNEIRO, 2008, p.259).

De acordo com Wanderley (2001a; 2001b), o caráter familiar não constitui um detalhe superficial ou meramente descritivo, na medida em que a associação de família, produção e trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. Apesar disso, esta autora reconhece que a combinação entre propriedade e

de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.

trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 2001a, p.23). Não é sem razão, portanto, que Wilkinson (2008, p.26) se refere à agricultura familiar como uma categoria elástica. Este autor chama a atenção para a heterogeneidade presente nesse grupo, que vai desde a agricultura de subsistência à monocultura altamente tecnificada.

Hughes Lamarche (1993, p.14), coordenador de um estudo comparativo internacional no qual o Brasil esteve incluído, adota o termo “exploração familiar,” identificando-o também como uma unidade de produção agrícola em que propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. Em sua análise, Lamarche ressalta a importância das explorações familiares na produção agrícola dos países, independentemente de suas especificidades sociopolíticas históricas.⁷ Diz ele:

Independentemente de quais sejam os sistemas sociopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa na produção (p.13).

Sabourin (2009, p.42), por sua vez, chama a atenção para o fato de a agricultura familiar e camponesa marcar presença em todas e quaisquer formas de produção que sejam destinadas ao mercado interno ou externo. Isso significa dizer que a agricultura familiar desempenha um importante papel não só para a região na qual são desenvolvidas as suas atividades primárias, em nível local, mas para diversas outras localidades, através das operações de exportação e importação, tão comuns entre os mercados, num contexto de globalização da economia. O que, por conseguinte, permite que os produtos procedentes da agricultura familiar possam estar presentes, tanto em pequenas feiras agropecuárias regionais como nas prateleiras das principais redes de supermercados mundiais.

Segundo Wanderley (2001b), o dinamismo da agricultura familiar depende, efetivamente, de fatores que estimulem a sua permanência no meio rural, como, por exemplo, as perspectivas favoráveis da produção agrícola local e de suas atividades vinculadas aos processos de transformação e comercialização. Para ela, trata-se, em grande parte, de estratégias de sobrevivência adotadas pelos camponeses, que passam pelas intensas e indispensáveis relações com o comércio local e os mercados externos.

⁷ Os outros países incluídos no estudo comparativo foram Canadá, França, Tunísia e Polônia. Segundo Lamarche (1993, p.23), “A exploração deve ser analisada em seu conjunto, ou seja: tendo em conta diversas entidades que a estruturam. Compreender seu funcionamento significa colocar em evidência as diferentes lógicas em função das quais o agricultor determina suas escolhas fundamentais.”

Mesmo que se admita um avanço em relação ao reconhecimento da sua importância por parte da sociedade, a agricultura familiar, de maneira geral, ainda aparece associada às noções de pequena propriedade e pequena produção. Não se deve, porém, confundir ou reduzir essa agricultura familiar à, tão-somente, agricultura de subsistência, produtora exclusiva de alimentos ou tecnologicamente atrasada (HOMEM DE MELO, 2001), pois, como se sabe, existem várias tipologias de agricultores familiares, e em diferentes realidades sociais e produtivas, que variam desde aquelas pouco tecnificadas, com baixa capitalização e difícil acesso a linhas de créditos e aos serviços de assistência técnica e extensão rural, até aqueles com grande capacidade de imersão financeira e tecnológica e bem inseridos na dinâmica produtiva, repercutindo em um bom desempenho econômico.

Neste sentido, a literatura destaca que a ênfase dada à agricultura familiar, no meio acadêmico e na esfera governamental nos anos 1990, é responsabilizada, inclusive, por contribuir para a mudança do rumo do desenvolvimento rural no País. É nesse período que o movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) passou a se organizar e direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009, p.22).

Além disso, é também nesse período que os estudos realizados conjuntamente pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) definem, com maior precisão conceitual, a agricultura familiar e, mais ainda, estabelecem um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos grupos de agricultores familiares (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009).

Nesta perspectiva, na esfera das políticas públicas, em 1994, como consequência das reivindicações advindas da DNTR/CUT já citadas, ocorre a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), que operava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009).

Esse programa foi o embrião da primeira e mais importante política pública destinada aos agricultores familiares no Brasil: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, e que representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades da agricultura familiar como categoria social

(SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009, p.23). Isto porque, até aquele momento não existia nenhum tipo de política pública especial, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades desse segmento social da agricultura. Os critérios estabelecidos pelo Pronaf para delimitar a agricultura familiar são citados a seguir:

São considerados agricultores familiares aqueles que, sob qualquer modalidade jurídica de posse de terra, desde que não tenham área superior a quatro módulos fiscais (unidade de medida), que obtenham renda predominantemente da exploração do estabelecimento agropecuário, que residam na propriedade ou em aglomerado urbano próximo, contratação de mão de obra eventual (FAVARETO, 2007, p.52).

Entretanto, de acordo com a literatura especializada, o conceito de agricultura familiar está em constante processo de construção e reconstrução de significados, e as suas características e particularidades vêm sendo assimiladas, paulatinamente, no Brasil. O que se observa, de um modo geral, é que hoje existe um esforço maior em se resgatar o valor socioeconômico dessa categoria, que no Brasil foi historicamente vitimada por cenários tão adversos para sua reprodução social (WANDERLEY, 2009b).

De acordo com Guanzirolí et al. (2001, p.116), a agricultura familiar traduz sistemas complexos de produção, na medida em que é capaz de combinar várias culturas, criações animais e transformações primárias, tanto para o consumo da família como para o mercado. Em seu trabalho *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI*, os autores consideram que a característica que melhor define os produtores familiares diz respeito ao fato de sua produção ser pautada na mão de obra familiar (GUANZIROLI et al., 2001).

Para Schneider (2000, p.8), a agricultura familiar abrange um grupo social que convive em um mesmo espaço, tendo sua unidade produtiva como um bem comum. É nessa condição que o agricultor familiar discute e organiza suas estratégias de reprodução, evitando, por diversas vezes, que membros de sua família venham a sofrer formas capitalistas de exploração do seu trabalho em outros ramos de atividades. É dentro dessa lógica também que o agricultor familiar define as participações individuais e coletivas relacionadas ao emprego da mão de obra familiar e a inserção produtiva e social de cada membro da família.

Wanderley (2000, p.69), ao analisar a emergência de uma “nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas,” destaca que a dinâmica dessas sociedades, constituída no desenvolvimento do capitalismo e pautada essencialmente em processos de industrialização e urbanização, fez com que duas interpretações pudessem emergir a partir desses processos. A

primeira apoiada na ideia de que tal processo acarretaria o desaparecimento completo das sociedades camponesas, restando à agricultura incluir-se como um simples campo de aplicação do capital, como ocorre em qualquer outro setor de investimento. Tal situação implicaria uma progressiva decomposição do campesinato e o fortalecimento de novas classes sociais capitalistas no campo, o que, por conseguinte, tenderia a transformar o camponês em agricultor, reconhecido agora como uma profissão específica e não mais pelo seu modo de vida (WANDERLEY, 2000).

Outra interpretação, em vistas ao mesmo processo de modernização, reconhece, como afirma Wanderley (2000), que as transformações sociais resultantes de processos sociais mais globais das sociedades redefinem as questões referentes à relação campo/cidade, mas que, apesar disso, não são capazes de anular ou provocar o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais. Ou seja, tais transformações, segundo a autora, não seriam capazes de reduzir o lugar e a importância (social, cultural e política) do agricultor nas sociedades. Dessa forma, mesmo com o reconhecimento da emergência de um agricultor moderno, em relação à sua história camponesa, Wanderley (2000) argumenta que, particularmente, os agricultores familiares, especialmente aqueles dos países de capitalismo avançado, conservam importantes laços de ordem social e simbólica, nos quais permanecem a natureza e a tradição camponesa recebida de seus antepassados.

Assim sendo, o importante é ressaltar, como destaca ainda Wanderley (2009b), que entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma transformação radical que possa culminar no surgimento de uma nova classe social ou num novo segmento de agricultores gerados pelo Estado ou pelas exigências do mercado, em substituição aos camponeses e suas tradições. Para Wanderley (2009b), trata-se de categorias equivalentes, em que o adjetivo familiar “visa basicamente reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da centralidade da família e da construção de seu patrimônio.” Nesse sentido, diz a autora:

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. Esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que fala Jollivet), na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão (WANDERLEY, 2009b, p.41).

Em sua obra *Sociedades Camponesas*, Wolf (1970) relata, com muita propriedade, o significado e a dinâmica de vida dos camponeses, ao caracterizá-los como grupos de cultivadores rurais, distanciando-os da condição de empresários ou fazendeiros, uma vez que sustentam uma família e não uma empresa. Para este autor, embora os camponeses produzam para o sustento da própria família, podem ter seus excedentes produtivos transferidos para os grupos sociais cuja alimentação depende basicamente do campesinato (WOLF, 1970).

Nessa mesma lógica, Kroeber (1948 apud SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLES DE MOLINA, 2005, p.55) define a sociedade camponesa como uma forma de organização social com estruturas impreterivelmente rurais, já que mesmo com a existência de uma comum e frequente relação com os mercados das grandes cidades e centros urbanos, suas unidades locais preservam a velha identidade camponesa, integração e apego à terra e aos cultivos.

Nesses termos, existem alguns condicionantes que podem influenciar diretamente na dinâmica de reprodução da agricultura familiar, de forma negativa ou positiva, como conflitos com outros grupos sociais, seu contexto político institucional e sua capacidade de se ajustar aos meios de produção e desenvolvê-los de maneira eficiente. Por isso, Balem e Silveira (2002, p.7) admitem que, mesmo que se considere que a organização de um sistema de produção familiar seja produto da racionalidade particular de cada agricultor, deve-se levar em conta que essa organização pode estar condicionada a pressões ambientais e a restrições técnicas, econômicas, sociais e ecossistêmicas de sua unidade de produção.

Ploeg (2009, p.19), na tentativa de caracterizar o universo da agricultura camponesa, parte da ideia de que “a produção camponesa é baseada numa relação de troca não mercantilizada com a natureza,” afirmando que ela somente se insere na troca de mercadorias para vender seus produtos finais. Fernandes e Molina (2004, p.73), por sua vez, afirmam que o campesinato é um grupo social que, além das relações sociais em que está envolvido, tem o trunfo do território a seu favor, e que a cada ocupação de terra realizada, ampliam-se as possibilidades de luta contra os sistemas capitalistas de produção. Essa afirmação parece bem incorporada pela agricultura familiar e camponesa, pois geralmente, além de esse grupo social ter no território o local de sua reprodução, existe também o sentimento de pertencimento a uma determinada região por parte dos agricultores.

Outro aspecto que também vem sendo destacado na literatura com relação à exploração agrícola familiar é a ideia de que tal tipo de exploração extrapola a função exclusiva de produção de alimentos ou de mera atividade econômica, incorporando novas

questões ao debate, como, por exemplo, preocupações com a segurança alimentar e com os impactos causados ao meio ambiente (FRIEDMANN, 1987 apud CAVALCANTI, 1995).

Como observam Gliessman e Guadarrama (2006, p.15), existem muitas partes interatuantes que contribuem para uma nova fase da agricultura, incluindo componentes ambientais, econômicos e sociais. Tais componentes nos auxiliam, inclusive, na compreensão das dinâmicas diferenciadas que movem os diversos tipos de agricultura. Isso é particularmente significativo para distinguir, por exemplo, a agricultura familiar da agricultura patronal, que se assentam em lógicas diametralmente opostas.

Para Ploeg (2009), o grande diferencial do modo de produção da agricultura camponesa é que ela é baseada em um capital ecológico, principalmente a natureza viva, enquanto a agricultura empresarial ou patronal tende a se afastar cada vez mais do ambiente natural. Esta afirmação se pauta na premissa de que o agricultor familiar está em frequente contato com a sua produção, caracterizando assim uma íntima relação ser humano-natureza, algo que dificilmente pode ser identificado em outras formas de agricultura.

Ainda sobre as distinções da agricultura familiar em relação à agricultura patronal, destaca-se o papel atribuído ao emprego fixo e ao trabalho temporário na propriedade rural. Os autores Silveira, Neumann e Santos (2004, p.8) afirmam que pode ocorrer, sim, a contratação de mão de obra de forma esporádica por uma família rural, e advertem sobre o limite máximo do contingente de mão de obra temporária, para que a unidade de produção não perca o seu caráter familiar.

Outra diferença importante da agricultura camponesa, quando comparada à patronal, diz respeito ao fato de ela geralmente não ser adepta do monocultivo produtivista, nem se utilizar predominantemente de insumos externos (FERNANDES; MOLINA, 2004, p.73). O fato de a agricultura camponesa não ser tão dependente dos mercados, para aquisição de insumos externos, faz com que possa extrair os insumos necessários para a sua produção do seu próprio capital ecológico. Muitas vezes, a forte dependência de insumos provenientes dos mercados externos coloca a agricultura patronal em situação de maior vulnerabilidade em tempos de crise, quando comparada à agricultura camponesa (PLOEG, 2009). Ainda nesse processo de diferenciação, Ploeg traz consideráveis contribuições ao comparar os impactos em termos de desenvolvimento local entre os tipos distintos de agricultura:

Enquanto empresários e capitalistas geram crescimento no plano de suas unidades de produção, mas com estagnação ou decréscimo do volume total de valor agregado

em nível local ou regional, o progresso construído pelo camponês reverte-se também em progresso para a comunidade e para a região (PLOG, 2009, p.21).

A concepção de agricultura familiar aqui ressaltada, portanto, é aquela que se legitima pela sua importância social e econômica, com implicações diretas para o abastecimento e a segurança alimentar. Tal perspectiva traz à tona a multifuncionalidade da agricultura familiar, chamando a atenção para o feixe de possibilidades que extrapolam a unidade produtiva familiar.

É sob essa ótica e a partir da Pnater, que o presente trabalho busca entender as contribuições do processo de transição agroecológica para o desenvolvimento de agricultores familiares no município de Santa Cruz da Baixa Verde, em Pernambuco.

1.2 A agricultura familiar no Brasil: importância e desafios

A importância da agricultura familiar e do rural como palco de alternativas para o desemprego vem sendo destacada pelo poder público, ainda que um pouco tardiamente no Brasil, se comparado a outros países de capitalismo avançado (WANDERLEY, 2001b). Neste sentido, como observa Wanderley (2001a, p.37), agricultura familiar sempre ocupou um lugar subalterno na sociedade brasileira e foi historicamente um setor bloqueado.

Para que houvesse uma mudança efetiva nesse quadro, Pires (2005, p.62) admite, a exemplo de outros autores, que o reconhecimento da importância da agricultura familiar já constitui um primeiro passo para reverter o quadro de precariedade que se abateu, historicamente, sobre esse segmento, com todas as suas implicações negativas para a alavancagem do desenvolvimento rural. Para essa autora, a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) dá um passo importante na retomada dos rumos do desenvolvimento rural, quando canaliza suas ações para a agricultura familiar e elege a Agroecologia como o referencial norteador de suas ações.

No Brasil, a agricultura familiar permanece como a principal fonte de ocupação da força de trabalho no meio rural. Embora não haja grandes investimentos em maquinários agrícolas e terra, esse segmento é responsável por gerar a maior parte dos empregos agrícolas no País, tendo também uma notável capacidade de absorver mão de obra no campo, tornando mais competitivas as unidades de produção familiar com baixo capital. Cabe ressaltar, que a competitividade da produção familiar é dada pela relação entre o valor agregado líquido por

unidade de trabalho e o seu custo de oportunidade, em condições de relativa igualdade de acesso a serviços essenciais de educação e saúde entre os habitantes rurais e urbanos (GUANZIROLI et al., 2001).

Considerando que esse custo de oportunidade ainda é bastante reduzido no meio rural, experiências demonstram que com um mínimo de apoio creditício e de assistência técnica, a agricultura familiar se torna competitiva, principalmente pela sua forma organizacional, que reduz os custos de transação e cria um ambiente de confiança que permite novos modos de inserção social, segundo Guanzioli et al. (2001).

Apesar da falta de apoio, a agricultura familiar sempre mereceu papel de destaque na produção agropecuária do País. Ela é responsável por 38% da produção agropecuária, obtém rendimentos mais elevados por hectare e responde por 74,4% do emprego agrícola no Brasil (IBGE, 2010). A agricultura familiar garante mais de 12,3 milhões de postos de trabalho no campo, enquanto os estabelecimentos não familiares geram algo em torno de 4,2 milhões de empregos (GUANZIROLI et al., 2001).

Dados publicados por uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 1996, revelaram que, além desse melhor desempenho quanto ao número de postos de trabalho gerados pela agricultura familiar, ela requeria cerca de 9 hectares para cada emprego, contra 50 hectares da agricultura patronal (ALMEIDA, 1997, p.5). A literatura também destaca a questão da produção de alimentos, que chega, segundo alguns autores, a atingir o patamar de 85% dos alimentos presentes na mesa dos brasileiros (TAVARES; FIGUEIREDO 2006b, p.60).

Em contrapartida, é importante ressaltar, conforme assinala Navarro (2010), que os resultados de dados relacionados à agricultura familiar, como os citados anteriormente, podem ser controversos, na medida em que se baseiam em critérios arbitrários para representar grupos de estabelecimentos rurais. O autor realiza uma análise crítica em torno da noção de agricultura familiar, pautada especialmente nos resultados do Censo Agropecuário de 2006, em que considera que tais resultados “apenas indicam que um grande grupo de estabelecimentos rurais (a ampla maioria) foi agrupado a partir de critérios que, ao fim e ao cabo, são inteiramente arbitrários, ainda que consagrados em lei” (NAVARRO, p.187).

Ainda de acordo com Navarro (2010), no Censo Agropecuário de 2006 não houve a devida cautela na conceituação dos agricultores familiares, assim como também faltou uma

melhor definição para aqueles considerados como não familiares, o que conseqüentemente permitiu lacunas para confrontação de dados.

Se examinada a concentração da produção, somados o autoconsumo e a produção vendida, apenas 424 mil estabelecimentos (ou 8,2% do total) respondem por 85% da produção declarada. Estes estabelecimentos, de fato, são os que garantem a segurança alimentar brasileira, e incluem, como esperado, estabelecimentos de diferentes escalas, das grandes propriedades aos menores estabelecimentos modernizados e integrados aos circuitos produtivos (ALVES, 2010 apud NAVARRO, 2010, p.187).

Apesar disso, o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, apresentado no ano de 1991, quase duas décadas atrás, já alertava para a importância deste segmento para o País, mostrando que dos 50 municípios brasileiros mais desenvolvidos, 30 eram pequenos municípios que tinham suas atividades concentradas na agricultura familiar (MATOS, 2002 apud PIRES, 2005, p.62). Este é um dado ilustrativo quando se deseja avaliar a importância socioeconômica da agricultura familiar não só para as populações rurais, mas para o País como um todo. Guanzioli et al. (2001) utilizam dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, para reafirmar a importância do papel da agricultura familiar para a produção agropecuária nacional:

Os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional (VBP). Quando considerado o valor da renda total agropecuária (RT) de todo o Brasil, os estabelecimentos familiares respondem por 50,9% do total de R\$ 22 bilhões [...] Esse conjunto de informações revela que os agricultores familiares utilizam os recursos produtivos de forma mais eficiente que os patronais, pois mesmo detendo menor proporção da terra e do financiamento disponível, produzem mais do que os patronais (GUANZIOLI et al., 2001, p.55).

Ainda que reconhecida essa importância, Altieri (2009, p.109) admite que, no mundo inteiro, a agricultura camponesa vem sendo vitimada por um processo de empobrecimento. O autor justifica essa afirmação por conta do aumento das populações, da redução das propriedades rurais, de uma diminuição na produção de alimentos e da degradação ambiental. O autor se refere a uma crise agrícola-ecológica que existe hoje na maioria dos países em desenvolvimento, que é resultado de um paradigma fracassado de desenvolvimento e das suas estratégias limitadas, que jamais conseguiu promover um desenvolvimento realmente sustentável. E sugere, como alternativa para o enfrentamento desta crise, uma nova postura por parte dos programas de desenvolvimento rural, com a adoção de medidas que previnam o

esgotamento da agricultura camponesa, de modo que possa torná-la mais sustentável e produtiva.

No Brasil, essa crise agrícola-ecológica é considerada o resultado do modelo de desenvolvimento rural implementado no País, que sempre priorizou outros setores agrícolas, principalmente na década de 1970, período da chamada “modernização conservadora.” Tal período, caracterizado pela tecnificação das grandes propriedades a favor do crescimento econômico no setor rural, negligenciou o grande contingente de agricultores familiares, que sempre contribuiu para a produção de alimentos, resultando, com isso, em um grande processo de exclusão social no campo (FONTE, 2006, p.73). Diante disso, foi a grande propriedade que historicamente teve seu modelo socialmente reconhecido, ao contar com o apoio das políticas agrícolas para assegurar sua reprodução, restando à agricultura familiar, como observa Wanderley (2009b) e já sublinhado neste trabalho, o lugar secundário na sociedade brasileira, sendo impossibilitada de desenvolver suas potencialidades enquanto forma específica de produção.

Não é à toa, como admite Moreira (2007, p.66), que as questões camponesas e propriamente da agricultura familiar no Brasil estivessem sempre associadas e envolvidas em bases culturais em que permaneceu uma ideologia de subsistência. Sem dúvida, as dificuldades encontradas por este segmento na sociedade brasileira foram muitas, em todos os sentidos possíveis e imaginários e, não por acaso, Wanderley (2001a) diz que a história do campesinato no Brasil é o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade.

Wilkinson (2008, p.38) chama a atenção para a necessidade de superação da ineficiência competitiva da produção familiar, diante da crescente produção especializada dos sistemas agrícolas convencionais, através da criação de novos mercados, de organizações e instituições, além da necessidade paralela de gerar novos padrões de aprendizagem. Wilkinson (2008, p.49) apresenta dois tipos de alternativas para essa situação: Os agricultores familiares, tanto podem tentar responder aos desafios de economia de escala, custos de produção e critérios de qualidade em mercados de *commodities*⁸ tradicionais pela adoção de inovações organizacionais e tecnológicas, como podem optar por uma reconversão para mercados mais artesanais ou de nicho agroindustrial.

⁸ Nome dado aos produtos padronizados comercializados em grande escala no mercado internacional, tais como soja, milho, suco de laranja, açúcar, entre outros (DEL GROSSI; GRAZIANO DA SILVA, 2002).

Wilkinson (2008) explica essa reconversão para mercados mais artesanais ou de nicho agroindustrial. De forma espontânea, ocorre em larga escala apenas em situações específicas em que surgem claras oportunidades de mercado dentro das fronteiras tecnológica e organizacional existentes, dividindo-se em duas categorias: estratégias visando novas economias de escala na produção agrícola, como um meio de ultrapassar as barreiras à entrada da integração agroindustrial e medidas que objetivem atingir a verticalização agroindustrial da agricultura familiar.

Um consenso que se consolidou, principalmente a partir dos anos 1990, foi de que a agricultura familiar necessitava desenvolver estratégias alternativas de acesso aos mercados, não apenas contra as frequentes ameaças de exclusão, mas, sobretudo, para gerar um “valor agregado” suficiente para enfrentar as novas condições de cidadania (WILKINSON, 2008). Os mercados alternativos, que eram necessários à agricultura familiar, foram sendo construídos, recorrendo às suas próprias características, seja de tradição, geográficas, sociais, políticas, culturais ou ambientais.

Para Wilkinson, porém, (2008), três temas dominam os esforços de construir ou consolidar esses mercados alternativos, a partir da agricultura familiar: agroindústrias rurais/artesanais, mercados locais e mercados orgânicos/agroecológicos. Os temas têm em comum a necessidade de definir, negociar e operacionalizar uma nova estrutura institucional, que, na sua abrangência, implica a formalização de convenções de coordenação, baseadas no reconhecimento da especificidade e legitimidade da agricultura familiar (WILKINSON, 2008).

Se a história da agricultura familiar sempre foi, no Brasil, predominantemente identificada como sinônimo de precariedade e subsistência, tal realidade aparece ainda com mais nitidez no Nordeste do País. Segundo Buaunian (2007, p.87), esse pensamento ganhou força devido a algumas características desfavoráveis da região, como a grande concentração de estabelecimentos familiares em algumas áreas geográficas, o baixo nível de renda gerado pelas unidades produtivas, a escassez em recursos naturais, até mesmo hídricos e fundiários, a pressão demográfica e a destruição ambiental.

O mesmo processo que promoveu a modernização da agricultura, com seus efeitos predatórios ao meio ambiente, causou também a fragmentação e a decomposição social e econômica da agricultura familiar em algumas regiões do País, especialmente no Nordeste brasileiro (TONNEAU, 2004, p.84). A exemplo das outras regiões afetadas pelos efeitos nefastos dessa modernização, porém, a agricultura familiar no Nordeste também resistiu, e foi

criando as suas estratégias de reprodução para enfrentar as consequências deste processo ao longo do tempo. Por isso, é importante ressaltar a observação muito oportuna de Wanderley (2001b, p.38) ao dizer que é no Nordeste “onde a agricultura ainda é, e será por muito tempo, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização.”

Assim, embora a região Nordeste concentre o maior contingente de agricultores familiares do País, totalizando 49% dos indivíduos ocupados na agricultura brasileira e 50% dos estabelecimentos familiares e 32% da área total ocupada pela agricultura familiar no Brasil (GUANZIROLI et al., 2001), é também nessa região somada à região Norte onde se encontra a maioria dos agricultores familiares mais pobres do País. Além disso, o Nordeste tem a área média de seus estabelecimentos menor, se comparada a outras regiões (BUAINAIN, 2007). Constata-se que a média é de 17 hectares, que são responsáveis por 17% de todo o valor bruto da produção nacional, absorvendo 14% do financiamento rural destinado a essa categoria de agricultores (GUANZIROLI et al., 2001, p.56).

Mesmo sendo considerada a região “atrasada” dentro dos parâmetros da “modernização da agricultura brasileira,” sua produção por hectare está acima da média nacional (SABOURIN, 2009, p.42). Isso porque a região possui uma grande variedade nos seus sistemas de produção, sendo muito diversificado o seu leque de produtos ofertados: cana-de-açúcar, feijão, milho, mandioca, arroz, leite, bovinos de corte, aves, entre outros. Além disso, a agricultura familiar no Nordeste hoje apresenta uma diversidade de condições agroecológicas e de relações sociais de produção que contribuem na formação de uma multiplicidade dos sistemas agrários de produção, muitos dos quais se encontram em acelerados processo de transformação (BUAINAIN, 2007).

É, pois, a partir desse campo de estratégias agroecológicas desenvolvido pelos agricultores que iremos situar, mais adiante, a experiência de Santa Cruz da Baixa Verde.

Interessa-nos destacar, particularmente, a ênfase presente na literatura especializada, que atribui à agricultura familiar a possibilidade de contribuir na consolidação de um modelo de desenvolvimento rural mais sustentável, mais justo e com novas alternativas econômicas (ABRAMOVAY, 2003; VEIGA, 2001 apud CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009a). Isso se justifica em função de sua capacidade de se renovar ao se adaptar a contextos históricos diversos em tempos distintos, como já sublinhado neste trabalho.

CAPÍTULO 2

AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA: AS BASES DA NOVA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)

2.1 A trajetória da Extensão Rural brasileira: alguns pontos de destaque

Embora fuja aos propósitos deste estudo uma recuperação histórica da Extensão Rural brasileira, é sempre interessante destacar alguns elementos essenciais de sua trajetória para melhor compreender os atuais rumos da Pnater.

Conforme discutido na literatura especializada, a Extensão Rural surgiu no Brasil de forma institucionalizada no ano de 1948, através da criação da Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural de Minas Gerais (Acar – MG) (FONSECA, 1985; CALLOU, 2007a, 2007b; PIRES, 2005). O modelo de extensão inicialmente implantado no País era baseado nos resultados das experiências norte-americanas, e ficou conhecido como “modelo clássico,” na medida em que se limitava a transmitir aquele conhecimento gerado pelos centros de pesquisa às populações rurais. Foi característica marcante desse primeiro momento a ideia de que era necessário informar e persuadir os agricultores para adoção de novas práticas agrícolas que pudessem aumentar sua produção. Para tanto, a comunicação seria o meio pelo qual os agricultores entrariam em contato com as novas tecnologias, ocasionando, em consequência, uma mudança tecnológica permanente na vida desses agricultores (FONSECA, 1985, p.40).

No entanto, como destacado por Bordenave (1983, p.8), a comunicação rural não é um processo unidirecional. Trata-se, para este autor, de um processo mais amplo do que a informação agrícola e a própria Extensão Rural, visto que a sociedade rural é composta por diversos atores sociais, entre os quais existem inúmeros e dinâmicos fluxos de comunicação. É através desses fluxos, inclusive, que os problemas comuns no meio rural são identificados e resolvidos pela população rural, muitas vezes sem intervenção nenhuma do governo (BORDENAVE, 1983).

Com efeito, o modelo clássico da Extensão Rural não logrou os resultados esperados, sendo necessária uma urgente adaptação do modelo extensionista americano à realidade dos países subdesenvolvidos, dos quais o Brasil fazia parte (FONSECA, 1985, p.41). O

responsável por essa adequação foi Everett M. Rogers,⁹ produzindo o modelo difusionista-inovador, que, segundo Fonseca (1985, p.42), nada trouxe de novo se comparado ao primeiro modelo, a não ser o conceito de “capacidade individual para inovar,” que para ele “seria um processo mental (cujas funções são: conhecer, persuadir, decidir e confirmar) que o indivíduo passa desde o momento em que recebe a notícia de inovação até a decisão de adotá-la ou rejeitá-la, e confirmar depois sua resolução” (ROGERS, S.d. apud FONSECA, 1985, p.44).

No âmbito do desenvolvimento rural, a proposta de Rogers foi bastante empregada pelos governos das regiões consideradas subdesenvolvidas, em convênios com agências extensionistas americanas, pois trazia implícita a ideia de que a adoção de técnicas modernas de produção traria melhoria nas condições de vida das comunidades rurais envolvidas (FONSECA, 1985). Moreira (2007) descreve em síntese o que significou as ações de Extensão Rural realizadas a partir dos modelos clássico e difusionista-inovador.

As instituições de Extensão Rural e a formação de extensionistas do pós-II Guerra Mundial, por exemplo, inspiradas e incentivadas pela influência dos EUA na dinâmica do ocidente foram projetadas para levar o conhecimento técnico científico e a lógica dos mercados ao mundo rural, tecnificando os processos produtivos e civilizando culturas tidas como atrasadas (MOREIRA, 2007, p.74).

No período da Revolução Verde, principalmente, a Extensão Rural, como enfatizam Caporal e Costabeber (2007a, p.6), nesse processo de industrialização da agricultura, para tirar o homem do campo do atraso, utilizou-se de políticas e instrumentos capazes de assegurar o consumo crescente de bens industriais orientados para aumentar a produção agrícola. A contribuição da Extensão Rural nesse período é expressiva, na medida em que reproduz a *Teoria da Difusão de Inovações* proposta por Rogers e os pacotes da Revolução Verde (BRASIL, 2004b).

Para alcançar os resultados anunciados, a Extensão Rural recomenda o trabalho com médios e grandes produtores, pois conclui que os pequenos agricultores não estão aptos para seguir as tecnologias modernas. Com efeito, as organizações de Extensão Rural adotam, como instrumento de política pública para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, o

⁹ Everett M. Rogers foi professor de Difusión da Universidade de Michigan – EUA, e dos cursos de Difusão na Facultad de Sociologia de la Universidad Nacional de Colombia, Bogotá. Realizou pesquisas sobre Difusão na Colômbia, Índia, Tailândia, Nigéria e Brasil, patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), pela Fundação Ford e pela Agência para o Desenvolvimento Internacional – Agency for International Development (AID) (FONSECA, 1985).

crédito rural subsidiado, privilegiando grandes e médios produtores e negligenciando mini e pequenos produtores (CAPORAL; COSTABEBER, 2007a, p.6). Barbosa (2009, p.40) complementa essa circunstância, afirmando que “os métodos da intervenção da extensão oficial inicialmente eram escancaradamente ‘dirigistas’ e ‘enquadradores,’ condicionando o crédito ao uso dos ‘pacotes tecnológicos.’”

Nesse sentido, dentro da lógica a favor do progresso das populações rurais, Moreira (2007, p.74) afirma que o sistema de Extensão Rural, implantado nas regiões subdesenvolvidas, idealizava a missão do extensionista rural como uma missão transformadora e modernizante. Isso porque, a ideologia da modernização associada à missão extensionista, “apoiava-se na crença da superioridade do pensamento científico, na neutralidade da ciência e que o progresso técnico significava necessariamente um processo civilizatório superior” (MOREIRA, 2007).

De forma semelhante, os autores Kreutz, Pinheiro e Cazella (2005), ao analisarem as fases da Extensão Rural no Brasil a partir dos modelos implantados, destacam que o papel do extensionista se caracterizou de duas formas no contexto pedagógico: durante o modelo clássico, através de ações educativas tradicionais, ou seja, “o bom extensionista deveria envolver os agricultores com o padrão de produção e consumo hegemônicos, altamente de insumos externos;” no modelo difusionista-inovador, a partir de uma abordagem tecnicista, “o extensionista parece ser aquele que possui o controle científico e o planejamento é executado com colaboração de especialistas das diferentes áreas” (KREUTZ; PINHEIRO; CAZELLA, 2005, p.46).

A partir da superioridade de saberes e da abordagem unidirecional identificada na prática extensionista, diversas discussões surgiram no meio acadêmico, uma vez que o extensionismo americano praticado no Brasil e em muitos outros lugares não atendia aos anseios de desenvolvimento das populações rurais (CALLOU, 2007a, 2007b). Tal perspectiva verticalizada e autoritária teve como principal expoente Paulo Freire, através de sua obra *Extensão ou Comunicação?* (2002). Nela, ele propõe, inclusive, a troca do termo extensão por comunicação, como forma de garantir processos dialógicos e participativos entre técnicos e agricultores ou, como costumava dizer, entre educadores e educandos, num processo contínuo de realimentação pedagógica (PIRES, 2005, p.54). Callou (2007a, 2007b) considera que esse foi o momento de ruptura dos antigos modelos de Extensão Rural, pois, a partir da contribuição de Paulo Freire, a extensão passa a assumir a perspectiva de educação dialógica e comunicação.

Contudo, é importante ressaltar que apesar de seguir fórmulas que não condiziam com a realidade brasileira, a Extensão Rural cumpriu o seu papel no que diz respeito ao aumento expressivo da produtividade, o que repercutiu no advento do que se convencionou chamar de milagre brasileiro.¹⁰ Entretanto, esse fato não veio acompanhado de melhorias na qualidade de vida das populações rurais menos favorecidas, pois ao mesmo tempo em que permitia o aumento da produtividade, verificava-se também o aumento da concentração de capital e das desigualdades sociais no campo (PIRES, 2005, p.56).

A literatura especializada destaca também que a Extensão Rural ainda viria a passar por uma grave crise sofrida na década de 1990, com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) pelo Governo Federal, em decorrência do neoliberalismo vigente à época, que recomendava o recuo do Estado na condução das políticas (PIRES, 2005; CALLOU, 2007a, 2007b; BRASIL, 2004b; CAPORAL, 2008).

Com efeito, o Estado nacional negligenciou a responsabilidade sobre os serviços de Ater, “tanto do ponto de vista institucional formal, como através da redução continuada dos recursos orçamentários que apoiavam a manutenção dos serviços de Extensão Rural vinculados ao setor público agrícola” (CAPORAL, 2008). Isso fez com que as instituições oficiais de Ater passassem a depender praticamente só de recursos estaduais (KREUTZ; PINHEIRO; CAZELLA, 2005, p.46). As tentativas de coordenação nacional dos serviços de Ater foram feitas por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e, posteriormente, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Não foram capazes, entretanto, de evitar que as instituições estaduais ficassem dependentes de políticas de ajuste estrutural e passando por difíceis condições financeiras (BRASIL, 2004b).

No ano de 2003, as atribuições referentes aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Brasil foram transferidas para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), passando a ser coordenadas pela sua Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) (BRASIL, 2004b; CAPORAL, 2008). A nova Política de Ater “nasce a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e dos problemas já evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de Ater baseados no difusionismo (BRASIL, 2004b).” Tal fato significou o reconhecimento da necessidade da reconstrução dos serviços de Ater no País, agora de forma democrática e participativa, capaz de implantar e consolidar

¹⁰ Denominação dada à época de excepcional crescimento econômico ocorrido no Brasil durante o Regime Militar, especialmente entre os anos 1969 e 1973.

estratégias de desenvolvimento rurais sustentáveis voltadas para agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros (BRASIL, 2004b).

Assim, diferentemente dos outros modelos de Extensão Rural adotados no País, a nova Política de Ater passa a ser reconhecida, segundo Caporal (2008), como um importante instrumento na busca de inclusão social dos setores mais desfavorecidos do meio rural, o que conseqüentemente também exigiria uma mudança de postura por parte dos extensionistas. Para o autor, a Extensão Rural passa a ser vista:

Como um processo educativo, informativo, comunicacional e de apoio à formação e organização dos agricultores familiares, além de ser um serviço considerado importante para apoiar uma transição do atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura para estilos de desenvolvimento e de agriculturas mais sustentáveis, como ficou referendado na Pnater [...] Este enfoque requereria uma renovada ação extensionista, recomendando, entretanto, clara ruptura com o modelo histórico, baseado na persuasão de agricultores à mudança da base tecnológica, centrada na Teoria de Inovações e nos pacotes tradicionais da Revolução Verde (CAPORAL, 2008, p.5).

Com efeito, reconhece-se que, desde o ano de 2003, as ações de apoio às Empresas e Institutos de Assistência Técnica e Extensão Rural vêm sendo ampliadas e reforçadas no Brasil, através de convênios e da criação de uma rede para “fortalecer princípios, como a agricultura agroecológica, a inclusão social e possibilitar uma vida digna no campo (BIANCHINI, 2006).” Dados revelam que, com os recursos do MDA, no ano de 2005 foram atendidos 323.252 agricultores pelos serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil, e, como salienta ainda Bianchini (2006), do esforço conjunto das instituições parceiras, foi possível atender a cerca de 1,9 milhões de famílias na Safra 2005/2006.

Outro dado bastante ilustrativo é com relação ao número de técnicos contratados pelas instituições oficiais de Ater, que passou de 723, em 2003, para 2.747 contratados, em 2005 (BIANCHINI, 2006, p.241). Mas que, mesmo assim, não está atendendo, de forma compatível, o nível das demandas existentes. Tal perspectiva é corroborada nessa pesquisa quando se constata que apenas dois dos onze agricultores entrevistados alegaram ter recebido a visita do técnico extensionista em sua propriedade.

Finalmente, diante do exposto sobre a Extensão Rural, ressaltamos uma obra importante publicada no ano de 2007 e já citada neste trabalho, intitulada *Extensão Rural: Polissemia e Memória*, em que o autor faz uma análise da trajetória da Extensão Rural e Pesqueira no País, atribuindo-lhe dez significados. De acordo com Callou (2007a), a Extensão Rural no Brasil em suas primeiras experiências seguiu o modelo americano dos *Land Gant*

Colleges, incorporando um significado “educativo” em suas ações. As preocupações próprias desse período limitavam-se à transferência de conhecimentos agrícolas e de economia doméstica aos agricultores e seus familiares, sem que houvesse, contudo, uma preocupação com o acesso ao crédito.

Significou também, como admite Callou (2007a), uma ação voltada para o serviço médico, à puericultura e ao saneamento básico, especialmente presente em experiências, como as da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, em Viçosa, a partir da década de 1930, e as de Santa Rita de Passa Quatro e São José do Rio Pardo, em São Paulo, a partir de 1947.

Para o autor, foram os resultados dessas experiências, e suas ações de caráter local, educativo, enquanto transmissão de conhecimento, que proporcionaram a oficialização da Extensão Rural no Brasil em 1948, através da criação da Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural de Minas Gerais (Acar – MG), em convênio entre o Governo Mineiro e a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA). Com a criação da Acar – MG, em convênio com a AIA, a Extensão Rural passou a se preocupar em estabelecer um programa de assistência técnica e financeira voltado para o aumento da produção e da produtividade, desta vez, via recursos creditícios, configurando-se assim o seu terceiro significado: o de “ajuda técnica e financeira.”

A partir das primeiras avaliações dos serviços de Ater, em 1952, constata-se a necessidade de aliar o crédito à educação (FONSECA, 1985). Nessa perspectiva, a Extensão Rural, na concepção de Callou (2007a), assume o quarto significado: “ajuda técnica e financeira como ferramenta de educação.”

Com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar) em 1956, no Governo de Juscelino Kubitschek, a Extensão Rural passou a se dedicar a uma agricultura mais moderna nos moldes do modelo preconizado nesse período, isto é, mais dependente dos recursos químicos e mecânicos. Este fato direcionou os recursos creditícios para as regiões consideradas mais promissoras e para aqueles agricultores que mais se enquadravam no projeto de desenvolvimento estabelecido para o País. Com isso, a Extensão Rural incorpora seu quinto significado: “difusora de inovações tecnológicas para o desenvolvimento da agricultura em termos de modernização” (CALLOU, 2007a).

O sexto significado da Extensão, na concepção de Callou (2007a), está intimamente relacionado à criação dos serviços de Extensão Pesqueira no Brasil, no final da década de

1960, no sul do País. A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) representou um caminho aberto para investimentos empresariais no setor pesqueiro, centrando suas ações na difusão de inovações tecnológicas para a modernização e o desenvolvimento.

Entretanto, o fracasso da política de incentivos fiscais exigiu redirecionar as ações da Sudepe para a pesca artesanal, pois, mesmo desprovido de apoio financeiro, este setor era responsável por mais da metade da produção nacional. Tal fato fez com que a Extensão Rural e Pesqueira adotasse tanto “pacotes tecnológicos simplificados” para as pequenas comunidades, como “pacotes tecnológicos” para médios e grandes produtores. Assim, o sexto significado esteve associado à necessidade de fundir a difusão de tecnologias modernas com o extensionismo original, “educativo e humanista” (FIGUEIREDO, 1981 apud CALLOU, 2007a).

A crítica ao modelo de Extensão Rural praticado no País e em outras regiões consideradas subdesenvolvidas, cuja referência clássica foi o livro *Extensão ou Comunicação?* de Paulo Freire, gerou o sétimo significado: “a Extensão como educação dialógica, comunicação.” Centrado numa crítica severa, a postura verticalizada da Extensão, que desrespeita o saber camponês e anula uma relação dialógica entre agricultores e técnicos, Paulo Freire propõe, nessa obra, inclusive a troca do termo Extensão por Comunicação. Callou (2007a) chama a atenção que a teoria formulada por Paulo Freire ganhou destaque entre os pesquisadores, especialmente no campo da Comunicação, os quais se esforçaram para firmar o significado educativo-comunicacional da Extensão Rural, diante da consolidada teoria difusionista.

Com efeito, a partir do destaque dado à comunicação, experiências diferenciadas surgem no âmbito da Extensão Rural e Pesqueira no Brasil, desenvolvidas especialmente por organizações não governamentais, que passam a fundamentar suas ações numa perspectiva de comunicação dialógica, proposta por Paulo Freire. A experiência da Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), a partir de 1968, é o exemplo desta nova postura extensionista, pois se pauta no método ver-julgar-agir, para mobilizar a participação sociopolítica e econômica das populações assistidas, recuperando com isso a sua história por meio de uma intervenção religiosa. Constitui assim, para Callou (2007a), o oitavo significado da Extensão: “o da mobilização para a participação sociopolítica e econômica, construção histórica, de tomada de consciência dos pescadores da sua própria realidade através de uma dinâmica religiosa.”

Experiências diferenciadas, como a da CPP, avançam durante a década de 1980, consolidando uma perspectiva mais democrática da Extensão Rural. Entretanto, a década de

1990 marca a principal crise na história do extensionismo rural e pesqueiro no Brasil, provocada pela extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), negligenciando os serviços de Extensão estaduais.

O afastamento do Estado, decorrente dos processos de globalização, foi característica marcante da década de 1990, restando à Extensão Rural se rearticular sob um novo significado: “o da Extensão Rural na perspectiva do desenvolvimento local.” Por fim, Callou (2007a) apresenta o décimo e último significado da Extensão Rural, extraíndo-o da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) de 2004:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações (BRASIL, 2004 apud CALLOU, 2007a, p.112).

Figura 1 – Síntese dos significados da Extensão Rural no Brasil atribuídos por Callou (2007a):



Este último significado atribuído por Callou (2007a), no qual a Extensão Rural se alicerça na relação entre agricultura familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, ganha expressão com a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), instituída como política de governo em 2004. Tal política se apoia

nos princípios da Agroecologia, direcionando os serviços de Ater numa perspectiva de apoio às comunidades rurais para elaboração de novas estratégias de desenvolvimento rural, particularizando as unidades da agricultura familiar. Os pressupostos da Agroecologia são incorporados à Pnater, em decorrência de uma reflexão aprofundada sobre os impactos socioambientais e econômicos causados por modelos de desenvolvimento rural adotados no passado.

A nova proposta para os serviços de Ater inclui ações renovadas e democráticas, em que se leve em consideração a diversidade ambiental do meio rural, o entendimento dos agroecossistemas como unidade de análise e em que se respeite os diferentes grupos sociais com quem se trabalha, tendo seus saberes e conhecimentos como pontos de partida para qualquer ato de intervenção (CAPORAL, 2009b, p.16).

Para alcançar tais proposições, a Pnater retoma a necessidade de uma outra postura institucional e um novo profissionalismo por parte dos extensionistas, para que estes desempenhem o papel de facilitadores no processo de transição agroecológica, através do uso de metodologias participativas, do resgate de conhecimentos populares e estimulando o uso sustentável dos recursos locais, contribuindo assim para o desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2004a; 2004b).

A Pnater estabelece a necessidade de adoção dos princípios da Agroecologia e suas bases epistemológicas, para o desenho de agroecossistemas sustentáveis e para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável [...] Desta forma, poderia ser dito que o enfoque metodológico e tecnológico, que está proposto na Pnater, requer a implementação de uma extensão rural agroecológica ou ecossocial (CAPORAL, 2006, p.12).

Na tentativa de destacar os requisitos estabelecidos pela Pnater, Caporal (2006) define este tipo de extensão rural agroecológica como sendo:

Um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação-participante, que permita o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os levem a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo (CAPORAL, 2006, p.12).

A forma de estruturar legalmente os serviços de Ater e seus limites em termos de poder/alcance veio com a Lei N° 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). Nessa lei, a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) é definida como:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização, das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010, p.1).

Entretanto, paradoxalmente, essa lei rompe com a preocupação central da Pnater, ao desconsiderar os aspectos relacionados à Agroecologia, inclusive não há nenhuma menção a esse termo na lei de 2010. Embora os objetivos e princípios dos dois documentos se apresentem de forma semelhante em alguns aspectos, como por exemplo: oferecer serviços de Ater pública, gratuita e de qualidade aos seus beneficiários; contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável; adotar metodologias participativas com enfoque multidisciplinar e interdisciplinar; contribuir para a melhoria da segurança alimentar; desenvolver ações que levem à conservação dos recursos naturais dos agroecossistemas e da biodiversidade, nota-se que diferentemente do que ocorre com a Pnater de 2004, a lei de 2010 não faz referência nenhuma aos princípios da Agroecologia como eixo orientador de suas ações, optando, apenas, em utilizar, como um dos seus artigos, a “adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis.”

Assim sendo, mesmo se reconhecendo um avanço na concepção de Extensão Rural no País, observa-se que os dois documentos apresentam limitações em seus acabamentos finais, pois poderiam contemplar com maior amplitude algumas temáticas relevantes, a exemplo da importância da juventude rural e das atividades não agrícolas para o desenvolvimento do meio rural brasileiro (CALLOU, 2007a). Particularmente no que diz respeito à Agroecologia, duas posições contrárias são identificadas nos documentos: o uso abusivo, por um lado, e a ausência, por outro. Isso porque, enquanto o documento final da Pnater de 2004 “centrou suas preocupações exclusivamente no campo da Agroecologia” (CALLOU, 2007a, p.112), a Lei N° 12.188, de 11 de janeiro de 2010, nem sequer menciona o termo, como assinalado anteriormente, distanciando-se de tais preocupações.

2.2 A adoção da Agroecologia pela Extensão Rural brasileira

A proposta da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) se coloca como uma alternativa radicalmente contrária aos antigos modelos de Extensão Rural que foram implantados no Brasil, ao situar a agricultura familiar como sendo a protagonista de uma nova proposta de desenvolvimento rural.

A nova Pnater também reconhece a necessidade de compreensão à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do País, o que implica a necessidade de incluir questões de gênero, de geração, de raça, de etnia e o respeito aos saberes dos agricultores familiares como fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável. Os princípios da Agroecologia foram incorporados à Pnater, associando-os a uma possibilidade de resgate de saberes das agricultoras e dos agricultores e a sua conexão com conhecimentos científicos para uma agricultura ecologicamente sustentável, socialmente justa e economicamente viável (BRASIL, 2004b).

Balem e Silveira (2002, p.3) apontam que a Agroecologia se contrapõe em todas as frentes ao ideal de desenvolvimento centrado na acumulação de capital e exploração irracional dos recursos naturais, sendo atribuídas, aos seus princípios, as condições ideais para superação de um modelo de desenvolvimento ultrapassado. Neste sentido, Tavares e Figueiredo (2005, p.89) argumentam que a Agroecologia se pauta em uma nova postura, e vem sendo apontada como capaz de atender a uma nova proposta pedagógica, de forma multidisciplinar, propondo-se a trabalhar o ambiente de modo sustentável, respeitando os conhecimentos dos diversos atores envolvidos, contribuindo também para a socialização e construção de novos conhecimentos.

Para estes autores, sempre se fez necessária uma Extensão Rural comprometida com o ecossistema e o homem, respeitando seus conhecimentos, cultura e utilizando metodologias participativas onde se privilegie um diálogo de saberes (TAVARES; FIGUEIREDO, 2005, p.71). Na tentativa de responder ao desafio de oferecer uma extensão pública e de qualidade, que englobe, além das demandas produtivas, as demandas ambientais e sociais para as populações rurais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) destaca como objetivo geral da Pnater:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da

qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia, como eixo orientador das ações (BRASIL, 2004b, p.9).

Com efeito, a Agroecologia vem sendo reconhecida, mundialmente, pela literatura e pelos atores do mundo rural (agricultores, pesquisadores, extensionistas etc.), como uma abordagem alternativa da agricultura para a promoção do desenvolvimento rural sustentável (GLIESSMAN, 2001; ALTIERI, 2009). Os estudiosos do assunto admitem que a Agroecologia seja capaz também de permitir a construção do conhecimento a partir da interação de saberes entre os diferentes atores locais (BURG, 2006, p.145).

Apesar de ainda ser considerada uma noção nova, Almeida (2003, p.5) observa que “a Agroecologia está cada vez mais presente nos debates sociais atuais, pela frequente associação às noções de agricultura e desenvolvimento sustentáveis, tendo uma incidência em espaços geográficos e sociais bem circunscritos.”

Nesta perspectiva, Theodoro, Duarte e Rocha (2009, p.24) afirmam que a Agroecologia representa uma nova abordagem de agricultura e do desenvolvimento agrícola, pois este modelo tem suas práticas fundamentadas no conhecimento tradicional local da agricultura, aliadas a conhecimentos e métodos ecológicos modernos. Isso significa dizer que a Agroecologia não restringe suas práticas tão-somente ao modo rústico e artesanal de produzir alimentos e criar animais, ou seja, ela também é adepta de algumas tecnologias modernas, sendo que estas, impreterivelmente, devem estar apropriadas à realidade de cada agricultor. Neste sentido, entende-se por Agroecologia:

A ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade [...] a agroecologia proporciona então as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura sustentável nas suas diversas manifestações e ou denominações (ALTIERI, S.d. apud TAVARES; FIGUEIREDO, 2006a, p.37).

O autor Sevilla Guzmán (1999, p.2 apud TAVARES; FIGUEIREDO, 2006a) apresenta um conceito que destaca, além dos aspectos ecológicos, uma participação social coletiva como alternativa para se enfrentar o atual modelo de industrialização dos recursos naturais e os efeitos da globalização econômica na sociedade.

A agroecologia pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais, mediante proposta de desenvolvimento participativo a partir do âmbito da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuem para encarar a crise ecológica e social, e com isso enfrentar-se o neoliberalismo e sua globalização econômica (SEVILLA GUZMÁN, 1999, p.2 apud TAVARES; FIGUEIREDO, 2006a, p.37).

Neste sentido, de acordo com Caporal e Costabeber (2007b, p.11), a Agroecologia, enquanto enfoque científico, destina-se a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural para novos modelos de agriculturas sustentáveis. Ou seja, trata-se de um enfoque agroecológico, que, segundo Gliessman (2001), pode ser definido como a “aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis.” Nesta mesma linha de análise, Costabeber (2004, p.244) acrescenta que, além dos princípios da Ecologia, outras diversas áreas de conhecimento, como a Agronomia, Sociologia, Antropologia, Comunicação e Economia Ecológica estão presentes no enfoque agroecológico, e que, somente através de uma constante interação entre elas, é possível tornar os agroecossistemas mais sustentáveis através do tempo.

A literatura ressalta que esse enfoque agroecológico passou a fazer parte das propostas e reivindicações da maioria dos grandes movimentos sociais do campo, seja como elemento estruturador de suas ações, ou como um campo de inovação, que deve ser exercido pelos movimentos e apoiado pelas políticas públicas (GOMES DE ALMEIDA, 2009, p.67).

Outro aspecto que vem sendo destacado na literatura diz respeito às especificidades de técnicas ecológicas, que não tentam modificar ou transformar de forma radical os ecossistemas camponeses, mas tratam de identificar elementos de manejo que, uma vez incorporados, conduzem a uma otimização da unidade de produção (ALTIERI, 1996). Isso porque, a Agroecologia pressupõe o uso de tecnologias alternativas e heterogêneas, com adequação às características locais e à cultura das populações e comunidades rurais que vivem numa determinada região ou ecossistema e que irão manejá-las (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p.22).

Além disso, a literatura também destaca que a Agroecologia é capaz de promover o resgate das tradições da produção de alimentos saudáveis, principalmente por permitir a realização de antigas práticas agrícolas que foram esquecidas ou totalmente abandonadas durante o período da modernização no campo, que visou somente a adoção de tecnologias e a

disseminação de insumos da Revolução Verde (SALDANHA; ANTONGIOVANNI; SCARIM, 2009, p.161). Em suma, a principal proposta da Agroecologia seria, segundo Almeida (2003, p.3), a de se alcançar uma nova forma de desenvolvimento, que se apoia na potencialidade da diversidade social dos sistemas agrícolas, principalmente daqueles que mais se assemelham ao sistema camponês de produção.

Assim, como é destacado pelo MDA, a Agroecologia se coloca na contramão dos modelos concebidos sob a inspiração de pacotes tecnológicos contidos na Revolução Verde, ao admitir que os princípios agroecológicos sejam traduzidos em níveis locais ou regionais e transformados em tecnologias específicas para os agricultores (BRASIL, S.d.).

O que se discute, hoje, na literatura, é que uma das principais inovações propostas pelo enfoque agroecológico em relação às Ciências Agrárias convencionais é o reconhecimento da existência de racionalidades ecológicas nos modos camponeses de produção (PETERSEN; DAL SOGLIO; CAPORAL, 2009, p.86). Nessa mesma linha de análise, e tendo como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional, Gomes (2004) apresenta uma síntese das principais diferenças entre a Agroecologia e a ciência convencional, diante de um processo de construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural:

Ao contrário da ciência convencional, a ciência agroecológica não sacraliza o método científico. Na ciência agroecológica, adotamos a perspectiva pluralista como estratégia metodológica, articulando métodos e técnicas das ciências naturais e das ciências sociais. Ao contrário da ciência convencional, na Agroecologia não interessa apenas a maximização dos fatores, representada por índices crescentes de produtividade. Interessa-nos a otimização dos agroecossistemas para atender aos princípios de uma relação mais harmônica entre sociedade e natureza [...] Na perspectiva da ciência agroecológica, estão incluídos temas, como inclusão social, protagonismo dos atores sociais, princípios éticos e a solidariedade (GOMES, 2004, p.22).

E admite esse autor que o desafio da ciência agroecológica está exatamente na articulação entre os conhecimentos científicos e os saberes cotidianos.

A literatura ressalta ainda que as propostas de desenvolvimento agrícola sustentável, pautadas nos princípios da Agroecologia, devem levar em consideração, além da degradação ao meio ambiente, os níveis de pobreza rural (ALTIERI, 1996). Pois, como adverte Altieri (2009), para que as estratégias de desenvolvimento rural possam se tornar eficazes, é necessário que haja um elo entre as questões tecnológicas, econômicas e principalmente as

sociais, para o enfrentamento da crise ambiental e da miséria rural que persistem no mundo em desenvolvimento.

Neste sentido, como admitem Caporal e Costabeber (2007a, p.51), a Agroecologia seria capaz de apresentar consideráveis contribuições para a agricultura familiar, principalmente em propriedades pouco tecnificadas, onde as tecnologias da Revolução Verde não foram adotadas ou tiveram pouco impacto.¹¹ Para estes autores, a Agroecologia vem se constituindo numa referência, tanto para os estudos do desenvolvimento rural, como para o estabelecimento de uma nova compreensão do desenvolvimento agrícola na perspectiva da sustentabilidade.

Atualmente, a literatura especializada reconhece que ocorreram avanços no que se refere à assimilação de um conteúdo agroecológico nas instituições públicas envolvidas com a produção de conhecimento e para a definição de estratégias de desenvolvimento rural (PETERSEN; DAL SOGLIO; CAPORAL, 2009, p.97). Prova disso é a própria oficialização da Agroecologia pela Pnater na sua articulação com o fortalecimento da agricultura familiar, como já sublinhado neste trabalho. Isso porque, pelo fato de a agricultura familiar possuir uma série de características intrínsecas, que a diferenciam de outras formas de ocupações agrárias, como a existência do policultivo, de diferentes escalas de produção, mas, principalmente, pela sua forma própria de exploração agrícola e de organização social, ela é apontada como o segmento com as condições mais adequadas para implantação do modelo de produção agroecológica (COSTABEBER, 1998).

Nessa perspectiva, a Agroecologia apresenta-se como a referência para a construção dessa nova Extensão Rural proposta pela Pnater, voltada para o fortalecimento da agricultura familiar, através do uso de metodologias participativas, mobilizando os diferentes atores sociais envolvidos no processo de Desenvolvimento Rural Sustentável. O que, na concepção de Burg (2006, p.140) trará, como consequência, a integração dos universos culturais de agricultores, de profissionais de diversas áreas e de pesquisadores. Como advertem Theodoro, Duarte e Rocha (2009, p.25), porém, existe um longo processo de aprendizagem a ser traçado, pois o conhecimento em Agroecologia não é construído ou gerado de forma instantânea, e que além da apropriação social de seus princípios, práticas e métodos, outros elementos são essenciais para a sua aplicação, bem como as condições socioculturais e econômicas em que

¹¹ De acordo com Mazoyer e Roudart (2010, p.27), a Revolução Verde foi desenvolvida por aproximadamente dois terços dos agricultores dos países em desenvolvimento.

as populações rurais estão inseridas, sua identidade local e até mesmo práticas religiosas. Assim, a construção do conhecimento em Agroecologia “dá-se através de processos, havendo necessidade de integração do conhecimento específico e de vários ramos do saber e do emprego de uma visão sistêmica para a organização deste conhecimento” (CORDEIRO; PETERSEN; ALMEIDA, 1996 apud BURG, 2006, p.139).

Desse modo, observa-se que a Extensão Rural no Brasil sinaliza para um importante compromisso com o fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, na medida em que reconhece a importância deste setor no contexto do abastecimento alimentar, e propõe uma agricultura sustentável pautada em novas bases, em que se associam os objetivos sociais e produtivos, pautados num outro padrão tecnológico, que não use de forma predatória os recursos naturais, nem modifique tão agressivamente o meio ambiente.

2.3 Transição agroecológica: elementos teóricos

O processo de mudança de uma agricultura convencional para modelos alternativos, orgânicos ou agroecológicos vem sendo chamado de conversão ou transição, abrangendo aspectos agronômicos, educativos, culturais, econômicos e sociais (KHATOUNIAN, 2001). A expressão transição agroecológica tem sido atualmente utilizada como “chave de leitura no estudo das interações que se estabelecem entre processos sociais e processos ecológicos na coprodução do desenvolvimento rural” (SCHMITT, 2009, p.177).

Do ponto de vista semântico, o termo transição pode designar a “ação e efeito de passar de um modo de ser ou estar a outro distinto” (COSTABEBER; MOYANO, 2000, p.2). Ainda para Costabeber e Moyano (2000), isto implica a ideia mesma de processo, ou seja, um curso de ação que se manifesta na realidade concreta, a partir de uma complexa configuração de causas (passadas, presentes ou futuras), e que sempre há de provocar consequências e efeitos, previsíveis ou não, na nova situação que se estabelece.

Além disso, Shenckel et al. (2004, p.11) admitem que a transição agroecológica é “constituída de processos de mudança social e, como tal, não comporta visões unidirecionais e estáticas da realidade.” Para Costabeber e Moyano (2000, p.2), enquanto processo de mudança social, a transição pode resultar de estratégias de diversos atores e grupos sociais, surgidas pelo confronto de interesses distintos e contraditórios. Trata-se, para Schmitt (2009, p.186), de um processo conflitivo e com vários níveis de mudança socioambiental, em que a ação humana ocupa um lugar central.

Nesse processo, Balestro e Sauer (2009, p.8) ressaltam que não há meia transição e tampouco a questão ambiental pode ser tratada como uma variável como outra qualquer a ser levada em conta no processo da produção material. Eis a razão pela qual se admite que “a transição implica a passagem de um processo de reprodução social totalmente insustentável no longo prazo para outro que não carregue o fardo das tendências destrutivas do nosso tempo” (MESZÁROS, 2007 apud BALESTRO; SAUER, 2009).

Numa perspectiva agroecológica, a transição é definida por Caporal e Costabeber (2007a, p.47) como o processo gradual de câmbio através do tempo nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, tendo como objetivo a passagem de um sistema de produção convencional a outro sistema de produção que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica.

A cartilha do MDA intitulada *Agroecologia: Base Científica para uma Agricultura Sustentável*, por sua vez, define a transição agroecológica como sendo “a passagem da maneira convencional de produzir com agrotóxicos e outros contaminantes, para novas maneiras de fazer agricultura, com tecnologias de base ecológica” (BRASIL, S.d.). Tal proposta vai além dos aspectos técnicos de produção, incluindo todo um complexo de relações que se estabelecem com o meio ambiente, assim como as relações formadas entre as pessoas.

Para Costabeber (1998), a transição agroecológica também pode ser definida como “a passagem do modelo produtivista convencional a formas de produção mais evolucionadas desde o ponto de vista da conservação dos recursos naturais e, conseqüentemente, mais sustentáveis no médio e longo prazos.” Ainda de acordo com Costabeber (1998), a característica principal desse processo de mudança seria a “ecologização” da agricultura, que passa a assumir considerações de caráter ambiental e biofísico, além de um papel ativo na determinação das práticas agrícolas.

Lampkin (1990 apud ALTIERI, 2009, p.76) ressalta que a conversão dos sistemas de cultivo, baseada em monoculturas para sistemas agroecológicos de baixo uso de insumos, não se dá somente com a retirada dos insumos externos. Diz ainda ser imprescindível que ocorra uma substituição compensatória ou manejo alternativo, além da necessidade de um conhecimento ecológico substancial para orientar a sucessão dos fluxos necessários à manutenção das produções em um sistema integrado de baixo uso de insumos.

Essa conversão do manejo convencional com alto uso de insumos para um manejo de baixo uso de insumos externos, segundo Altieri (2009), é um processo de transição caracterizado por quatro etapas distintas, consistindo de: retirada progressiva de produtos químicos; uso eficaz de insumos, através de uma racionalização e melhoramento da eficiência no uso de agroquímicos, por meio do manejo integrado de pragas (MIP) e manejo integrado de nutrientes; substituição de insumos, utilizando tecnologias alternativas e de baixo consumo de energia; replanejamento do sistema agrícola diversificado, visando otimizar a integração plantação/animal.

Durante as quatro etapas, o manejo é orientado de maneira a assegurar os seguintes processos: aumento da biodiversidade no solo em sua superfície; aumento da produção de biomassa e matéria orgânica no solo; decréscimo de resíduos dos agrotóxicos e da perda de nutrientes e componentes da água; estabelecimento de relações funcionais entre os variados componentes da propriedade; uso eficiente dos recursos naturais do local e planejamento das sucessões de plantios e combinações entre animais/plantações (ALTIERI, 2009).

De forma semelhante, Gliessman (2001) considera que podem ser distinguidos três níveis fundamentais no processo de transição para agroecossistemas sustentáveis: o incremento da eficiência das práticas convencionais para diminuir o uso e consumo de *inputs* caros, escassos e nocivos ao meio ambiente; a substituição de *inputs* e práticas convencionais por práticas alternativas; e o redesenho do agroecossistema para que funcione em base a um novo conjunto de processos ecológicos.

O processo de conversão pode ser complexo, na medida em que exige mudanças nas práticas de campo, na gestão da unidade de produção agrícola em seu cotidiano, no planejamento, marketing e filosofia (GLIESSMAN, 2001). Além disso, como observa Altieri (2009, p.77), o processo de conversão leva tempo, variando de um a cinco anos, dependendo do nível de artificialização ou degradação em que se encontra o sistema original.

Gliessman (2001) acrescenta que o tempo necessário para completar o processo de conversão depende muito do tipo de cultura ou culturas produzidas, das condições ecológicas locais e da história anterior de manejo de insumos. Segundo o autor, para culturas anuais de ciclo curto, o prazo de conversão pode ser de três anos; para culturas perenes e sistemas de produção animal, provavelmente, o período de tempo é de, no mínimo, cinco anos ou mais.¹²

¹² As culturas anuais ou de ciclo curto são aquelas que concluem o seu ciclo produtivo em um ano ou em até menos tempo, ou seja, após a colheita há a necessidade de se realizar o plantio novamente (Exemplos: feijão,

Para Gliessman (2001), o processo geral de transformação deve seguir, como linhas orientadoras, os seguintes princípios: mover-se para um manejo baseado na reciclagem de nutrientes; utilizar fontes renováveis de energia; eliminar o uso de insumos sintéticos não renováveis provenientes de fora da propriedade; quando necessário, acrescentar materiais ao sistema produtivo, usando os que ocorrem naturalmente; manejar pragas, doenças e ervas adventícias, em vez de eliminá-las; restaurar as interações biológicas que podem ocorrer naturalmente na propriedade; estabelecer combinações mais apropriadas entre padrões de cultivo, potencial produtivo e as limitações físicas da paisagem agrícola; realizar uma estratégia de adaptação que não prejudique o potencial biológico e genético das espécies de plantas agrícolas e animais às condições ecológicas da unidade produtiva, em vez de modificá-la para satisfazer às necessidades das culturas e animais; valorizar ao máximo a saúde geral do ecossistema; enfatizar a conservação do solo, água, energia e recursos biológicos; incorporar a ideia de sustentabilidade a longo prazo no desenho e manejo geral do agroecossistema. O autor ainda observa que a ênfase dada a cada um desses princípios poderá variar, mas todos eles podem contribuir significativamente para o processo de conversão.

Muitos desses aspectos poderão ser observados na experiência de transição agroecológica do município de Santa Cruz da Baixa Verde, como veremos adiante.

milho e trigo). Consideram-se culturas perenes, aquelas culturas que depois de plantadas e concluírem um ciclo produtivo, não há a necessidade de replantio (Exemplos: café, laranja, goiaba, manga) (BRITO; PRUDENTE, 2005).

CAPÍTULO 3

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: A EXPERIÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Antes da transição, eu tinha pouca variedade, entendia pouca coisa sobre as práticas agroecológicas [...] Hoje, minha produção aumentou e aumenta mais a cada dia. Eu sempre inovo na produção, porque chegam coisas novas sempre [...] A renda familiar aumentou. Não tem como quantificar, mas antes, eu viajava para outras regiões pra fazer trabalhos, vendia a minha mão de obra e hoje isso não é mais preciso. Consegui comprar as coisas básicas para dentro de casa depois da transição (AGRICULTOR F, 2011).

3.1 Contextualização do município de Santa Cruz da Baixa Verde

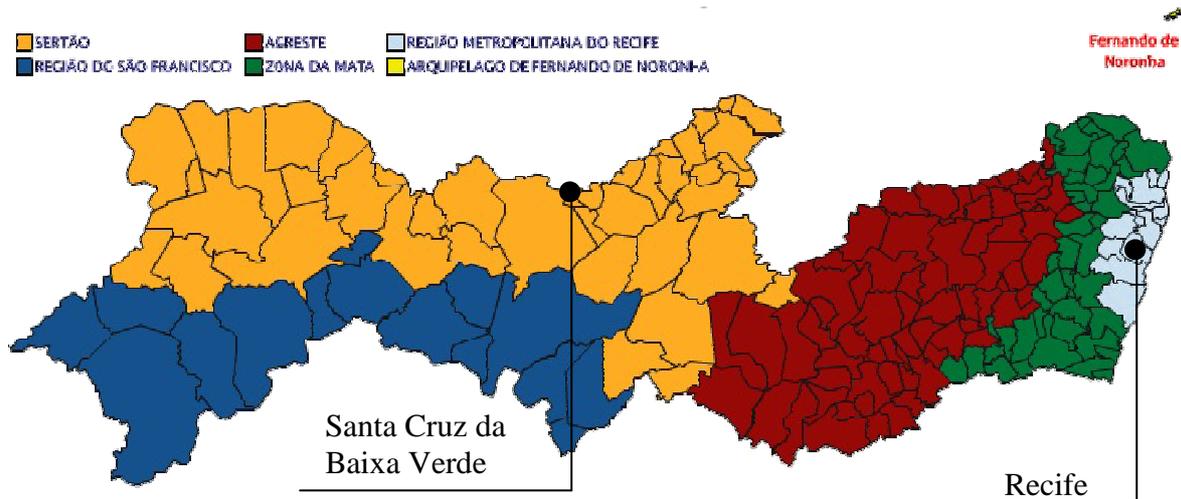
A análise do processo de transição dos sistemas de produção convencionais para sistemas agroecológicos tem como referência empírica a experiência realizada por agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, Pernambuco. Como já sublinhado neste trabalho, este município conta com a maior parte de sua população no meio rural, destacando-se, assim, as atividades agropecuárias como a base de sustentabilidade econômica do município.

O processo de transição agroecológica vivenciado nesse município iniciou-se na década de 1990, envolvendo um número ainda muito reduzido de agricultores. A adesão de agricultores pelas práticas agroecológicas permanece nos dias atuais, com um leque de situações em que se encontram estágios mais avançados de conversão a outros ainda muito incipientes.

O município de Santa Cruz da Baixa Verde está localizado na mesorregião do Sertão Pernambucano e na microrregião do Pajeú, porção norte do Estado de Pernambuco, limitando-se geograficamente, ao norte, com o Estado da Paraíba, ao sul, com os municípios de Calumbi e Serra Talhada, a leste, com Triunfo, e a oeste, com Serra Talhada. A área da unidade territorial ocupa 115 Km², inseridos na folha Serra Talhada (SB. 24-V-VI) editada pelo Mestrado Interinstitucional da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Minter/Sudene) em 1969 (BRASIL, 2005; IBGE, 2010).

O acesso ao município é efetuado pela rodovia federal BR-232 que integra o Recife a Parnamirim. Partindo-se da capital, percorre-se cerca de 515 Km nesta rodovia até atingir o município de Serra Talhada. A partir daí, toma-se a PE-365 e se percorre mais 33 km até chegar a Santa Cruz da Baixa Verde (BRASIL, 2005) (Figura 2).

Figura 2 – Mapa do Estado de Pernambuco



Fonte: IPA, 2011.

O município de Santa Cruz da Baixa Verde apresenta, segundo o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, uma população total residente de 11.769 habitantes, dos quais 5.277 habitam a zona urbana e 6.492 a área rural. O que representa, por conseguinte, um contingente de 55% de sua população inserida no meio rural.

Vale ressaltar que, de acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, o município de Santa Cruz da Baixa Verde possui 1.329 estabelecimentos familiares, que ocupam uma área de 6.318 hectares. Ao mesmo tempo, os dados revelam que existem 138 estabelecimentos não familiares no município, ocupando 15.407 hectares. Tais dados são ilustrativos para reafirmar o problema da concentração de terras da agricultura brasileira.

A economia do município é baseada na produção agropecuária. A área rural apresenta uma atividade agrícola muito diversificada, onde se destaca a criação de aves, bovinos, caprinos, ovinos e suínos. Com relação ao plantio, predomina a produção de cana-de-açúcar, milho, feijão, tomate, mandioca, banana, goiaba, laranja e café.

Segundo Andrade et al. (2009), as culturas mais praticadas na região estão relacionadas com o feijão (*Vigna unguiculata*) e o milho (*Zea mays*), por se tratar de produtos que fazem parte da cesta básica. Entretanto, é possível reconhecer que a cana-de-açúcar é a principal cultura de Santa Cruz da Baixa Verde, tanto que o município é conhecido como a Capital da Rapadura, dado o seu desempenho produtivo no fabrico desse produto. A produção de cana vem aumentando cada vez mais a sua importância, com a geração anual de cerca de 800 mil reais e uma quantidade produzida de 20 mil toneladas no Estado de Pernambuco, trazendo melhoria na qualidade e renda da população local (IBGE, 2010).

3.2 Historiando o processo de transição agroecológica de Santa Cruz da Baixa Verde

Para fazer frente aos manejos tradicionais associados à cana-de-açúcar, centrados num modelo convencional e excludente de agricultura, característico da Revolução Verde, alguns agricultores de Santa Cruz da Baixa Verde adotaram a passagem para outro tipo de agricultura, baseado no enfoque agroecológico.

Vale ressaltar, nesse sentido, que de acordo com os agricultores entrevistados, o monocultivo da cana-de-açúcar foi o principal responsável pelos danos causados à agricultura do município.¹³ A exploração da mão de obra, as pressões sobre as terras produtivas, os impactos ambientais provocados por desmatamento e queimada, o uso de adubos químicos e agrotóxicos, a mecanização pesada e o uso de variedades melhoradas constituem alguns dos exemplos da atuação da Revolução Verde em Santa Cruz da Baixa Verde. A tabela, a seguir, situa os efeitos da Revolução Verde nas propriedades dos onze agricultores entrevistados, antes de iniciarem o processo de transição agroecológica.

¹³ Alguns agricultores do município trabalhavam também como cortadores de cana-de-açúcar no âmbito do agronegócio, enquanto que outros eram produtores que adotaram os pacotes da Revolução Verde nos seus próprios plantios.

Tabela 1 - Consequências da Revolução Verde sobre os estabelecimentos dos agricultores familiares, segundo seus depoimentos:

AGRICULTORES	SITUAÇÕES ENFRENTADAS ANTES DA TRANSIÇÃO
A	Pragas e doenças; degradação do solo; concorrência com o agronegócio; dependência do atravessador
B	Produção centrada no monocultivo da cana-de-açúcar; utilização intensiva de agrotóxicos; dependência de insumos externos; baixa diversificação da produção
C	Pragas e doenças; empobrecimento e degradação do solo; perda de produção por utilização intensiva de agrotóxicos (prejuízo financeiro); baixa diversificação da produção
D	Degradação do solo; baixa diversificação da produção
E	Pragas e doenças; concorrência com o agronegócio; baixa fertilização do solo; utilização intensiva de agrotóxicos
F	Pragas e doenças; concorrência com o agronegócio; processo de assalariamento (exploração pela grande propriedade); dependência do atravessador; baixa diversificação da produção
G	Concorrência com o agronegócio
H	Pragas e doenças; utilização intensiva de agrotóxicos; baixa diversificação da produção
I	Escassez dos recursos naturais/ impactos ambientais
J	Pragas e doenças; degradação do solo
K	Concorrência com o agronegócio; degradação do solo

Dentro do processo de transição, foi fundada, no ano de 1996, a Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde), com o apoio do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Triunfo e do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (Deutscher Entwicklungsdienst – DED).

A Adessu iniciou sua trajetória com o número de doze famílias associadas e com o objetivo de desenvolver atividades agrícolas que gerassem renda e preservassem o meio ambiente. A promoção da organização dos agricultores em torno do beneficiamento e comercialização da produção e o incentivo à integração de jovens e mulheres ao trabalho estavam também entre os seus objetivos (ASSOCIAÇÃO..., 2003).

No ano de 1998, a Adessu gerenciou seu primeiro projeto de implantação de sistemas agroflorestais, utilizando técnicas sustentáveis de manejo (ASSOCIAÇÃO..., 2003). Para realização do projeto de implantação de áreas agroflorestais em Santa Cruz da Baixa Verde, foram adquiridas estacas de plantas nativas e frutíferas, raquetes de palma e construído um viveiro de 22 mil mudas de café, em parceria com a prefeitura do município. Estas ações resultaram na formação de um Banco Rotativo de Sementes e Mudas. No ano de 1999, a

Adessu administrou recursos destinados à construção de cisternas de placas, através do Programa Comunidade Solidária,¹⁴ beneficiando famílias dos municípios de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde, entre elas 22 sócias da Adessu.

A partir desse projeto, foi iniciado o Fundo Rotativo de Cisternas, no qual cada família beneficiada se responsabilizava por repassar 50% do valor do material em 25 parcelas. Com isso, a instituição passou a gerenciar recursos da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), para a construção de cisternas de placas. A Adessu passou também a promover encontros sobre gerenciamento de recursos hídricos com as famílias beneficiárias, capacitação, discussões sobre a importância da preservação do meio ambiente e da participação das mulheres e jovens (ASSOCIAÇÃO..., 2003).

Além dos sistemas agroflorestais, outras práticas agroecológicas também foram incorporadas, ao longo do tempo, pelos agricultores de Santa Cruz da Baixa Verde em suas propriedades, dentre as quais, destacam-se: o policultivo, que é um sistema que pode apresentar diferentes arranjos espaciais, desde a simples combinação de duas espécies até sistemas mais complexos, com a existência de várias espécies em determinada área agricultável (ALTIERI, 2009); a rotação de culturas, que é um sistema em que diferentes cultivos crescem em uma mesma área, sucedendo-se uns aos outros, em uma sequência definida; cultivos de cobertura, que é o nome dado ao plantio de leguminosas, cereais ou qualquer outra mistura apropriada no estrato inferior das plantações, pomares e parreirais.

Essa prática tem por finalidade evitar que o solo venha a sofrer erosão, melhorar o microclima, fortalecer a estrutura e fertilidade do solo e eliminar pragas, incluindo ervas, insetos e patógenos (HAYNER, 1980 apud ALTIERI, 2009); a técnica da rochagem, que se baseia na adição de pó de alguns tipos de rocha ao solo, como forma de melhorar sua fertilidade sem afetar o equilíbrio do meio ambiente (THEODORO; DUARTE; ROCHA, 2009, p.28); pousio, que, segundo estes autores, é o período de repouso oferecido às terras cultiváveis, a fim de se obter um solo mais fértil; uso de biofertilizantes; controle biológico de pragas; alimentação de bovinos e outros animais com base nos próprios recursos existentes na propriedade, com a utilização de resíduos culturais; reutilização da água em algumas fases do

¹⁴ Programa do Governo Federal que foi criado em 1995, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. O programa prosseguiu suas atividades construindo a estratégia governamental de combate à fome e à pobreza, mediante a coordenação das ações do Governo Federal e a formação de parceria com os estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade, observando os princípios de descentralização e solidariedade. Foi encerrado em dezembro de 2002, sendo substituído pelo PROGRAMA FOME ZERO.

setor de produção; compostagem, que é a transformação de materiais orgânicos para utilização na agricultura; adubação verde, que é o acréscimo de leguminosas na superfície do solo, para manutenção da sua fertilidade; seleção de sementes e produção de mudas; captação de água da chuva; coleta, transformação e reutilização das sobras de produção; integração de bovinos e culturas.

É importante observar que essas práticas agroecológicas, ou formas de manejo listadas, podem variar de propriedade para propriedade, dada a disponibilidade dos recursos econômicos e ecológicos que todo o agricultor possui, mas cada uma delas fez e ainda vem fazendo parte do processo de transição agroecológica desenvolvido pelos agricultores de Santa Cruz da Baixa Verde.

Atualmente, observa-se nesse município uma tendência de aumento do número de agricultores e das práticas agroecológicas ali desenvolvidas. Atribui-se esse crescimento aos estímulos dados pela prefeitura de Santa Cruz da Baixa Verde e de municípios vizinhos, que incentivam o abastecimento com base em produtos orgânicos. Além disso, não se pode descartar a importância da política instituída pelo Governo Federal e Estadual de compra dos produtos oriundos da agricultura familiar, através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para programas, como o de Aquisição de Alimentos¹⁵ (PAA), que atende ao FOME ZERO,¹⁶ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar¹⁷ (Pnae). É importante destacar que os produtos orgânicos recebem um pagamento diferenciado pela Conab, em que a diferença pode chegar a até 30% em relação a alimentos produzidos convencionalmente.

Nesse sentido, como observa Gliessman (2001, p.547), os produtores agrícolas têm fama de ser inovadores e experimentadores de novas práticas, quando motivados pela possibilidade de ganhar algum benefício adicional. Tal afirmação nos parece pertinente para justificar a opção de alguns agricultores, quando da realização de práticas agroecológicas em sua propriedade. Tais possibilidades de lucros ficam evidenciadas nas seguintes palavras:

¹⁵ O programa é uma das ações do FOME ZERO e tem como objetivo garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Visa também contribuir para a formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo.

¹⁶ É uma estratégia impulsionada pelo Governo Federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional, buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.

¹⁷ O programa objetiva fornecer alimentação escolar para os alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

O que motivou as mudanças no meu plantio foi a expectativa de uma alimentação mais saudável; de ter os próprios recursos pra plantar na minha própria propriedade. Eu visei também, como alternativa financeira, as vendas para os programas do Governo. Eu vi a oportunidade de melhorar minha renda com isso (AGRICULTOR B, 2011).

Contudo, os agricultores que vêm desenvolvendo práticas agroecológicas no município, além de ter a assessoria da Adessu e do Centro Sabiá, contam também com a participação do Instituto Agrônômico de Pernambuco, que vem desenvolvendo suas atividades de Ater baseadas na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

É importante ressaltar, porém, que o número de agricultores familiares que desenvolvem sistemas de produção de base ecológica no município, a partir da transição, vem crescendo cada vez mais nos últimos anos, a exemplo do número de agricultores associados da Adessu, que passou de 12 para 45 desde a sua criação, no ano de 1996. Além disso, o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Serra da Baixa Verde,¹⁸ que conta com a parceria do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, abrange um universo de mais de 200 famílias da região.

3.3 Transição agroecológica: elementos empíricos

A conversão ou transição agroecológica enquanto processo de mudança de uma agricultura convencional para modelos alternativos ou orgânicos não constitui uma tarefa fácil, na medida em que implica processos de mudança social (SHENCKEL et al., 2004, p.11), como já salientado no segundo capítulo deste trabalho.

Com relação às dificuldades concretas enfrentadas pelos agricultores no processo de transição agroecológica, Altieri (2009, p.78) observa que, em alguns casos, é comum a queda na produção durante o período inicial da conversão. Nessa perspectiva, Dabbert e Madden (1986 apud SCHMITT, 2009, p.190) sinalizam que a renda de uma unidade produtiva durante o processo de transição seria afetada por cinco diferentes tipos de efeitos, nos quais se

¹⁸ O Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Serra da Baixa Verde teve como principal desafio instalar uma agroindústria familiar, com o objetivo de fortalecer os processos produtivos e a geração de renda para as famílias envolvidas. Na agroindústria, destacam-se a produção de rapadura e de mel de engenho, produtos oriundos de cana-de-açúcar plantada em base ecológica nos sítios dos agricultores familiares. Vale destacar que alguns agricultores vêm realizando, além da produção, o processamento de alimentos em sua propriedade. Para eles, a opção tem sido comercializar os seus produtos em feiras agroecológicas da região, melhorando o acesso à renda e fortalecendo a economia da região.

incluem: as alterações provocadas pela introdução de novos sistemas de cultivo e pelas mudanças ocorridas nos regimes de rotação de culturas; o efeito da transição biológica, ou seja, as perdas em produtividade que ocorrem até que a fertilidade do solo e os mecanismos de controle natural de pragas e doenças sejam retomados no nível do sistema; o efeito aprendizagem, ou seja, as perdas em produtividade que podem ocorrer pela falta de experiência ou de informação dos agricultores em relação aos métodos de agricultura orgânica; o efeito estabilização, obtido a partir da superação dos limites biológicos e gerenciais enfrentados pelos agricultores.

Algumas das dificuldades acima citadas, especialmente as perdas em produtividade ocasionadas pelas pragas e pela falta de informação do agricultor sobre os métodos da agricultura orgânica, foram identificadas na fala de um dos agricultores entrevistados neste trabalho. Entretanto, esse agricultor destaca que não registrou perdas no seu cultivo, embora reconheça que os custos de produção são maiores e é menor o volume produzido. Mas, como o produto orgânico é comercializado a um melhor preço quando comparado aos produtos convencionais, mantém uma relação de equilíbrio entre custos de produção e o montante auferido com a comercialização.

Quando eu mudei, pensei na saúde, na alimentação saudável. O produto orgânico é mais caro é verdade, só que para produzir se gasta mais também. E na produção orgânica, se produz menos. Não sei se é por causa do problema de praga que tive na goiabeira [...] Minha produção se manteve igual depois da mudança, nem aumentou nem diminuiu (AGRICULTOR E, 2011).

Assim, apesar de, frequentemente, os produtores terem uma pequena redução no rendimento e no lucro nos dois primeiros anos do período de transição, a maioria daqueles que persistem, ao final, são recompensados por benefícios tanto econômicos como ecológicos, devido à conversão (GLIESSMAN, 2001). Tanto os benefícios econômicos como os ecológicos foram destacados por um dos entrevistados, como exposto a seguir:

Melhorou muito a questão do meio ambiente aqui em casa [...] Antes era tudo muito estranho, as fruteiras não tinham nenhum cuidado, era lixo pelo monturo. Hoje, temos qualidade de vida e qualidade ambiental. A produção aumentou bastante [...] Aumentou bastante a renda da minha família (AGRICULTORA I, 2001).

Para Lampkin (1990 apud ALTIERI, 2009, p.77), as avaliações econômicas recentes indicam que os benefícios dos sistemas orgânicos podem exceder as vantagens dos sistemas

convencionais. Segundo este autor, as rendas em espécie, por acre,¹⁹ dos sistemas orgânicos, superam em 22,4% os lucros dos sistemas agrícolas convencionais, devido aos custos dos insumos da agricultura sustentável, que são menores em relação à agricultura convencional.

Esse acréscimo na renda foi observado por todos os agricultores entrevistados, e, mesmo o agricultor E, aqui citado, que afirmou não ter notado diferença no seu sistema produtivo, reconhece que: “Mesmo sem aumentar minha produção, aumentou um pouco a renda da minha família, em torno de 20%.”

Parte do sucesso da transição agroecológica, ainda de acordo com Lampkin (1990 apud ALTIERI, 2009), depende da capacidade de o produtor ajustar a sua economia e sua propriedade a um novo padrão de produção, dotado de um conjunto próprio de insumos e custos de manejo, acomodando-se, ao mesmo tempo, a sistemas diferenciados de mercados e preços. No que se refere particularmente aos ajustes dos preços em função dos mercados, o exemplo abaixo é ilustrativo:

Eu vendo meus produtos orgânicos em feiras livres convencionais, pelo mesmo preço do produto convencional. Por causa da concorrência, tenho que acompanhar o mesmo preço. Agora, quando vendo para os programas do Governo, pela Adessu, os orgânicos são comprados por 30% a mais que o convencional (AGRICULTOR E, 2011).

As estratégias desenvolvidas pelos produtores rurais no processo de reestruturação de seus sistemas produtivos foram descritas por Hill e MacRae (1995 apud SCHMITT, 2009, p.190), a partir de diferentes níveis de estágios de conversão. Para estes autores, primeiramente, ocorre o estágio da eficiência, em que se busca um melhor desempenho dentro do próprio sistema convencional, através de uma redução do consumo ou do desperdício de recursos escassos, incluindo os agrotóxicos, os fertilizantes químicos, a água e o próprio solo. Num segundo estágio, denominado estágio de substituição, os insumos prejudiciais à saúde do homem e dos ecossistemas seriam substituídos por produtos ou métodos com menor potencial de degradação ao meio ambiente. No terceiro e último estágio, ainda de acordo com estes autores, o sistema produtivo seria totalmente redesenhado e manejado a partir de princípios ecológicos. Nesta passagem de estágios, reconhece-se, geralmente, o prejuízo causado pelo

¹⁹ Trata-se de uma unidade de medida utilizada em áreas rurais nos Estados Unidos. No Brasil, essa medida não é usada, adotando-se hectare como unidade de medida em áreas rurais no País.

sistema convencional, tanto em termos produtivos e ambientais como em termos financeiros. O depoimento a seguir é ilustrativo:

A minha família se arrependeu do sistema convencional [...] ocorreu um empobrecimento do solo e se perdeu plantação na aplicação de agrotóxicos. Ocorreu prejuízo financeiro. A gente utilizou o agrotóxico uma vez, viu os problemas que causou e optou pela Agroecologia. Ocorreu aumento de 100% da produção desde a transição. Passamos a plantar de tudo [...] Tivemos problema com o coentro depois, que sofria uma queima do sol, mas depois se resolveu, colocando apenas água antes do pôr do sol (AGRICULTORA C, 2011).

Esse exemplo reforça a discussão da literatura especializada, quando destaca que a transição agroecológica não ocorre em um único passo (GLIESSMAN, 2001; ALTIERI, 2009). Na concepção de Guterrez (2006, p.20), esse processo encontra dificuldades, principalmente pelos seguintes motivos: a terra utilizada para a agricultura está contaminada por adubos químicos e pelo uso intensivo de venenos; as sementes modificadas pelas multinacionais são totalmente dependentes de insumos químicos e substituí-las completamente é um processo complexo e que necessita de tempo; o meio ambiente, especialmente o solo, está desequilibrado, e as pragas e doenças estão fora de controle; os agricultores não possuem recursos financeiros suficientes para arcar com uma passagem de uma agricultura convencional para outra sustentável, bancando possíveis prejuízos; a indisponibilidade de conhecimento bastante que possa dar suporte e garantir o enfrentamento de problemas e desafios surgidos no dia-a-dia; a falta de assistência técnica e pesquisa suficiente na área agroecológica para acompanhar todos os agricultores que iniciam o processo de transição.

Apesar disso, é possível reconhecer que existe uma motivação crescente para os agricultores realizarem a transição agroecológica. A motivação, de acordo com Gliessman (2001), é influenciada por um conjunto de aspectos socioeconômicos e ambientais, tais como: o custo crescente da energia; o baixo lucro obtido das práticas agrícolas convencionais; o desenvolvimento de novas práticas que são vistas como opções viáveis; o aumento da consciência ambiental por parte dos consumidores, produtores e legisladores; e a consistência dos novos mercados para produtos agrícolas cultivados e processados de forma alternativa.

Na mesma linha de análise, Tavares e Figueiredo (2005, p.129) afirmam que a existência de novos mercados em que se obtenha uma melhor remuneração é um fator estimulante para os agricultores, no que diz respeito às suas decisões em aderir a sistemas de produção mais sustentáveis. Os autores destacam, ainda, que os setores sociais urbanos

desempenham papel fundamental na formação desses novos mercados, pois a consciência sobre os riscos de consumo de produtos oriundos da agricultura convencional fez com que uma parcela significativa da população aderisse a uma alimentação mais saudável. Muitas dessas razões, inclusive, foram elencadas por um dos agricultores entrevistados:

Eu participei da transição agroecológica por causa da decadência do sistema convencional, da baixa produção, para evitar o atravessador, para melhorar a qualidade dos meus produtos e melhorar a renda. Antes, a minha produção era no máximo de três culturas, não existia nenhuma diversificação [...] O que eu espero é chegar a um sistema consolidado, com produtos de qualidade, com aumento da renda e livre do atravessador (AGRICULTOR A, 2011).

A ênfase na possibilidade de diversificação de produção e o aumento dos preços dos produtos foram também destacados:

Minha produção aumentou significativamente. Existe uma grande diversificação hoje em dia. Antes eu tinha um pé de caju, hoje são mais de cem. Além disso, o produto orgânico geralmente é vendido por um preço melhor, é mais caro. Com a comercialização na feira agroecológica, aumenta a renda também. Foi um aumento quantitativo e qualitativo (AGRICULTOR A, 2011).

A literatura também destaca que os incentivos e/ou subsídios podem ser necessários para alguns agricultores no processo de transição, na medida em que esperam seus sistemas produtivos gerarem os possíveis ganhos pressupostos no processo de conversão (ALTIERI, 2009). Essa necessidade de incentivos e/ou subsídios no processo de transição foi confirmada no caso da agricultora G, ao afirmar que: “Eu recebi uma doação financeira do Centro Sabiá e depois um empréstimo para começar a transição.”

Ademais, espera-se que a conversão leve a uma bonificação sobre o valor da produção, resultando em um aumento substancial na renda líquida da propriedade, mesmo havendo a necessidade de mão de obra extra para se adequar à nova realidade. Não sendo obtida essa bonificação, o resultado pode ser uma redução significativa na renda líquida da propriedade (ALTIERI, 2009).

Contudo, como já sublinhado por Gliessman (2001), a conversão para um manejo do agroecossistema implica uma série de mudanças na ecologia dos sistemas. É através de tais mudanças que é possível identificar o nível de “ecologização” atingido por sistemas produtivos onde predomina uma agricultura convencional e modernizada (SCHMITT, 2009). A mensuração e o monitoramento dessas mudanças durante o período de conversão auxiliam,

inclusive, o produtor a avaliar o sucesso do processo de conversão e proporcionam, por conseguinte, um quadro de referência para determinar as exigências e os indicadores de sustentabilidade (GLIESSMAN, 2001).

Para fazer da transição agroecológica um processo que traga impactos positivos ao desenvolvimento rural, faz-se necessária, para Görden e Vivian, (S.d. apud GUTERREZ, 2006, p.26), uma metodologia pautada, segundo admitem, em nove aspectos: 1) Planejamento das ações envolvendo a comunidade, direcionando as discussões para a Agroecologia e agroecossistemas. A articulação das dimensões econômica, política, tecnológica, social, cultural e ambiental deve estar presente; 2) As ações devem ser planejadas de forma participativa, gerando corresponsabilidades entre os agricultores, suas organizações e seus assessores. Estas ações devem criar situações de reflexão e tomada de decisão progressiva por parte de cada agricultor e da comunidade envolvida, para que possam alcançar os resultados estabelecidos no processo; 3) Levar em consideração a complexidade e o dinamismo de cada sistema de produção, assim como os limites ambientais em que se desenvolvem; 4) Estabelecer uma articulação entre os movimentos sociais da Via Campesina com parcerias estratégicas, como instituições de assistência técnica, ensino e pesquisa. A participação dos agricultores na definição de linhas de pesquisa, avaliação, validação e recomendação de tecnologias deve estar presente no centro das discussões; 5) Considerar as particularidades relativas às questões de etnia, gênero, geração e diferentes condições socioeconômicas das populações rurais, em todos os programas e projetos de assistência técnica, pesquisa e atividade de capacitação; 6) Estimular a democratização dos processos de decisão, em que ocorra a participação de cada membro das famílias na gestão da unidade familiar e nas estratégias de desenvolvimento das comunidades; 7) A participação de jovens e mulheres, considerando suas especificidades socioculturais, deve ser central em todo o processo de transição; 8) Apoiar iniciativas educacionais apropriadas para a agricultura camponesa, baseadas na Pedagogia da Alternância, assim como em outras experiências construídas a partir da realidade das famílias camponesas; 9) Para garantir que a metodologia ocorra de forma participativa, deve-se considerar a experiência de cada pessoa envolvida no processo, estabelecendo uma estreita relação entre a teoria e a prática. Tal relação propiciará uma construção coletiva de saberes, através do intercâmbio de conhecimentos de experiências exitosas, capazes de permitir, inclusive, que agricultores e técnicos possam aprender uns com os outros.

Na prática, observa-se que o processo de reestruturação dos sistemas produtivos, sob uma perspectiva ecológica, vem se desenvolvendo de forma gradual pelos agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, como sinalizado abaixo:

A diversidade de produção e a conservação dos recursos de todo mundo vem aumentando com os princípios da Agroecologia. A maioria dos agricultores está satisfeita com isso [...] A gente nota, também, que vez ou outra aparecem mais agricultores querendo participar do processo de transição [...] Nessa nossa última reunião, mesmo, apareceram duas agricultoras querendo entrar na Adessu e fazer parte do projeto. Sempre aparece mais gente, seja por interesse próprio ou incentivado por outros agricultores (AGRICULTOR F, 2011).

Isso porque, apesar do reconhecimento da existência de uma trajetória complexa presente na transição agroecológica, as práticas, manejos e metodologias adotadas pelos agricultores estão ocasionando transformações importantes no seu cotidiano. Transformações estas, que podem trazer subsídios, inclusive, para a construção de parâmetros comparativos entre os sistemas de produção agroecológica e os sistemas de produção convencionais, na medida em que incorporam indicadores econômicos, sociais, culturais e ambientais em sua contextualização.

Além disso, é possível identificar as principais razões que motivaram os agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde a adotar determinadas práticas agroecológicas no município. São elas: a perspectiva do desenvolvimento de atividades agrícolas que gerassem renda sem causar danos ao meio ambiente, e a possibilidade de consumir alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos.

Intimamente relacionada ao conceito de Agroecologia, encontra-se a ideia de Sistemas Agroflorestais (SAFs) que, segundo Altieri (2009), é o nome genérico utilizado para descrever um sistema em que as terras são utilizadas, associando as árvores com plantios agrícolas e/ou animais. Combinam-se, na mesma área, elementos agrícolas com elementos florestais, em sistemas de produção sustentáveis (FARREL; ALTIERI, 2002). Uma definição mais abrangente do termo foi apresentada ainda na década de 1980, pelo Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal – International Centre for Research in Agroforestry (Icraf):

Sistema agroflorestal é um sistema sustentável de manejo do solo e de plantas que procura aumentar a produção de forma contínua, combinando a produção de árvores (incluindo frutíferas e outras) com espécies agrícolas e/ou animais, simultaneamente ou sequencialmente, na mesma área, utilizando práticas de manejos compatíveis

com a cultura da população local (CENTRO..., 1982 apud FARRELL; ALTIERI, 2002, p.413).

O Icrاف admite ainda que as agroflorestas são capazes de contribuir de forma significativa para o enfrentamento de alguns desafios socioambientais do mundo atual, tanto ofertando produtos e serviços ambientalmente sustentáveis, como incrementando a renda de famílias pobres e garantindo sua segurança alimentar e nutricional (ICRAF, 1997 apud THEODORO; DUARTE; ROCHA, 2009, p.28). Outros benefícios socioeconômicos foram visualizados nas agroflorestas, quando comparados aos sistemas agrícolas convencionais.

Inclusive, Farrel e Altieri (2002) reconhecem que os sistemas agrofloretais superam os de monocultura, descrevendo os seguintes motivos: a eficiência ecológica da produção total por unidade de terra, que pode ser incrementada; o fato de vários componentes ou produtos do sistema poderem ser usados como *inputs* para a produção de outros, reduzindo assim o gasto com *inputs* comerciais e outros investimentos; a inclusão de cultivares agrícolas, resultando normalmente em uma maior produtividade de árvores e menores custos com manejo florestal, além de uma maior diversidade de produtos; os produtos florestais, podendo ser obtidos por todo o ano, oferecendo empregos permanentes e salários regulares; alguns produtos florestais, podendo ser conseguidos com baixa atividade de manejo, dando a eles a função de reserva para períodos em que houver falhas nos cultivos agrícolas; a possibilidade de, diante de uma produção diversificada, poder-se obter uma distribuição dos riscos, uma vez que esses produtos serão afetados de forma diferenciada em condições desfavoráveis; a possibilidade de direcionar, tanto para a autossuficiência como para o mercado; a possibilidade de ajustar o mercado local à demanda dos agricultores.

Na mesma linha de análise, Tavares e Figueiredo (2005, p.131) acrescentam às vantagens dos sistemas agrofloretais, o uso eficiente dos recursos naturais, como vegetação, radiação solar e solo; o fato de as árvores exercerem a função de proteção em relação ao solo e à hidrologia, diminuindo os danos ambientais; a recuperação da biodiversidade vegetal; a alta diversidade do sistema proporciona a obtenção de produtos diferenciados que reduzem os riscos de perda da produção por danos ambientais, como também aqueles causados pela flutuação de preços do mercado agrícola.

Além disso, Farrel e Altieri (2002) destacam que, o fato de os produtos oriundos dos sistemas agrofloretais poderem ser obtidos durante todo o ano, proporciona à família dos agricultores alimentos de qualidade e diversificados, gerando oportunidade e renda regular em

todas as épocas do ano. Nair (1982 apud ALTIERI, 2009,), de forma semelhante, afirma que o objetivo da maioria dos sistemas agroflorestais é:

Otimizar os efeitos benéficos das interações dos componentes lenhosos com os demais componentes vegetais e animais, visando obter um padrão de produção superior ao que geralmente se obtém nas monoculturas, com base nos mesmos recursos disponíveis, sob condições sociais, ecológicas e econômicas determinadas (NAIR, 1982 apud ALTIERI, 2009, p.73).

Apesar dos aspectos positivos apresentados pelos sistemas agroflorestais, Tavares e Figueiredo (2005) destacam que esses sistemas também apresentam algumas limitações, podendo torná-los complexos e de difícil multiplicação. Isto por causa da diferença existente entre os sistemas agrícolas simplificados, que são produzidos da mesma forma para todo o lugar, e os sistemas agroflorestais que necessitam de adequação às especificidades de cada sistema, ou seja, as espécies cultivadas devem ser adequadas às condições edafo-climáticas²⁰ de cada região.

Outra restrição apresentada é a resistência à proposta agroflorestal, encontrada nos próprios agricultores e técnicos. Para alguns deles, o consórcio proporcionado pelos sistemas agroflorestais (espécies florestais, frutíferas e forrageiras com plantas anuais, como milho ou feijão) numa mesma área pode causar uma incompatibilidade técnica. Essa resistência encontra-se presente entre alguns agricultores do município de Santa Cruz da Baixa Verde:

Antes eu me recusava a aceitar a Agroecologia e a implantação da agrofloresta, achava que não dava certo [...] Mudei porque não conseguia competir com os grandes agricultores. Na medida em que diversificava a produção, poderia abastecer minha própria família e vender o excedente [...] eu gostaria de dar uma educação de qualidade para os filhos, contribuir com o meio ambiente, virar exemplo para outros agricultores [...] hoje ainda se nota resistência por parte dos mais velhos (AGRICULTOR F, 2011).

De acordo com Vivian (2000 apud TAVARES; FIGUEIREDO, 2005, p.132), essa é uma resistência cultural, pois agricultores e técnicos foram historicamente orientados para trabalhar agroecossistemas simplificados, ou seja, modelos agrícolas com pouca diversidade de plantas. A ausência de políticas públicas de pesquisa e extensão também é um limite para a multiplicação dos sistemas agroflorestais, pois a maioria dos órgãos governamentais ainda não se deu conta do potencial desse sistema de produção para a recuperação ambiental e

²⁰ Referem-se basicamente às condições de solo e clima.

melhoria nas condições de vida dos agricultores (TAVARES; FIGUEIREDO, 2005). Todavia, observa-se que a difusão das práticas agroecológicas e os incentivos para a implantação de áreas agroflorestais, por muitas vezes, partem dos próprios agricultores:

Eu mudei porque passava por necessidade financeira e vi a chance de mudar de vida, melhorando a renda. Eu pensei no risco. Que poderia não dar certo. Mas fui incentivada por outros agricultores que tiveram resultados positivos (AGRICULTORA G, 2011).

Dentro da perspectiva agroecológica, os autores Candiotto, Carrijo e Oliveira (2008, p.226) defendem a ideia de que os sistemas agroflorestais e a Agroecologia possuem um ponto em comum, que é o objetivo de aperfeiçoar as interações que ocorrem entre as árvores, os cultivos agrícolas e animais, ou seja, obter a maior diversidade de produtos possível, diminuindo a necessidade de insumos externos e reduzindo os impactos ambientais negativos provenientes da agricultura convencional. Para estes autores, essa relação de objetivos permite que os sistemas agroflorestais, inseridos num contexto agroecológico de produção, contribuam significativamente para o desenvolvimento equilibrado, integrado e duradouro, tanto da paisagem natural quanto das comunidades humanas que nelas habitam.

3.4 O associativismo e o trabalho coletivo entre os agricultores familiares

O novo cenário consequente das discussões em torno da valorização da agricultura familiar no Brasil tem contribuído para a busca de ações e políticas públicas voltadas para o setor, nas quais se incluem os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Por muitos anos, apesar de diversos desafios enfrentados, reconhece-se que a criação de políticas agrícolas e políticas públicas de cunho mais geral (educação e saúde) voltadas para os agricultores ficou sob a responsabilidade do sindicalismo rural (MALAGODI, 2004). Entretanto, na atual conjuntura política institucional voltada para as populações rurais, na qual se identifica certo esforço para consolidar a agricultura familiar no centro das preocupações no âmbito do desenvolvimento rural, o sindicalismo rural passou a buscar novas possibilidades, inclusive novos instrumentos de assistência técnica para a produção (MALAGODI, 2004).

Ainda de acordo com Malagodi (2004, p.167), a área dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural até bem pouco tempo era ocupada exclusivamente pelos órgãos

oficiais de extensão, ou, eventualmente, por cooperativas de produtores. Entretanto, mais recentemente, o sindicalismo rural brasileiro, embora apresente grande diversidade em suas ações, vem procurando mobilizar os associados na busca de assistência técnica para a solução de problemas tradicionais ou criando novas alternativas ou novos projetos produtivos, quase sempre orientados pelas demandas da agricultura familiar.

A experiência de transição agroecológica vivenciada pelos agricultores de Santa Cruz da Baixa Verde não foge a essa tendência, na medida em que evidencia o peso da atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Triunfo naquele processo. O sindicato, atendendo às demandas dos agricultores familiares excluídos de toda uma dinâmica socioeconômica e produtiva proporcionada pelas atividades agrícolas, construiu, na década de 1990, parcerias permanentes com organizações não governamentais, com o objetivo de elaborar programas e ações de apoio diferenciados para a agricultura familiar, como já sublinhado neste trabalho.

Atualmente, entretanto, enquanto se observa a diminuição do papel do sindicato, outras entidades governamentais e não governamentais vêm ganhando expressão na trajetória de construção do campo agroecológico em Santa Cruz da Baixa Verde. Dentre essas organizações, estão a Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde), o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, o Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor), a Feira Agroecológica de Serra Talhada (Fast), o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), entre outros atores com expressiva participação no processo de transição agroecológica realizado por agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde. Aspecto esse que será ressaltado a seguir.

No Brasil, como já enfatizado anteriormente, o modelo de agricultura adotado, pautado nos pressupostos da Revolução Verde, tem excluído, sistematicamente, uma gama de agricultores que não conseguem responder às crescentes necessidades de aumento de produção agrícola, principalmente aqueles que produzem de forma individual (SILVEIRA et al., 1999, p.1). Na busca de alternativas para enfrentar esse processo de exclusão, diversos agricultores e trabalhadores rurais têm se organizado através do trabalho coletivo, com o objetivo de enfrentar as exigências do modelo agrícola atual ou lutando conjuntamente por mudanças neste modelo, no dizer de Silveira et al. (2001).

Entre as alternativas encontradas para enfrentar os problemas de exclusão vivenciados pelos agricultores familiares, Picolotto e Diesel (2004, p.2) destacam, como estratégias coletivas de resistência por parte dos agricultores, a criação de associações de produtores para formação de agroindústrias e de cooperativas, para viabilizar a diversificação e o

beneficiamento da produção. Do mesmo modo, é também ressaltada a importância da construção de cooperativas de crédito para facilitar a captação de crédito e subsídios estatais e constituição de terminal direto para comercializar os produtos das agroindústrias familiares. Tais iniciativas, segundo a literatura especializada, podem resultar em experiências de sucesso no que diz respeito à construção de um novo modelo de desenvolvimento rural (BROSE 2000; ABRAMOVAY, 2001 apud PICOLOTTO; DIESEL, 2004, p.2).

Embora se admita que as formas de organização coletiva no meio rural brasileiro já existam desde o período colonial,²¹ reconhece-se que, atualmente, as associações de agricultores vêm conquistando cada vez mais uma posição de destaque no País, sobretudo na esfera governamental (SILVEIRA et al., 1999). Pois, como admitem Callou e Tauk Santos (2008, p.37), a temática do associativismo nos últimos anos passou a assumir uma relevância sem precedentes no âmbito governamental brasileiro, haja vista sua constante presença nos discursos e possibilidades de financiamentos produtivos e infraestruturais do atual governo, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), particularmente nas questões voltadas ao associativismo e à economia solidária.

Inclusive, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), que, como sublinha Pires et al. (2009), se propõe a apoiar as iniciativas voltadas para a comercialização dos produtos procedentes da agricultura familiar e sua inserção nos mercados, centrando suas ações numa metodologia participativa e no estímulo às atividades de base agroecológica. Tal estímulo fica evidenciado em um dos objetivos da Pnater:

Incentivar a construção e consolidação de formas associativas que, além de criar melhores formas de competitividade, sejam geradoras de laços de solidariedade e fortaleçam a capacidade de intervenção coletiva dos atores sociais como protagonistas dos processos de desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2004, p.9).

Saborin (2009) chama a atenção para o fato do expressivo crescimento das associações de produtores nos últimos trinta anos. Ainda de acordo com este autor, três fatores foram fundamentais para o surgimento da maioria das associações no País: a necessidade das comunidades de poder contar com representações jurídicas; a atuação de atores externos, tais

²¹ Os autores citam como exemplos as práticas de ajuda mútua, os mutirões e as trocas de serviços.

como a Igreja, as ONGs, os serviços de extensão rural e os projetos públicos; e a existência de apoios ou financiamentos reservados para projetos associativos comunitários (SABORIN, 2009, p.88). Para Silveira (1992 apud SILVEIRA et al., 1999), essas organizações procuram tomar iniciativas de cooperação na tentativa de superar a marginalidade em diversas esferas (técnica, econômica, política, social etc.), constituindo-se, assim, em uma forma de resistência a um mercado produtivo cada vez mais competitivo e seletivo. Na concepção do autor, de maneira geral, as associações agrícolas apresentam as seguintes finalidades:

Transformar, através da união, os pequenos agricultores dispersos, em uma força coesa, principalmente nas relações políticas e econômicas, sobretudo nas esferas de comercialização (de insumos e produtos), do processamento primário (leite, frutas, verduras e carnes, principalmente, da prestação de serviços etc. [...]) Enfrentar problemas de diferentes ordens: de ordem política, relacionados à exclusão da grande maioria dos agricultores nos processos decisórios, isto é, a busca de espaços de participação democrática; e de ordem econômica, e os que se referem à busca de formas de cooperação que se constituam em formas de alternativas minimizadoras do processo de exclusão (SILVEIRA 1992 apud SILVEIRA et al., 1999, p.2).

Para Silveira et al. (1999), as associações proporcionam aos pequenos agricultores uma escala operacional mais compatível com os padrões técnicos e econômicos exigidos pelo sistema capitalista. Ao que De Lannoy (1987 apud SILVEIRA et al., 1999) complementa, afirmando que as associações podem se tornar um meio efetivo para reduzir os custos e as exigências de escala da tecnologia moderna, tornando viáveis certos meios de produção, na medida em que possibilitam, indiretamente, uma melhor ocupação e rentabilidade da força de trabalho disponível nas famílias agricultoras.

Com relação à origem dessas organizações, Ribeiro (1992 apud SILVEIRA et al., 1999) afirma que elas tanto podem ser classificadas como associações criadas de forma clientelística e paternalista, como podem ser associações criadas por iniciativas não governamentais e autônomas. Quase sempre, as primeiras são criadas por agências de governo ou de caridade, quando existem recursos disponíveis de algum projeto a ser distribuído e, não raramente, se transformam em associações fantasmas, pois possuem registro formal, mas sem nenhuma atuação de fato.

A segunda forma é aquela em que os grupos buscam a participação de seus associados ou beneficiários. Além disso, esse tipo de associação possui expectativas mais amplas do que um único projeto ou momento, e, portanto, possuem legitimidade do ponto de vista de participação dos associados. Este segundo tipo de associação, ainda de acordo com Ribeiro

(1992 apud SILVEIRA et al., 1999), atua de forma independente, mesmo que seu grupo organizado receba algum tipo de apoio de agências governamentais ou de outras entidades não governamentais, pois, como foi dito anteriormente, essas associações buscam se fortalecer através de projetos graduais ao longo do tempo.

Essa última tendência vem sendo particularmente observada desde o final da década de 1970, dando origem a experiências diferenciadas, cuja autonomia e sustentabilidade estiveram muito associadas às oportunidades e assessorias disponibilizadas aos grupos, ainda segundo Ribeiro (1992 apud SILVEIRA et al., 1999). É dentro desse segundo perfil de entidades que pretendemos situar a associação envolvida no processo de transição agroecológica desenvolvido por agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, a Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde), considerando que lá são identificadas uma efetiva participação de seus associados e autonomia na realização de seus projetos. Algumas dessas questões serão retomadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS

A partir das discussões tecidas no capítulo anterior, especialmente no que se refere à dimensão associativa dos agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, merecem destaque a criação da Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde), a participação de outras organizações envolvidas no processo de assessoria e monitoramento do processo de transição agroecológica, além da feira agroecológica, como espaço de articulação econômica e organizacional do grupo em análise. Este capítulo trata, portanto, do processo de participação e articulação das organizações e o conjunto de ações daí decorrentes.

4.1 A Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde)

A Adessu Baixa Verde é uma associação de agricultores agroecológicos que atua nos municípios de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde. Localizada no município de Triunfo, Estado de Pernambuco, foi fundada no ano de 1996, como resultado da mobilização dos agricultores familiares dos municípios de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde, a partir de reuniões para discussão das condições da atividade agrícola e pecuária da região. Os problemas na liberação de créditos, a assistência técnica insuficiente e o baixo valor na comercialização dos produtos eram alguns dos pontos discutidos nessas reuniões.

Essa iniciativa contou com a participação de doze famílias de agricultores e teve o apoio do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Triunfo e do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (Deutscher Entwicklungsdienst – DED) (ASSOCIAÇÃO..., 2003). A principal motivação para a criação da Adessu está relacionada aos efeitos perversos provocados pela Revolução Verde ao meio rural brasileiro, como, por exemplo, a poluição ambiental, o esgotamento dos recursos naturais e a erosão e degradação dos solos agrícolas, questões já discutidas no capítulo anterior.

As consequências deste processo no município em estudo foram graves, pois geraram riqueza somente para alguns agricultores capitalizados, reafirmando, assim, a exemplo do modelo implementado no rural brasileiro, um desenvolvimento desigual e excludente. Consequências essas que tornaram cada vez mais evidente a diferença entre as duas formas de agricultura presentes no País: de um lado, a agricultura moderna, tecnificada, capitalizada, patronal, e, do outro lado, a agricultura tradicional, de subsistência, familiar²² (SABORIN, 2009). Além disso, o solo da região também já demonstrava limites de esgotamento para a agricultura, sendo esse um fato resultante do próprio modelo agrícola adotado no País.

É nesse contexto que surge a Adessu, como uma reação dos agricultores familiares ao processo de exclusão no campo, principalmente daqueles menos capitalizados. A preocupação com o futuro dos agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde diante dos impasses provocados pelo modelo de modernização da agricultura foi um dado que se destacou no discurso da agricultora I, como sendo um requisito essencial para o surgimento da Adessu.

Nós, os pequenos agricultores, não tínhamos como competir com os grandes. Não tinha espaço nos mercados, nossa produção se perdia. [...] Sem falar nos problemas ambientais que a gente enfrentava também, o solo era todo degradado. Tinha que ser feita alguma coisa, então os próprios agricultores junto com o Sindicato tiveram a iniciativa de se mobilizar, para mudar esse quadro (AGRICULTORA I, 2011).

Grosso modo, os agricultores tinham como objetivos desenvolver atividades agrícolas que gerassem renda e preservassem o meio ambiente; promover a organização dos agricultores; trabalhar o processo de beneficiamento e comercialização da produção; e incentivar a integração de jovens e mulheres ao trabalho (ASSOCIAÇÃO..., 2003).

No ano de 1998, a Adessu concluiu seu primeiro projeto de implantação de áreas agroflorestais, utilizando técnicas sustentáveis de manejo, onde foram adquiridas estacas de plantas nativas e frutíferas, raquetes de palma e foi construído um viveiro de 22 mil mudas de café, em parceria com a Prefeitura de Santa Cruz da Baixa Verde (Adessu, 2003). A realização desse projeto, segundo o agricultor A,

se deveu ao fato de a Adessu ter procurado incluir o máximo de agricultores familiares do município dentro da proposta agroecológica.

²² Sabourin (2009, p.40) chama a atenção, inclusive, para a abordagem dualista presente no setor agrícola brasileiro, na medida em que ocorre a separação entre o apoio à agricultura familiar por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do apoio à agricultura patronal, tratado por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

E como atesta ainda esse agricultor:

Aqueles que não realizavam nenhuma prática agroecológica, nem entendiam nada sobre Agroecologia, passaram a querer implantar uma agrofloresta na sua propriedade, por causa da Adessu (AGRICULTOR A, 2011).

E isso fez com que um número cada vez maior de agricultores procurasse a Adessu para se associar em torno de um trabalho conjunto. A partir dessa experiência inicial de implantação de áreas agroflorestais, a Adessu estruturou-se e pôde proporcionar outras alternativas para a agricultura familiar do município. É importante destacar que, atualmente, a Adessu ainda conta com a parceria do Centro Sabiá, assessorando as famílias agricultoras e disseminando os princípios da Agroecologia e dos sistemas agroflorestais na região.

Dessa parceria e em cooperação com a agência de desenvolvimento alemã Kindernothilfe (KNH), foi criada uma agroindústria na associação, para o processamento da cana-de-açúcar e beneficiamento das frutas, o que, com efeito, veio a consolidar a agricultura familiar e a geração de renda, com a comercialização do excedente da produção. A unidade de processamento vem produzindo derivados do caldo de cana, como rapadura, mel e açúcar mascavo, e fabricando algumas polpas de frutas, em que os agricultores envolvidos participam de todas as etapas de produção, desde a produção da matéria-prima até a sua comercialização (ANDRADE et al., 2009).

Além de atuar dentro dos princípios da Agroecologia e na multiplicação dos sistemas agroflorestais, a Adessu trabalha buscando o melhoramento da produção dos agricultores associados de maneira a agregar mais valor aos seus produtos (ANDRADE et al., 2009). Para a realização de tais objetivos, identifica-se, na Adessu, toda uma dinâmica de práticas de cooperação no âmbito produtivo, ou seja, práticas que se constituam em estratégias de resistência ao processo de exclusão da unidade produtiva e que possam superar a marginalidade nos planos técnicos e econômicos dos agricultores (SILVEIRA et al., 1999).

Assim sendo, a Adessu, dentro dos princípios da Agroecologia, estimula a realização de práticas de produção sustentável, incentiva a preservação dos recursos naturais, proporciona troca de experiência entre os agricultores, participa da organização de feiras agroecológicas, apoia a participação de jovens e mulheres, presta serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, viabiliza condições de produção (máquinas, implementos, transporte e agroindústria), e busca a realização de cursos em parceria com o Serviço

Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Avaliando os aspectos positivos desde a criação da Adessu, um agricultor elencou os seguintes pontos:

A Adessu fez com que nós não precisássemos mais procurar o atravessador. Aqui, nós conseguimos escoar a nossa produção de forma tranquila. Ela também proporciona para os agricultores uma série de cursos, via Senar, Senac e Sebrae, sobre associativismo, cooperativismo, planos de negócio, beneficiamento de produção etc. Além da questão dos preços do produto, que através da Adessu são comprados pelo valor justo, principalmente para os programas do governo (AGRICULTOR F, 2011).

Atualmente, a Adessu conta com um número de 45 agricultores, dos quais 16 residem no município de Santa Cruz da Baixa Verde e 29 no município de Triunfo. Os associados se reúnem em assembleia geral para as grandes decisões. O agricultor A relata que esse número já foi maior, informando que a Adessu já chegou a ter 67 associados no período de 2001 a 2003. Nos últimos anos, o corpo social tem oscilado entre 40 e 47 membros. O agricultor cita ainda os principais motivos que fizeram com que esse número variasse ao longo dos anos:

Já entraram vários tipos de pessoas na associação, o número máximo de associados que eu lembro foi de 67 agricultores. [...] Diminuiu porque muitos desses agricultores não atenderam às exigências da Adessu e do Centro Sabiá para serem considerados como orgânicos e eles usavam produtos que não eram permitidos. [...] Também teve agricultor que entrou na associação somente para ser beneficiado por algum programa que já estava em andamento. Teve agricultor que entrou pra ter uma cisterna construída na sua propriedade, e depois deixou de participar da Adessu (AGRICULTOR A, 2011).

Ao lado disso, é importante destacar que alguns dos agricultores ligados à Adessu, especialmente aqueles que estão há mais tempo no quadro de sócios, expressam em seus discursos um forte sentimento de pertencimento à associação, como enfatizado a seguir:

Quem faz a Adessu somos nós associados, e não a sede dela. A Adessu trabalha para ajudar, mas a gente tem que fazer a nossa parte (AGRICULTOR H, 2011).

Isso porque, manter-se no quadro de associados da Adessu passou a ser particularmente interessante para os agricultores, principalmente a partir da firmação de contratos entre a Adessu e programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), como forma de

assegurar a comercialização de boa parte da produção dos associados. Tal expectativa se reflete neste depoimento:

O restante do que eu vendo para os consumidores, eu entrego tudo para a Adessu, para ela repassar para o Pnae e para o PAA. Isso é muito bom, porque é um dinheiro certo que a gente recebe. [...] A Adessu é muito importante na venda. Ela organiza tudo na venda para o governo. A gente entrega o produto, pega o recibo e depois vem buscar o dinheiro. O dinheiro é liberado por mês, tudo certinho, aí eu venho buscar (AGRICULTOR H, 2011).

Nesse contexto, Silveira et al. (1999) observam que as associações de agricultores devem ser compreendidas como resposta a uma situação em que o produtor isolado não consegue atender às demandas e exigências das políticas públicas e dos mercados. A criação dessas associações, como a Adessu, além de atender às demandas dos agricultores, é capaz de viabilizar a produção diante dos altos custos de produção, das exigências tecnológicas e das dificuldades de comercialização. Questões que tendem a ser reforçadas por Pires (2005, p.62), ao afirmar que iniciativas de organização coletiva dessa natureza se constituem “como um canal importante de produção, de organização da produção, de agregação de valor e de comercialização da produção.”

Recentemente, os associados da Adessu fundaram a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar Agroecológica (Coopcafa), com o objetivo de concretizar o controle sobre todo o processo produtivo, de transformação e de comercialização da produção agroecológica proveniente da agricultura familiar do município. Dessa maneira, as experiências iniciais de valorização da produção agroecológica dos agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde passaram a contribuir consideravelmente com a geração de renda do município.

4.2 O processo de certificação

A produção dos agricultores familiares associados à Adessu é realizada dentro dos princípios da Agroecologia e atende, conforme informações obtidas, à Lei Nº 10. 831, de 23 de dezembro de 2003,²³ em cujo inciso 2º, apresenta-se o conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial, abrangendo as seguintes denominações: ecológico,

²³ A Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura e outros que atendam aos princípios estabelecidos por esta Lei (BRASIL, 2003).

Ainda na década de 1990, no início do processo de transição agroecológica desenvolvido por agricultores do município de Santa Cruz da Baixa Verde, o procedimento de certificação dos produtos agroecológicos era realizado pela Adessu, com assessoria do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Segundo relatos do agricultor A, eram realizadas vistorias nas propriedades dos agricultores em parceria entre técnicos da Adessu e do Centro Sabiá, além dos próprios agricultores designados para o acompanhamento das visitas.

Essas vistorias tinham como objetivos principais, tanto orientar os agricultores na realização e manejo de práticas agroecológicas, como fiscalizar e garantir a idoneidade em todas as etapas produtivas nas propriedades dos agricultores. Os que produziam dentro dos princípios agroecológicos e nos critérios estabelecidos pela Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, recebiam uma declaração emitida pela Adessu e pelo Centro Sabiá.

O agricultor A relatou ainda que, no período entre 2004 e 2006, devido a novas exigências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para comercialização dos produtos orgânicos, a Adessu contratou os serviços do Instituto Biodinâmico Certificações (IBD), uma das certificadoras credenciadas pelo Mapa, para realização da inspeção e certificação dos produtos beneficiados em sua própria agroindústria, oriundos da produção de seus associados.

A ideia dos agricultores era conquistar novos mercados, oferecer produtos de melhor qualidade, beneficiar e rotular seus produtos, o que requeria, por conseguinte, a necessidade de obter o selo de certificação para facilitar o processo (ANEXO A). Entretanto, durante os dois anos em que foi assessorada pelo IBD, a Adessu não pôde utilizar o selo de certificado orgânico, tendo em vista que sua unidade não atendia às exigências da vigilância sanitária. Assim, devido ao alto investimento para a certificação, e sem o retorno dos resultados esperados, a Adessu e o Centro Sabiá voltaram a se responsabilizar pelo processo de certificação dos agricultores, ainda no ano de 2006.

É importante destacar, que, recentemente, com a mudança nas normas da legislação da produção de alimentos orgânicos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, devido à diversidade da produção orgânica brasileira, estabeleceu três mecanismos de

controle regulamentados para a garantia da qualidade orgânica: a certificação por auditoria,²⁴ os sistemas participativos de garantia²⁵ e o controle social na venda direta (BRASIL, 2010).

O Mapa observa que, independentemente do mecanismo utilizado pelo produtor, todos devem integrar o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, entretanto, somente as modalidades de certificação por auditoria e sistemas participativos de garantia poderão utilizar o selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (Sisorg) (ANEXO B). Em outras palavras, isso significa que todos os produtos orgânicos vendidos em supermercados e restaurantes, por exemplo, deverão ter na embalagem ou no rótulo um selo nacional de certificação (BRASIL, 2010).

No caso do controle social na venda direta, os agricultores familiares estão dispensados da exigência do selo na venda direta ao consumidor, como é o caso das feiras agroecológicas e a entrega dos produtos para programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Com isso, os agricultores que produzem dentro das normas estabelecidas e não têm condições de pagar pela certificação ficam dispensados de antigas burocracias e encontram novas possibilidades de comercialização de seus produtos.

Para isso, o Mapa observa que os produtores têm que fazer parte de uma Organização de Controle Social (OCS)²⁶ cadastrada em órgãos fiscalizadores, que pode ser um grupo de agricultores familiares, associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem personalidade jurídica (BRASIL, 2010).

Além disso, os agricultores familiares, assim como todos os produtores orgânicos, mesmo realizando a venda direta, têm que se cadastrar no ministério para ter a certificação. A

²⁴ Atualmente, existem quatro certificadoras credenciadas pelo Mapa para a realização da certificação por auditoria: o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), o Instituto Biodinâmico Certificações (IBD), o Instituto de Mercado Ecológico (IMO – Control do Brasil) e o Organismo de Controle e Certificação Ecocert Brasil (BRASIL, 2010).

²⁵ Os sistemas participativos de garantia têm que possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) para avaliar a conformidade dos produtos, incluir os produtores orgânicos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e os autorizar a usar o selo da Sisorg. As Opacs credenciadas pelo Mapa são: a Associação Ecovida de Certificação Participativa – Rede Ecovida, a Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC), e a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (BRASIL, 2010).

²⁶ De acordo com o Mapa, a Organização de Controle Social tem o papel de orientar os associados sobre a qualidade dos produtos orgânicos e, para que tenha credibilidade e seja reconhecida pela sociedade, precisa estabelecer uma organização, comprometimento e confiança entre os participantes (BRASIL, 2010).

partir desse cadastro, o agricultor recebe uma credencial, ou seja, uma espécie de diploma, que reconhece sua propriedade como orgânica.

O Mapa, através da sua Comissão Nacional da Produção Orgânica (CNPORG), criou as Comissões da Produção Orgânica de âmbito Estadual, com a finalidade de auxiliar as ações necessárias ao desenvolvimento da produção orgânica brasileira. Dentre as atribuições das Comissões da Produção Orgânica, destacam-se: emitir parecer sobre regulamentos que tratem da agricultura orgânica; propor à CNPORG regulamentos que tenham por finalidade o aperfeiçoamento da rede de produção orgânica no âmbito nacional e internacional; discutir e propor os posicionamentos a serem levados pelos representantes brasileiros em fóruns nacionais e internacionais que tratem da produção orgânica; emitir sobre pedidos de credenciamento de organismos de avaliação da conformidade orgânica (BRASIL, 2010).

No Estado de Pernambuco, as Comissões da Produção Orgânica são compostas por membros das entidades tanto governamentais como não governamentais, como, por exemplo, a Agência de Defesa Agropecuária de Pernambuco (Adagro), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto Tecnológico de Pernambuco (Itep), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a ONG Terra Viva, a ONG Terra Fértil, o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, e a ONG Serviço de Tecnologia Alternativo (Serta), entre outras.

Contudo, de acordo com a agricultora I, as regras da nova legislação do setor vão continuar praticamente as mesmas vigentes para os agricultores da Adessu. Desse modo, tanto para os agricultores, como para os técnicos extensionistas entrevistados neste trabalho, a maior dificuldade nessa fase de adaptação às mudanças propostas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) está sendo o cadastramento dos produtores, tanto que os agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde ainda não possuem a credencial emitida pelo Ministério.

Nesse contexto, atualmente, no município de Santa Cruz da Baixa Verde, a certificação dos produtos é garantida através de visitas aos agricultores, com o objetivo de conferir seus sistemas produtivos e a natureza dos insumos utilizados. As visitas ocorrem em intervalos de aproximadamente dois meses e são realizadas pelos jovens difusores

agroecológicos da Adessu.²⁷ Os jovens permanecem por cerca de duas horas nas propriedades dos agricultores, podendo permanecer por mais tempo, caso haja suspeita da realização de alguma prática proibida, como, por exemplo, a realização de queimadas ou a utilização de agrotóxicos.

Os agricultores que atendem aos critérios estabelecidos pela legislação vigente e às exigências da Adessu recebem as suas declarações emitidas pela própria associação. São essas declarações (ou certificados), inclusive, que viabilizam a participação dos agricultores nas feiras agroecológicas e os credenciam como produtores orgânicos para comercializarem seus produtos com os programas governamentais.

A esse respeito, Flores (2002) destaca que a criação de sistemas de certificação constitui um instrumento importante para valorização dos produtos, garantindo, por conseguinte, uma maior inserção nos mercados. Entretanto, o autor reconhece que os elevados custos associados a esses processos tendem a dificultar o acesso da agricultura familiar a novos mercados. No caso em análise, além do custo que tal processo representa, o fato de os produtos estarem destinados ao mercado local desestimula a conquista de certificados, como observado no depoimento a seguir:

Como os nossos produtos são vendidos somente por aqui, ainda não vale a pena pagar pelos selos certificadores de fora, fica muito caro para nós (AGRICULTOR F, 2011).

Observa-se que, ainda que não haja, no momento, uma inspeção das atividades produtivas e certificação dos produtos agropecuários por empresas responsáveis por esse tipo de fiscalização, os agricultores associados seguem rigorosamente as orientações da Adessu, no que diz respeito à realização das práticas agroecológicas, por se tratar de condição necessária à sua permanência na associação.

²⁷ Os jovens difusores agroecológicos da Adessu geralmente são aqueles que participaram de cursos oferecidos pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. A formação nesses cursos inclui jovens agricultores dos municípios de Triunfo e de Santa Cruz da Baixa Verde e filhos de agricultores já associados à Adessu.

4.3 O papel das Organizações Não Governamentais no contexto do desenvolvimento rural: os principais aspectos teóricos

Conforme discutido na literatura, as consequências socioeconômicas e ambientais, provocadas pelo modelo agrícola dominante (concentração da terra, da renda e do acesso ao crédito, êxodo rural, desflorestamento, empobrecimento de solos férteis etc.), têm proporcionado a emergência de diversas organizações não governamentais voltadas para a problemática agrícola e rural (ALMEIDA, 2009b, p.59).

Com efeito, essas organizações, principalmente nos países em vias de desenvolvimento, onde existe a necessidade de se combater a pobreza no setor rural e de recuperar os recursos básicos das pequenas propriedades, têm buscado novas estratégias de desenvolvimento rural, pautadas em uma abordagem de baixo para cima e utilizando os recursos já disponíveis: população local, suas necessidades e aspirações, seu conhecimento agrícola e recursos naturais existentes (ALTIERI, 2009; ALTIERI; MASERA, 2009).

Analisando programas agroecológicos promovidos por ONGs em diferentes partes do mundo, Altieri (2009) considera que essas organizações em muito podem contribuir para o desenvolvimento dos sistemas produtivos dos agricultores, especialmente aqueles que mais se assemelham ao processo de produção camponês.

Algumas ONGs envolvidas em programas de desenvolvimento rural demonstraram uma capacidade única de compreender a natureza específica e diferenciada da pequena produção, promovendo experiências bem-sucedidas na geração e transferência de tecnologias camponesas. Um elemento-chave tem sido o desenvolvimento de novos métodos agrícolas baseados em princípios agroecológicos, que se assemelham ao processo de produção camponês. Esta abordagem distingue-se daquela da Revolução Verde não apenas tecnicamente, ao reforçar o emprego de tecnologias de baixo uso de insumos, mas também por critérios socioeconômicos, no que tange às culturas afetadas, beneficiários, necessidades de pesquisa e participação local (ALTIERI, 2009, p.41).

Para Altieri (1987 apud ALMEIDA, 2009b, p.60), as organizações não governamentais que atuam no meio rural possuem características particulares que as distinguem de diversas outras, dentre as quais destacam-se: uma preocupação para que a transferência de tecnologias seja (socialmente) apropriada à realidade de cada produtor; o incentivo ao resgate de práticas agrícolas tradicionais; o entendimento da sua lógica; e a promoção de atividades de intercâmbio de conhecimento entre agricultores. Ao lado disso, tratam as questões do desenvolvimento rural e agrícola como processos sociais, permitindo

que os agricultores envolvidos nesses processos tenham consciência de sua condição e se sintam capazes de enfrentar os desafios.

Com relação à composição das ONGs rurais, Almeida (2009b) afirma que a grande maioria é integrada por mediadores que possuem uma formação na área das Ciências Agrárias, como agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas etc. Ribeiro (2009), analisando as ONGs a partir dos temas agricultura sustentável e desenvolvimento rural, afirma que o papel fundamental dessas organizações é:

O de articular os múltiplos aspectos que vão desde a transdisciplinaridade de enfoques até a articulação de níveis da organização social que não se comunicam facilmente entre si, tanto vertical como horizontalmente (RIBEIRO, 2009, p.153).

Para a autora, tal papel é extremamente relevante, na medida em que os efeitos negativos da agricultura dominante intensificaram-se nas últimas décadas, restando às ONGs desempenharem um papel reestruturador para algumas rupturas, tais como: resgatar ou propor tecnologias social e ecologicamente sustentáveis para a agricultura; reconhecer e valorizar o papel da mulher na agricultura; promover intercâmbios entre produtores e técnicos em nível regional; atuar de forma que possa influenciar a criação de políticas para a agricultura, tanto em nível nacional como internacional; mostrar a necessidade de determinar de forma participativa e através de seus atores fundamentais quais seriam os indicadores da agricultura sustentável; atuar de forma dinâmica, que permita a expressão e organização dos diferentes atores sociais da agricultura sustentável e sua inter-relação (RIBEIRO, 2009).

No Brasil, reconhece-se que as organizações não governamentais vêm ganhando força crescente nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1990 e, particularmente, desde o Governo Lula (BONNAL; MALUF, 2009; TELLES, 2009). Segundo Bonnal e Maluf (2009), as ONGs voltadas para o meio rural e agrícola surgiram da necessidade da criação de referenciais próprios para a agricultura familiar, e a correspondente demanda de políticas diferenciadas para o setor.

Como admitem Bonnal e Maluf (2009, p.79), “esses atores sociais se diferenciam entre si pelo referencial que mobilizam (Agroecologia, agricultura orgânica, agricultura familiar modernizada, papel do meio ambiente etc.)” Desta forma, Malagodi (2004, p.169) afirma que a atuação das ONGs permite, inclusive, que os agricultores compreendam melhor a real dimensão de seus problemas, na medida em que veiculam os problemas e soluções

alcançadas em outras áreas. O autor ainda acrescenta que essas organizações difundem as experiências exitosas que vêm dando certo em outras regiões, novas concepções de agricultura, incluindo aí, por exemplo, a Agroecologia, assim como novas alternativas tecnológicas, variedades de plantas diferentes das utilizadas no lugar, novas formas de organização da produção, do trabalho agrícola, do armazenamento e da comercialização.

Entretanto, é importante destacar, como observa Ribeiro (1994 apud GRAZIANO DA SILVA, 2009, p.119), que o campo das ONGs no País é frequentemente marcado por forte dependência financeira de entidades internacionais, particularmente. Tal situação, segundo Graziano da Silva (2009), permite que, por muitas vezes, o papel das ONGs seja reduzido a “simples mediadores de recursos externos ou ainda de representante local das prioridades e interesses das agências financiadoras que refletem a agenda política e econômica de seus países hospedeiros.” Inclusive, essa característica se identifica no discurso de um técnico ligado ao Centro Sabiá.

O processo de transição iniciou porque os agricultores passaram a procurar outras alternativas de produção, para agregar valor em seus produtos, e sem uso de venenos. [...] Mas o detalhe é que as agências internacionais, para financiar os projetos, exigiam que a produção fosse orgânica. Tinha que ser um projeto com orgânicos. Então, além da iniciativa do Centro Sabiá e dos agricultores, o processo avançou também por causa das exigências da agência alemã, de onde vinham os recursos (TÉCNICO EXTENSIONISTA 2, 2011).

Ainda assim, as experiências das ONGs atuantes no meio rural brasileiro vêm sendo destacadas no País, pois, como observam Guanziroli et al. (2001, p.183), tais experiências têm revelado “que os agricultores podem ter um papel fundamental na geração e na difusão de tecnologias.” Os autores ressaltam ainda que, nesse processo, “é importante reforçar o controle dos agricultores sobre a assistência técnica, estabelecendo uma governança que comprometa e responsabilize todas as partes envolvidas com resultados efetivos.”

Com efeito, o sucesso de experiências desenvolvidas por algumas ONGs no Brasil torna-se referência para a definição de políticas específicas para a agricultura familiar, como, por exemplo, na questão do acesso à água por parte da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), ou no modelo de agricultura adotado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) (BONNAL; MALUF, 2009, p.86). Em casos como estes, “as ONGs têm se mostrado bastante eficazes no tocante à busca de respostas às demandas dos agricultores familiares (MALAGODI, 2004, p.169).”

No município de Santa Cruz da Baixa Verde, duas organizações não governamentais merecem papel de destaque no âmbito da experiência de transição agroecológica protagonizada por agricultores familiares: o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá e o Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor), que serão apresentados a seguir:

4.4 O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá

Trata-se de uma organização não governamental fundada no ano de 1993, com sede no Recife, Pernambuco, mas que atua em diversas regiões do Estado, concentrando seus trabalhos, principalmente, na multiplicação dos sistemas agroflorestais. Filiado à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), o Centro Sabiá apresenta, na sua missão, o desafio de interagir com os diversos setores da sociedade civil, na medida em que busca desenvolver trabalhos diferenciados com crianças, jovens, mulheres e homens presentes na agricultura familiar (CENTRO..., S.d.).

Na tentativa de cumprir tal missão, o Centro Sabiá concentra suas ações em seis eixos estratégicos: 1) fortalecimento de processos de produção da agricultura familiar para a transição agroecológica, contribuindo para a soberania, a segurança alimentar e nutricional, a melhoria do trabalho e renda das famílias agricultoras e o combate às desigualdades sociais de classe, gênero, raça e geração; 2) fortalecimento do trabalho com grupos de mulheres e comunidades quilombolas na perspectiva de gênero e geração de trabalho e renda; 3) participação da juventude, protagonizando ações agroecológicas e contribuindo para a melhoria da vida nas dimensões política, social e ambiental no campo; 4) participação efetiva nos espaços locais, regionais e nacionais na discussão e elaboração de políticas públicas para a agricultura familiar em redes e parcerias; 5) comunicação, promovendo a visibilidade institucional na perspectiva de uma agenda pública que fortaleça a agricultura familiar e a agroecologia; 6) desenvolvimento institucional organizacional e de gestão fortalecidos a partir de valores sociais e políticos do trabalho (CENTRO..., S.d.). Além disso, essa ONG está vinculada a algumas redes e articulações, dentre as quais merecem destaque a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e a Rede de Assessoria Técnica e Extensão Rural do Nordeste (Rede Ater/NE).

As atividades do Centro Sabiá junto aos agricultores do município de Santa Cruz da Baixa Verde resultaram na criação da Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde), também na década de 1990. A assessoria realizada pelo Centro Sabiá, ao longo dos anos, foi seguindo os objetivos de seus eixos

estratégicos, prestando aos agricultores familiares e à Adessu ações que pudessem contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável.

Todos os agricultores entrevistados neste trabalho destacaram a importância do Centro Sabiá no processo de transição agroecológica desenvolvido no município, principalmente no que diz respeito aos serviços de assistência técnica e extensão rural e à participação na construção de alternativas para a comercialização dos produtos e geração de renda. Para um agricultor, o Centro Sabiá foi importante porque:

Junto com a Adessu, o Sabiá realizou cursos, dias de campo, entrega de materiais sobre Agroecologia e materiais para começar a transição e fez intercâmbios em outras propriedades que passavam pela mesma experiência (AGRICULTOR G, 2011).

Segundo outro agricultor:

O Centro Sabiá realizava visitas, através dos técnicos, e ajudava os agricultores no que precisavam (AGRICULTOR D, 2011).

Entretanto, os mesmos agricultores entrevistados destacam que, atualmente, a participação do Centro Sabiá ficou bastante reduzida quando comparada a outros anos. O agricultor A, por exemplo, afirma que não recebe assistência técnica no momento, pois:

O Centro Sabiá não atua em toda a comunidade, visita alguns agricultores. Raramente recebo visita ou participo de intercâmbios através do Centro Sabiá (AGRICULTOR A, 2011).

Para o agricultor F, o que ocorre é que “a assessoria do Sabiá é uma assessoria mais geral, nada pontual.” Essa ideia era, entretanto, radicalmente refutada pelo técnico extensionista 2, quando elencava categoricamente as ações desenvolvidas pelo Centro Sabiá, assim descritas:

Os técnicos iam para as propriedades dos agricultores e vivenciavam a realidade deles. Eles levavam as novas tecnologias para sensibilizar o pessoal. Eram feitos intercâmbios para lugares onde já existiam experiências. Mas, muita coisa já existia na propriedade dos agricultores, como o processamento, então os técnicos só traziam novos elementos e adequava à realidade local. Não queríamos trazer cem ideias para a cabeça de um agricultor, mas uma ideia para a cabeça de cem agricultores. Além de passar por intercâmbios, foi feito Diagnóstico Rápido Participativo, oficinas sobre gestão para aumentar a participação das famílias, sobre associativismo. Os temas trabalhados eram sobre a diversificação da produção; comercialização;

integração lavoura e animal; consórcio de espécies (arbóreas, arbustivas, fruteiras, florestais, cultura anual, hortaliças). Geralmente as atividades eram coletivas, com dias de campo, mutirão em unidades demonstrativas, onde todos aprendiam ao mesmo tempo, coletivamente (TÉCNICO EXTENSIONISTA 2, 2011).

No entanto, o técnico reconhece que, atualmente, os agricultores associados à Adessu não recebem uma assessoria pontual por parte do Sabiá: “Eu sei que eles sentem falta, mas a ideia é que eles agora sejam agricultores de referência para os outros, multiplicadores dos sistemas agroflorestais.” O desejo dos técnicos é que os agricultores da Adessu contribuam para sensibilizar um maior número de agricultores, no sentido de adotarem uma agricultura sustentável. O técnico 2 corrobora essa ideia da troca de experiências entre agricultores, com vistas à ampliação do processo de transição, ao afirmar:

Acho importante a participação deles. É fundamental porque às vezes o técnico não consegue difundir as ideias entre os agricultores, e quando isso ocorre entre eles é mais fácil. Ou seja, de agricultor para agricultor é mais fácil (TÉCNICO EXTENSIONISTA 2, 2011).

E destaca o papel daqueles agricultores que fazem parte desde o início do processo:

Os agricultores que têm mais respaldo falam com os outros, levam para visitar as propriedades e falam das dificuldades iniciais e dos benefícios que podem ter. Eles difundem melhor do que o extensionista. A linguagem do agricultor é melhor para isso (TÉCNICO EXTENSIONISTA 2, 2011).

Nesse sentido, é importante destacar a questão da utilização da linguagem apropriada e a adequação das práticas agrícolas à realidade dos agricultores envolvidos na experiência agroecológica, pois, como destacado anteriormente neste trabalho, a Agroecologia pressupõe o uso de tecnologias adequadas às características locais e à cultura das populações e comunidades rurais que vivem numa determinada região ou ecossistema e que serão manejadas pelos próprios agricultores (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p.22). O técnico 2 destaca que, nesse processo, é fundamental que ocorra um diálogo de saberes entre técnicos e agricultores, realçando, além disso, a importância do protagonismo dos agricultores.

O diálogo ocorre dos dois lados. Os técnicos iniciantes participam de estágios de vivência junto aos agricultores, participam de intercâmbios, das práticas, com os próprios agricultores e aprendem com os próprios agricultores. O técnico é um facilitador. Tem que colocar o agricultor como protagonista do processo, e colocar

ele para pensar através das suas experiências próprias. Temos que valorizar o seu conhecimento: o agricultor deixa de ser apenas produtor e passa a produzir o conhecimento. Quando realizamos palestras, seminários, quem apresenta são os agricultores (TÉCNICO EXTENSIONISTA 2, 2011).

Finalmente, elenca os principais avanços e dificuldades encontradas por ele na experiência de Santa Cruz da Baixa Verde. No que diz respeito às dificuldades, o técnico afirma:

A primeira é a resistência, a questão cultural. A mídia exerce uma força muito grande a favor do sistema convencional. Alguns resistem na adoção de práticas agroecológicas porque acham que se produzir com adubos e venenos, sua produção vai ser maior. Depois, tem a falta de políticas, assessoria adequada. Faltam sementes agroecológicas para esse tipo de produção, falta apoio governamental, mão de obra. Muitos se deslumbram com a propaganda do agronegócio. E o financiamento para produzir produto agroecológico é quase zero (TÉCNICO EXTENSIONISTA 2, 2011).

Entre os principais avanços observados, o técnico destaca:

Sobre os avanços, melhorou na questão ambiental: não fazem queimadas, não usam agrotóxicos e melhorou a questão dos solos. Eles já processavam os alimentos, agora encontram canais de comercialização: feiras, o PAA. Vendem diretamente para estabelecimentos. Aumento da renda, pois deixaram de depender do mercado para comprar insumos, reduziu os gastos deles, e evitou o atravessador. Vários agricultores que produzem no modo convencional estão passando para o agroecológico, surgiu a cooperativa, tem mais valorização do consumo (TÉCNICO EXTENSIONISTA 2, 2011).

Sem sombra de dúvida, muitos desses avanços constituem um resultado da participação das organizações envolvidas nesse processo. Um destaque particular pode ser dado ao Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, que ao longo dos anos vem construindo uma importante parceria no contexto das práticas agroecológicas com os agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, não obstante o reconhecimento por parte dos agricultores, de que aquela organização já não mantém mais, na atualidade, o mesmo envolvimento observado no início do processo.

4.5 O Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor)

A outra organização não governamental que participa do processo de transição agroecológica dos agricultores familiares do município de Santa Cruz de Baixa Verde é o

Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor), fundado em 1992, por agricultores e lideranças sindicais do Sertão de Pernambuco. O Cecor tem como objetivo principal desenvolver, implantar, sistematizar e difundir experiências, utilizando tecnologias adaptadas à região, para melhor convivência com o Semiárido (CECOR, S.d.).

A missão do Cecor é “incentivar e promover a construção e o fortalecimento de iniciativas sustentáveis de convivência com o Semiárido, voltadas para melhorar a vida dos agricultores familiares, tendo como base a Agroecologia” (CECOR, S.d.). Entre os eixos de trabalho propostos pelo Cecor para implantação e consolidação de experiências baseadas em princípios da Agroecologia, envolvendo atividades que vão desde a produção até a comercialização, de forma adaptada à realidade da agricultura familiar, estão: 1) a convivência com o Semiárido, voltada para a intervenção dos sistemas produtivos (criação de animais, horticultura orgânica, implantação de sistemas agroflorestais etc.); 2) acesso ao mercado, voltado para as ações de fortalecimento da comercialização de produtos agroecológicos por famílias agricultoras, associações locais e suas participações junto aos Conselhos de Desenvolvimento Municipais; 3) gênero e juventude, voltados ao fortalecimento dos direitos e a inclusão deles através de uma abordagem transversal, buscando garantir a presença e participação nas ações desenvolvidas.

Embora se reconheça a importância da atuação do Cecor no Sertão de Pernambuco, os agricultores do município de Santa Cruz da Baixa Verde consideram que suas ações estão mais voltadas para a criação e fortalecimento de meios de comercialização para os produtos agroecológicos oriundos da agricultura familiar, a exemplo da organização da Feira Agroecológica do município de Serra Talhada (Fast). Tal perspectiva evidencia-se nas seguintes palavras:

O Cecor e a Adessu ajudaram muito na fundação da feira agroecológica. Foram os fundadores da feira e incentivaram todo o processo. Divulgam a feira pelo rádio, fazem capacitação. A participação deles é muito importante (AGRICULTOR B, 2011).

O agricultor A reforça esse pensamento, ao afirmar: “O Cecor atua mais na feira, na organização. Eles arrumaram o espaço para a feira, junto com a Adessu.” Reconhece-se, portanto, que o Cecor ocupa papel de destaque no processo de transição agroecológica de Santa Cruz da Baixa Verde, na medida em que a ONG busca alternativas de comercialização dos produtos agroecológicos para o fortalecimento da agricultura familiar, que, por sinal,

fazem parte das estratégias voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, dentro da perspectiva agroecológica.

4.6 A Feira Agroecológica de Serra Talhada (Fast)

A comercialização de produtos livres de agrotóxicos por meio das feiras agroecológicas faz parte das estratégias da Adessu, do Centro Sabiá e do Cecor. Tal atividade é habitualmente identificada como uma possibilidade para aumentar a renda dos agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, incentivando-os a produzir sem a utilização de insumos externos e a uma diversificação em seus sistemas produtivos.

Em relação aos orgânicos, a literatura especializada afirma que esses mercados “nasceram como circuitos curtos de produtores e consumidores engajados e, no caso brasileiro, em forte articulação com o movimento agroecológico, como alternativa à Revolução Verde para a agricultura familiar” (FONSECA, 2000; WEID, ALTIERI, 2002 apud WILKINSON, 2008, p.143).

Veloso e Whitaker (2006 apud RIOS; CARVALHO, 2007), analisando a importância das feiras agroecológicas, afirmam que elas são lugares destinados à comercialização dos produtos agrícolas produzidos através de práticas agroecológicas, cujo objetivo principal é a constituição de espaços e processos de educação solidária entre pequenos produtores e consumidores.

Esses autores ressaltam, além disso, alguns outros objetivos das feiras agroecológicas, como: a segurança alimentar das famílias; geração de renda através da comercialização do excedente; produção e consolidação de um sistema agroecológico, como forma de difusão e preservação do ambiente sustentável; e a eliminação do atravessador, como forma de garantir uma maior rentabilidade para os agricultores. Ainda de acordo com os autores, através das feiras:

Estabelece-se uma comercialização direta do pequeno produtor ao consumidor, subsidiária e solidária. É um momento de fortalecimento do processo de organização e estímulo à prática de autogestão dos pequenos produtores, além de ser um estímulo à participação integral da cadeia produtiva plantio-colheita-beneficiamento-comercialização (VELÔSO; WHITAKER, 2006 apud RIOS; CARVALHO, 2007, p.131).

Em Santa Cruz da Baixa Verde, assim como em outros municípios situados nas suas proximidades, frequentemente acontece a realização de feiras agroecológicas, visando a participação dos agricultores familiares de base ecológica no processo de comercialização de seus produtos. Entretanto, é a feira localizada no município de Serra Talhada que tem uma maior repercussão na vida dos agricultores entrevistados neste trabalho. Isto porque, a Feira Agroecológica de Serra Talhada (Fast) se insere dentro de muitos dos objetivos aqui analisados, constituindo-se num importante espaço de comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar com repercussão direta sobre a renda das famílias, conforme destacado pelo agricultor A: “a feira é muito importante para quem participa dela. Com a comercialização, aumentou a renda da minha família e a dos outros também.”

A Fast está localizada no município de Serra Talhada, a uma distância de 27 km do município de Santa Cruz da Baixa Verde, e começou no ano de 2000, como uma das atividades comemorativas da Semana do Meio Ambiente (CENTRO..., 2006, p.177). Fizeram parte da organização, além do Centro Sabiá, agricultores agroecológicos dos municípios de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde associados à Adessu e agricultores agroecológicos de Serra Talhada acompanhados pelo Cecor.

Considerando a proximidade da realização entre a feira agroecológica e a feira convencional do município de Serra Talhada, fez-se necessário que houvesse um processo promovido pelo Centro Sabiá, de sensibilização e convencimento dos consumidores que ainda não conheciam a proposta do espaço da Fast (CENTRO..., 2006).

A feira vem garantindo uma renda semanal para os agricultores, diferentemente do que acontecia quando só se podia negociar seus produtos com o atravessador. Outro fator a ser destacado é com relação ao acordo que existe entre os agricultores participantes da feira em vender os produtos agroecológicos pelo mesmo preço, evitando, assim, a concorrência entre eles.

Por outro lado, na Fast, os produtos agroecológicos são vendidos pelo mesmo preço dos produtos convencionais, por causa da concorrência com a feira tradicional, contrariando a tendência de ganho adicional permitido pela produção agroecológica (LAMPIKIN, 1990 apud ALTIERI, 2009). Os agricultores também encontram certa dificuldade em relação aos deslocamentos, já que a maioria dos participantes não reside em Serra Talhada, sendo necessária a locação de transportes para conduzi-los até a feira.

Atualmente, a Fast funciona aos sábados, das 6h30 às 11h, e conta com 22 estandes distribuídos uniformemente padronizados. Desses estandes, quatro são destinados a agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, sócios da Adessu. É importante ressaltar que existem alguns critérios para participar da feira, como ser acompanhado por umas das instituições de assessoria e comprovar a experiência de participação em outras três feiras. O agricultor B, que passou pela transição agroecológica há três anos, relata sua experiência para ingresso nesse processo.

Durante os serviços de assistência técnica, eu recebi orientação no plantio, condução, comercialização e um treinamento especial para poder participar da Feira Agroecológica de Serra Talhada (Fast). Aprender saber lidar, atender e tratar os clientes. Era exigido que o agricultor já tivesse participado antes de pelo menos três feiras para poder participar da Fast. Também recebi visita na minha propriedade para saber se eu tinha produtos suficientes para me manter na feira (AGRICULTOR B, 2011).

Diante do exposto, os aspectos positivos sobressaem-se nesta experiência, haja vista os relatos de melhoria de renda por parte dos agricultores familiares entrevistados, mediante a participação na Fast. Além disso, conforme destacado pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (2006), o tipo de comercialização desenvolvido pela feira agroecológica permite uma relação direta entre agricultor e consumidor.

Os relatórios do Centro Sabiá apontam que os agricultores passaram a se relacionar melhor com outros grupos, seja de consumidores, seja de agricultores de outras localidades. Os consumidores, por sua vez, passaram a ser mais receptivos à ideia de consumir produtos provenientes da agricultura familiar de base agroecológica.

4.7 A Extensão Rural Governamental e institucionalizada: A atuação do Instituto Agrônomo de Pernambuco entre os agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde

No Estado de Pernambuco, os serviços oficiais de Extensão Rural são de responsabilidade do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). A unidade municipal do IPA (ANEXO C), em Santa Cruz da Baixa Verde, conta com um técnico extensionista e possui cadastro de 729 famílias de agricultores.

Do universo dos agricultores envolvidos no processo de transição agroecológica do município de Santa Cruz da Baixa Verde, apenas dois associados da Adessu afirmaram

receber a visita do técnico extensionista 1, ligado ao IPA. O agricultor H, um dos beneficiados com os serviços de Ater Governamental, reconhece que, além da assessoria da Adessu e do Centro Sabiá, recebeu também a orientação e acompanhamento do IPA. Por outro lado, este mesmo agricultor destaca que não existe regularidade nas visitas das organizações envolvidas com os serviços de Ater do município, como já sublinhado por outros agricultores e revelado neste trabalho. Além de se referir à baixa regularidade das visitas do técnico do IPA, o agricultor H ainda chama a atenção para a falta de conhecimento desses técnicos no campo das práticas agrícolas:

Eu recebo assistência técnica do IPA, da Adessu e do Sabiá, mas não é com frequência que isso acontece. Vez ou outra eles aparecem. Além disso, eu noto que os extensionistas sabem muito pouco sobre as práticas, quando eles vêm para a minha propriedade, eles aprendem comigo. Ficam perguntando um monte de coisa, sobre as minhas práticas (AGRICULTOR H, 2011).

O agricultor F, que recentemente recebeu a visita do técnico extensionista 1, não compartilha das mesmas ideias do agricultor H e considera que ocorreu um avanço nos serviços de Ater do município. Esse agricultor, embora não desconheça a falta de regularidade das visitas, faz a seguinte afirmação:

Eu acho que melhorou a atenção do IPA com os agricultores. Não é nada pontual, mas hoje existe uma agenda semanal para muitos agricultores da região (AGRICULTOR F, 2011).

Por outro lado, identifica-se naqueles agricultores que não foram beneficiados pelos serviços de Ater Governamental, uma carga de decepção ainda muito presente em seus discursos. A agricultora I, por exemplo, referindo-se ao apoio recebido apenas pela Adessu, durante o processo de transição agroecológica desenvolvido em sua propriedade, observa:

Com relação aos serviços de Ater, eu recebi toda a assistência da Adessu. Infelizmente, minha família não foi contemplada com o serviço de extensão rural Governamental (AGRICULTORA I, 2011).

A agricultora D também afirma sentir-se negligenciada pelos serviços ofertados pelo IPA, ao comentar: “O IPA frequenta a região próxima a minha propriedade, porém não presta nenhuma assistência técnica na minha plantação.” Para o agricultor B, essa ausência dos serviços de Ater Governamental junto aos agricultores da Adessu justifica-se “porque o IPA

participa mais de projetos com agricultores que fazem parte de associações menores,” sugerindo ainda a importância de uma participação coletiva, envolvendo organizações do município, a exemplo do IPA e o Centro Sabiá, de modo que as instituições pudessem se inteirar mais das necessidades dos agricultores.

O técnico extensionista 1, por sua vez, reconhece a dificuldade que existe para atender de forma regular o contingente de agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde, justificando a escassez de técnico – apenas um ante um grande universo de famílias. O técnico também lembra que, embora tenha sido contratado em trabalho temporário outro técnico extensionista, essa contratação não serviu para compartilhar a responsabilidade dos serviços de Ater junto aos agricultores, na medida em que se destinou exclusivamente à prestação de assistência a agricultores ligados ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).

Um modo encontrado para minimizar a falta de regularidade das visitas junto aos agricultores foi a realização de atividades coletivas (ANEXO D), expressas em dias de campo, reuniões, treinamentos e realização de eventos especiais, como, por exemplo, a Semana do Meio Ambiente, onde foram realizadas as seguintes atividades: dia especial para a fruticultura, curso de manejo e conservação do solo, palestras sobre a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Pais), associativismo, revitalização da cana-de-açúcar, doenças infecciosas na pecuária leiteira, oficina sobre segurança alimentar, treinamento em horta familiar, além de palestra sobre a Agroecologia (ANEXO E).

No que diz respeito especificamente ao processo de transição agroecológica, o técnico extensionista 1 afirma que “os princípios da Agroecologia encontram-se na maioria dos projetos e programas desenvolvidos pelo escritório do IPA em Santa Cruz da Baixa Verde.” Isto porque, para o técnico, as diretrizes presentes na Pnater “estão implícitas em todas as ações voltadas para os agricultores familiares do município.” O técnico, inclusive, durante as entrevistas, destacou a importância da transição agroecológica dentro dos propósitos da Pnater:

A transição é uma etapa importante, por se tratar do período em que os agricultores quebram paradigmas no seu cotidiano e, ao mesmo tempo, começam a obter resultados concretos, nos aspectos socioambientais (TÉCNICO EXTENSIONISTA 1, 2011).

O processo de acompanhamento da transição agroecológica junto às famílias, de acordo com o técnico, é feito por meio de visitas e reuniões para se comparar o que

efetivamente mudou no cotidiano das famílias, após a adoção da Agroecologia, seja em termos sociais, ambientais, culturais e econômicos.

Dentre os avanços e dificuldades encontradas no processo de transição agroecológica do município de Santa Cruz da Baixa Verde, o técnico extensionista 1 do IPA destaca, de forma resumida e semelhante ao técnico extensionista do Centro Sabiá, os seguintes pontos:

Com relação aos avanços, aumentou a qualidade de vida das famílias envolvidas no projeto; o acréscimo de agricultores querendo participar do projeto; o incentivo na ampliação das ações direcionadas para a Agroecologia [...] Entre as dificuldades, os principais problemas são a resistência das famílias gerada por aspectos culturais e a espera por parte dos agricultores por resultados e retorno econômico imediato (TÉCNICO EXTENSIONISTA 1, 2011).

A partir da análise da realidade empírica no que diz respeito aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural realizados no município de Santa Cruz da Baixa Verde, no âmbito da experiência de transição agroecológica vivenciada por alguns agricultores familiares do município, observa-se que muitos dos elementos analisados nesta pesquisa se aproximam do último significado da Extensão Rural levantado por Callou (2007a) em sua obra *Extensão Rural: Polisssemia e Memória*, particularmente no que se refere à relação entre Agroecologia e agricultura familiar presente no objetivo geral da Pnater.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar o processo de transição dos sistemas de produção convencionais para os sistemas agroecológicos, o presente trabalho buscou entender como vem se dando o processo entre os agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, em Pernambuco. Foram avaliadas aqui algumas questões, tais como: as motivações iniciais que deram origem à transição agroecológica, as dificuldades e conquistas vivenciadas pelo grupo, bem como os projetos que orientam as suas ações.

No Brasil, a Agroecologia tem se instituído como uma política de Extensão Rural voltada para o fortalecimento da agricultura familiar que ganhou relevância após a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), em 2004. A Pnater, ao reconhecer a importância da agricultura familiar para o País, reforça o papel do Estado na consolidação desse segmento, ao mesmo tempo em que rompe com os modelos clássico e difusionista e nos pressupostos da Revolução Verde. Ao fazer isso, a Extensão Rural brasileira se reformula, adquirindo, na concepção de Callou (2007a), mais um novo significado. Admite-se assim, que, ao se voltar para a relação entre agricultura familiar e Agroecologia, a Extensão Rural introduziu elementos novos capazes de favorecer o desenvolvimento das populações rurais menos favorecidas (PIRES, 2005).

A ênfase atribuída pela Pnater à importância da agricultura familiar vem, na verdade, reforçar um reconhecimento já destacado em torno dessa categoria, especialmente a partir dos anos 1990, seja pelo meio acadêmico, seja pelas ações do governo, ganhando notoriedade com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no ano de 1999, e com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no ano de 1996. O Pronaf, através das suas diversas linhas de crédito, vem sendo reconhecido como uma possibilidade de fortalecer as atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, integrando-o melhor à cadeia produtiva.

São razões que, de certa forma, tendem a minimizar o esquecimento histórico em torno da agricultura familiar que, como aqui já sublinhado, fez com que esse segmento, no Brasil, tenha ocupado um lugar subalterno no âmbito das políticas públicas (WANDERLEY, 2001a).

De fato, como já discutido neste trabalho, a Agroecologia surgiu no cenário rural em contraposição aos modelos excludentes de agricultura, particularmente a partir da comprovação dos graves problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais provocados pela Revolução Verde às populações rurais menos favorecidas.

A busca por novos modelos de agricultura, que trabalhassem dentro dos princípios da sustentabilidade, fez com que a Agroecologia, enquanto ciência e campo de conhecimento de natureza multidisciplinar, surgisse como uma referência conceitual metodológica e uma alternativa para o enfrentamento da crise agrária que emergia nas sociedades contemporâneas. É a partir dessa perspectiva e tendo como referência a realidade empírica dos agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, que serão retomados e destacados alguns pontos:

1) Quanto às motivações para a adoção da transição agroecológica:

Os dados empíricos revelaram que os principais motivos que levaram os agricultores familiares do município estudado a passar por um processo de transição agroecológica, ainda na década de 1990, estão intimamente relacionados aos fatores negativos provocados pela Revolução Verde no meio rural brasileiro. Tais fatores motivaram os agricultores do município e suas entidades representativas a adotar um novo modelo de agricultura, pautado em bases ecológicas, envolvendo atividades agrícolas que gerassem renda e preservassem os recursos naturais ali disponíveis.

Entretanto, ainda que se reconheça que as preocupações dos agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde girassem em torno do caráter predatório da agricultura convencional e dos custos excessivos dos insumos a ela relacionados, constatou-se que as ações do grupo pesquisado moviam-se também em torno de questões ligadas à saúde e ao bem-estar do produtor e de sua família e, principalmente, em torno da preocupação com a possibilidade de garantir maior rendimento econômico permitido por um mercado em rápido crescimento.

Figura 3 – Esquema das motivações para a realização da transição agroecológica do grupo pesquisado:



Foi possível também constatar, a partir da discussão teórica e da realidade vivenciada no município de Santa Cruz da Baixa Verde, que a transição agroecológica requer soluções específicas para cada região e propriedade, considerando que cada agroecossistema e cada agricultor possuem características particulares – quanto ao tamanho da propriedade, das culturas produzidas, do número de pessoas da família envolvidas, do nível de capitalização e da capacidade de investimento – que precisam ser considerados. O que, por conseguinte, exige serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) especializados, e pautados em novas bases teórico-metodológicas. Ao mesmo tempo, observa-se que a transição agroecológica, como alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar, necessita de relevante apoio, tanto interno como externo, das diversas organizações e instituições voltadas para o desenvolvimento rural.

2) Quanto às dificuldades para a realização do processo de transição agroecológica

As principais dificuldades encontradas em relação ao processo de transição agroecológica desenvolvido no município de Santa Cruz da Baixa Verde serão aqui retomadas a partir de dois pontos de vista: o dos técnicos extensionistas e o dos agricultores familiares.

Para os agricultores entrevistados, os problemas relacionados a pragas e doenças em suas plantações (antes, durante e depois do processo de transição agroecológica) ainda representam uma dificuldade de difícil solução.²⁸ A melhoria do aproveitamento produtivo de algumas das culturas também constitui uma das dificuldades elencadas. Todavia, há o reconhecimento de que os manejos utilizados no âmbito da Agroecologia vêm constituindo uma alternativa eficaz para minimizar as perdas.

Entretanto, como salientaram os agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde, as maiores dificuldades enfrentadas no processo de transição agroecológica ainda estão relacionadas a questões, como a falta de crédito e incentivos para a realização da transição agroecológica, o que, na opinião deles, vem comprometendo o desempenho econômico-produtivo da agricultura de base ecológica. Tal dado reforça a ideia de que a disponibilidade de crédito e de incentivos, independentemente do modelo de agricultura adotado, constitui uma ferramenta de fundamental importância para a implantação e manutenção dos sistemas agrários, inclusive na busca de alternativas para o controle e manejo de pragas e doenças.

O que se observou, no entanto, foi que a burocracia para a liberação de créditos continua sendo o principal entrave para um bom desempenho da agricultura familiar. Isso porque, é importante ressaltar, muitos dos agricultores que recorrem à liberação de créditos, para subsidiar sua plantação de base ecológica, não se enquadram no perfil estipulado dos agricultores com condições de serem beneficiados pelo acesso ao crédito.

No caso dos agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde, a dificuldade em acessar o crédito está intimamente ligada ao fato de que parte da renda dessas famílias não é proveniente essencialmente da agricultura, haja vista que alguns dos membros dessas famílias desenvolvem outras atividades econômicas que não são necessariamente agrícolas.

Significa, noutros termos, afirmar que é o fato de se constituírem como famílias pluriativas, isto é, por combinarem atividades agrícolas com outras formas de ocupação não necessariamente agrícolas (SCHNEIDER et al., 2006, p.139), que lhes tem impedido de acessar alguma das linhas de crédito do Pronaf. O fato é que a renda das famílias é um dos requisitos destacados pelo programa para delimitar seu público beneficiado, como fica estipulado no enunciado a seguir:

²⁸ Em relação ao ataque de pragas e doenças, segundo os agricultores, as principais culturas atingidas foram a rúcula, o brócolis, a graviola e a pinha.

Renda bruta anual do grupo familiar entre 6 mil e 110 mil reais com pelo menos 70% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, ou abaixo de 6 mil reais com pelo menos 30% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento (BRASIL, 2011, p.9).

Esse enquadramento técnico ideológico presente no Pronaf é apontado pelos agricultores como um sério obstáculo na viabilização do processo de transição agroecológica. Tais exigências governamentais têm suscitado, conforme observa Carneiro (2006, p.171), um polêmico debate em torno das preocupações sobre o limite permitido do rendimento não agrícola na renda familiar, de modo a não descaracterizar o produtor como um “verdadeiro agricultor.”

Entretanto, é possível admitir que a pluriatividade vem sendo reconhecida como estratégia de reprodução social na agricultura familiar, pois, conforme discutido na literatura, atualmente, a agricultura familiar representa uma forma estável de organização social, e a pluriatividade seria capaz, de forma versátil e flexível, de contribuir para a manutenção da própria agricultura familiar (ETXEZARRETA et al., 1995 apud SCHNEIDER et al., 2006, p.141).

Assim sendo, como destaca Carneiro (2006, p.168), “é possível supor que a remuneração decorrente de atividades não agrícolas possa aumentar a autonomia do agricultor diante, por exemplo, das agências de crédito.” Isso porque, acrescenta a autora, com a renda obtida nas atividades não agrícolas, o agricultor pode financiar por conta própria os investimentos na sua produção, evitando o endividamento com o sistema creditício e uma possível situação de subordinação (CARNEIRO, 2006).

Ainda em relação às dificuldades enfrentadas pelos agricultores entrevistados, um dado marcante nos discursos está relacionado à presença do atravessador. O fato é que, geralmente, a dificuldade de escoar toda a produção dos integrantes da Associação de Desenvolvimento Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde), via feira ou programas governamentais, vem favorecendo a ação dos atravessadores na compra de parte do excedente. Embora os agricultores não desconheçam que o produto não esteja sendo valorizado à altura de um produto agroecológico, admitem que tal situação tem constituído uma forma de minimizar os custos produtivos, evitando maiores prejuízos.

Ainda a título das dificuldades elencadas pelos agricultores, foi possível constatar que a demanda pelos serviços de Ater no município é maior do que a oferta de tais serviços,

demonstrando que o número de técnicos extensionistas disponíveis nas instituições e organizações atuantes na região não tem conseguido atender com regularidade às famílias agricultoras envolvidas no processo.

Os agricultores também destacam que as organizações não governamentais envolvidas não mantiveram um quadro técnico permanente ao longo dos anos, considerando que o processo de transição agroecológica já existe desde a década de 1990. E que, algumas vezes, os técnicos eram substituídos, gerando uma quebra na relação de confiança junto aos agricultores.

Além disso, alguns agricultores ressaltaram que existe, hoje, um certo distanciamento das organizações envolvidas no monitoramento e assessoria ao processo de transição agroecológica, especialmente na esfera governamental. Há também o reconhecimento de que inexistem um trabalho conjunto das organizações envolvidas com os serviços de Ater de Santa Cruz da Baixa Verde, impedindo, por conseguinte, uma maior amplitude das ações relacionadas à transição agroecológica no âmbito do município.

Sob a ótica dos técnicos extensionistas envolvidos no processo de transição agroecológica do município estudado, a principal alegação foi em relação à resistência cultural que afirmam persistir entre os agricultores envolvidos com a produção de base ecológica. O que, na concepção desses técnicos, constitui o grande impedimento para que a adesão da proposta agroecológica seja incorporada por um número maior de agricultores do município. Para os técnicos, ainda predomina, entre eles, a crença de que o sistema convencional é mais fácil de ser trabalhado e gera mais lucros.

3) Quanto ao perfil dos agricultores

A capacidade de trabalho e a resistência presentes no cotidiano dos agricultores agroecológicos do município de Santa Cruz da Baixa Verde foram dados que se destacaram no curso das investigações. Nesse sentido, foi possível constatar que, mesmo tendo sofrido os efeitos negativos da Revolução Verde – em termos de impactos ambientais e de degradação do solo – e da situação de abandono dos serviços de Extensão Rural, sobretudo no início da década de 1990, período de sua maior crise institucional, os agricultores sócios da Adessu foram capazes de buscar uma alternativa ao modelo excludente prevalecente.

Com efeito, a implementação de um modelo pautado em uma agricultura de base ecológica confirmava a capacidade dessa categoria na busca de soluções capazes de viabilizar a sua reprodução social, ao longo do tempo.

No tocante à heterogeneidade presente na agricultura familiar, também discutida na literatura, foi possível observar, na experiência de Santa Cruz da Baixa Verde, a presença de agricultores com as mais diversas características econômico-produtivas e organizacionais, no que diz respeito aos seguintes itens: a) tamanho das propriedades – que vão de 1 até 22 hectares; b) situação fundiária – variando de proprietário, arrendatário, parceiro, ou ocupante da unidade produtiva;²⁹ c) tipo de assistência técnica recebida;³⁰ d) modalidades de crédito ou financiamento acessadas;³¹ e) frequência de contratação de mão de obra;³² f) o fato de serem ou não filiados a algum sindicato; g) número de membros das famílias envolvidos nas atividades agrícolas e em outras atividades.

Com o intuito de verificar a consistência de tais informações e traçar um perfil dos agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, procedeu-se, com base na análise de dados fornecidos pelos onze agricultores entrevistados nesta pesquisa, à elaboração de tabelas e gráficos, contendo suas principais características econômico-produtivas e organizacionais.

Como constatado, a área média dos estabelecimentos dos agricultores familiares entrevistados (5,45) é muito inferior às áreas médias da região Nordeste (que variam de 13 a 17 hectares),³³ o que reflete as particularidades do processo de transição agroecológica desenvolvido no município de Santa Cruz da Baixa Verde.

²⁹ A respeito da situação fundiária dos onze agricultores entrevistados neste trabalho, todos são proprietários das suas unidades produtivas. Além disso, três deles são também arrendatários de outras propriedades.

³⁰ O tipo de assistência técnica recebido pelos agricultores envolvidos no processo de transição agroecológica é público e gratuito. Na esfera governamental, apenas um agricultor foi contemplado com os serviços de Ater institucional. Os outros dez receberam assistência técnica da Adessu e das organizações não governamentais atuantes no município, o que atualmente vem ocorrendo de forma bastante esporádica.

³¹ De todos os entrevistados, apenas um agricultor atende aos requisitos estabelecidos pelo Pronaf para o acesso a uma de suas linhas de crédito. A renda anual desse agricultor é de 12 mil reais, sendo pelo menos 70% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. Esse levantamento foi feito pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) para liberação do crédito.

³² Cinco dos onze agricultores alegaram contratar mão de obra temporária pelo menos duas vezes ao ano.

³³ Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 e do estudo de Guanzirolí et al. (2001), respectivamente.

Tabela 2 - Área média dos estabelecimentos dos agricultores entrevistados (em hectares):

AGRICULTORES	ÁREA TOTAL DO ESTABELECIMENTO	ÁREA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
A	6	6
B	4	2
C	2	2
D	1	0,5
E	10	5,2
F	3	2
G	1	0,8
H	22	20
I	4	3
J	4	2
K	3	1,5

O tamanho da propriedade é variável entre os agricultores. O agricultor H, por exemplo, que é o único que atende aos requisitos estabelecidos pelo Pronaf, registra a maior área média (22 hectares), e os agricultores D e G as menores (1 hectare).

A renda total por estabelecimento apresenta considerável diferença entre os agricultores familiares, assim como ocorre uma variação na procedência da renda média mensal das famílias.

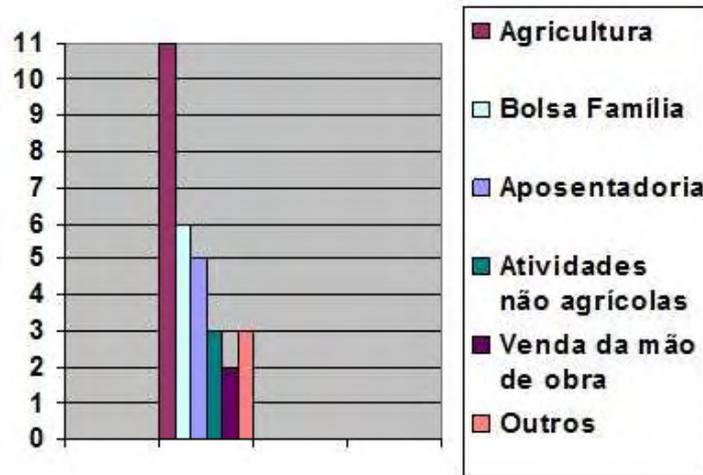
Tabela 3 - Condição em relação à posse da terra, ocupação e renda familiar:

AGRICULTORES	CONDIÇÃO EM RELAÇÃO À POSSE E USO DA TERRA	MEMBROS DA FAMÍLIA	MEMBROS DA FAMÍLIA OCUPADOS NA AGRICULTURA	RENDA TOTAL FAMILIAR POR MÊS (EM R\$)
A	Proprietário/ Arrendatário	5	3	2.000
B	Proprietário	9	4	1.000
C	Proprietário	5	5	3.200
D	Proprietário/ Arrendatário	4	2	600
E	Proprietário	5	2	600
F	Proprietário	5	5	600
G	Proprietário	2	1	800
H	Proprietário	10	6	1.000
I	Proprietário/ Arrendatário	4	4	300
J	Proprietário	4	4	800
K	Proprietário	4	3	600

Entre os agricultores entrevistados, a renda total familiar varia de R\$ 300,00 a R\$ 3.200,00. A renda mais elevada entre os entrevistados é explicada, em especial, pela

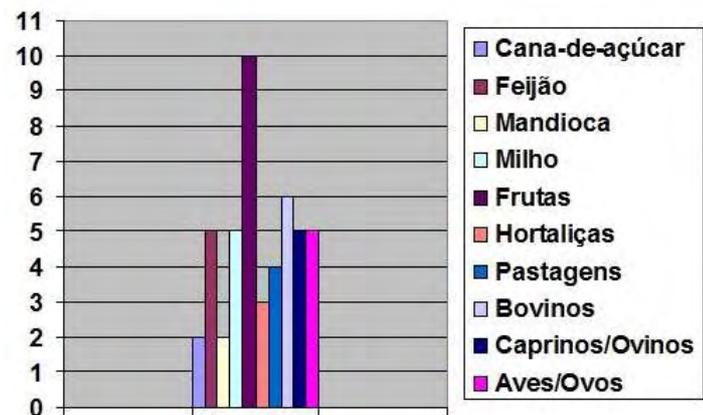
associação das atividades agrícolas com as atividades não agrícolas, já que dois membros da família são funcionários públicos (professora e merendeira) em período parcial. Além disso, a família ainda conta com aposentadoria e pensão entre o seu rendimento mensal.

Figura 4 - Procedência da renda familiar dos onze agricultores entrevistados:



Como demonstra o gráfico a seguir, a produção, em ordem de importância, entre os agricultores entrevistados, é composta de: frutas, bovinos, feijão, milho, caprinos/ovinos, aves/ovos, pastagens, hortaliças, cana-de-açúcar e mandioca.

Figura 5 - Participação de produtos agropecuários na renda familiar dos onze agricultores entrevistados:



O tipo de produção bem como as quantidades produzidas variam de importância entre os agricultores. Deve-se levar em conta que o peso da venda de produtos, através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para os programas governamentais, influencia muito a dinâmica produtiva de cada agricultor, determinando um maior ou menor rendimento do estabelecimento familiar. Com efeito, a participação nessa política de Governo vem estimulando uma produção crescente de frutas pelo sistema agroecológico entre os produtores. Prova disso está no fato de se poder assegurar uma produção de mais de 10 mil quilos de frutas por ano, com preços superiores aos do mercado.³⁴

São questões que definem, em última instância, a dinâmica de reprodução social das famílias. Entretanto, apesar da pluralidade dos casos observados, permanece a forte presença da relação entre propriedade, trabalho e família entre os agricultores de Santa Cruz da Baixa Verde.

4) Quanto aos impactos da adoção agroecológica na vida dos agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde

O acompanhamento do processo de transição agroecológica das propriedades rurais no município de Santa Cruz da Baixa Verde permitiu constatar algumas mudanças expressivas que ocorreram na unidade familiar. Dentre elas, destaca-se a inclusão de mulheres e jovens em todo o processo produtivo desenvolvido, repercutindo numa nova divisão do trabalho, com implicações sobre a dinâmica organizacional e produtiva da atividade familiar.

No caso em questão, a inclusão de jovens e mulheres se fez presente desde o início da produção, ainda no plantio, chegando até a comercialização dos produtos, nas feiras agroecológicas. Constatou-se, também, que ocorreu, no grupo pesquisado, uma maior valorização do autoconsumo familiar, decorrente da conscientização em torno da importância atribuída aos alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos.

Os impactos também se fizeram presentes em termos do aumento do poder de consumo. Segundo os relatos dos entrevistados, a adoção da Agroecologia, quando comparada ao tempo em que estiveram envolvidos com a agricultura tradicional, permitiu a geração de um capital para aquisição de bens de consumo, a exemplo de eletrodomésticos, eletrônicos, motocicletas e até automóveis.

³⁴ As frutas produzidas pelos agricultores entrevistados são: banana, manga, goiaba, caju, acerola, graviola, pitanga, laranja, limão, abacate, cajá, pitomba, pinha e jaca.

Além disso, foi possível observar algumas mudanças no cotidiano dos agricultores familiares, a partir do processo de transição agroecológica. A desobrigação da compra de insumos no comércio possibilitou a permanência das pessoas por mais tempo nas propriedades.

Tal fenômeno foi identificado pelos agricultores como um benefício ocasionado pela transição agroecológica, ao alegarem que, agora, muitos dos produtos necessários para o manejo agroecológico podem ser obtidos dentro das suas próprias propriedades e que o tempo antes despendido com deslocamentos pode ser agora incorporado à atividade produtiva. Associada a isso está também a redução significativa dos custos da produção.

A permanência por mais tempo no campo e a incorporação dos jovens na atividade produtiva agroecológica parecem trazer implicações sobre a dinâmica migratória, na medida em que, pelo menos em nível da verbalização dos jovens entrevistados, o abandono do campo não vem fazendo parte dos seus interesses.

Também foi possível constatar no âmbito desta pesquisa que o processo de transição agroecológica vem permitindo a oportunidade de os agricultores participarem de intercâmbios e reuniões em outros municípios e em outros Estados do Nordeste.

Também são habitualmente realizados eventos especiais e de confraternizações em datas comemorativas, organizadas pelos agricultores e pelas instituições envolvidas no processo de transição agroecológica do município, permitindo que os agricultores possam interagir com diferentes atores sociais.

Por fim, pelo que podemos observar até o momento, o processo de transição agroecológica desenvolvido por agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde envolve muitas facetas e desdobramentos. Ainda que se reconheça que a Agroecologia está trazendo consideráveis contribuições para o fortalecimento da agricultura familiar, como sugere o título deste trabalho, evidenciam-se, na experiência em apreço, alguns fatores que necessitam ser apreciados de forma mais cautelosa.

Pois, ainda que se admita que a transição agroecológica venha, no caso estudado, trazendo repercussões importantes em termos sociais, econômicos, ambientais e culturais para a vida do conjunto das pessoas daquele município, parece evidente, contudo, que a Agroecologia, por si só, não é capaz de promover o desenvolvimento rural. Há que estar conectada a outras condições, como o acesso à terra, aos mercados, capacidade de inovação,

serviços de assistência técnica e extensão rural, disponibilidade de crédito, organização associativa dos produtores, entre outros fatores.

Tais constatações nos levam a considerar que a Agroecologia, dissociada de outros elementos importantes para a agricultura familiar e para o meio rural, não encontraria as condições necessárias para a sua expansão. A importância atribuída a essa questão deverá mover investigações futuras.

Foi possível constatar a importância decisiva do papel da Adessu junto aos agricultores familiares do município, sem a qual, os agricultores dificilmente poderiam viabilizar o seu negócio com base na Agroecologia.

Contudo, considera-se que, no caso em questão, ao confrontarmos os limites e potencialidades do processo de transição agroecológica, os aspectos positivos sobressaem-se nessa experiência, seja em termos de aumento da renda, preservação ambiental, criação de espaços de comercialização por meio das feiras agroecológicas e participação nos programas governamentais de aquisição de produtos. O que, por conseguinte, representa elementos importantes para se pensar o desenvolvimento rural sustentável.

Finalmente, como já sublinhado neste trabalho, a conversão produtiva é um processo que requer um saber próprio relacionado à produção agroecológica e a todo um procedimento de implementação de um processo produtivo em novas bases teórico-metodológicas, o que, por conseguinte, não lhe confere um caráter simples e de fácil execução. Razão pela qual, não se processa longe de entraves e de conflitos. Este é um dos motivos que justificam uma adoção gradual por parte dos agricultores.

Além da necessidade de apropriação de um saber atrelado ao manejo agroecológico, a adesão à transição agroecológica se apoia também numa forte motivação por parte dos agricultores em realizá-la. Motivação esta que pode estar associada às mais variadas questões, como o desejo de manter a propriedade livre de produtos químicos e de insumos externos ou até a busca de maiores rendimentos econômicos.

Seja por uma razão ou por outra, constata-se, entre os agricultores entrevistados, uma preocupação permanente em garantir a reprodução da unidade familiar pautada numa melhor qualidade de vida, em que se evidencia a presença de valores socioeconômicos, mas também o resgate de valores de cunho cultural e ambiental.

Apesar de admitirmos que, enquanto estudo de caso, a experiência de transição agroecológica desenvolvida no município de Santa Cruz da Baixa Verde não nos permite uma

generalização mais ampla dos resultados, reconhecemos que os limites e potencialidades observados no caso em questão poderão trazer subsídios importantes para a análise de outras experiências do mesmo gênero, no meio rural.

REFERÊNCIAS

- ADESSU BAIXA VERDE. Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde. **Agricultura familiar, agroflorestação e organização de agricultores e agricultoras.** In: Agroecologia em rede; Recife, 2003. Disponível em: <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=89>>. Acesso em: 03 jan. 2011.
- ALMEIDA, Jalcione. **Pesquisa agrícola, agricultura familiar e sustentabilidade.** In: Centro Nacional de Pesquisa de Trigo, Embrapa, Passo Fundo, 1997.
- ALMEIDA, Jalcione. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado.** Ensaios FEE, v. 24, n. 2. 2003. p. 1-26.
- ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável.** In: Jalcione Almeida e Zander Navarro (Org.). Reconstruindo a agricultura: idéias ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009a.
- ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia e movimentos sociais no sul do Brasil.** 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b.
- ALTIERI, Miguel. **Una Perspectiva Agroecológica para Orientar los Programas de Educación de Postgrado en Economía Agrícola y Desarrollo Rural en la América Latina del siglo XXI.** In: ROMANO, Jorge; WESSEL, Eykman (Org.). La Postgraduación en Economía y Políticas Agrícolas y Desarrollo Rural: currícula y perfil profesional. Rio de Janeiro: REDCAPA: EDUR, 1996.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALTIERI, Miguel; MASERA, Omar. **Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima.** In: Jalcione Almeida e Zander Navarro (Org.). Reconstruindo a agricultura: idéias ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ANDRADE, Luciano Pires de; SILVA, Adelson dos Santos; GRANJA, Vitor Hugo Gonçalves; ANDRADE, Horasa Maria Lima da Silva. **Agroindústria Familiar: Um potencial de desenvolvimento econômico na Serra da Baixa Verde.** In: Revista Brasileira de Agroecologia, v. 4, n. 2. 2009.
- BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C. **Agroecologia: Além de uma Ciência, um Modo de Vida e uma Política Pública.** Trabalho apresentado no V Simpósio Latino-americano sobre Investigação e Extensão em Pesquisa Agropecuária - IESA. V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção - SBSP. 2002. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/01.pdf>>. Acesso em 30 mai. 2009.
- BALESTRO, Moisés Villamil; SAUER, Sérgio. **A diversidade do rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate.** In: Sérgio Sauer e Moisés Villamil Balestro (Org.). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. São Paulo: Expressão popular, 2009.

BARBOSA, Antonio Gomes. **Encontros e desencontros da extensão rural brasileira na construção coletiva de conhecimentos e saberes**. In: Suzi Huff Theodoro, Laura Goulart Duarte, João Nildo Viana (Org.). *Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável*, Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BIANCHINI, Valter. **Políticas públicas para a agricultura familiar**. In: Luiz Conti, Marcelino Pies, Rene Ceconello (Org.). *Agricultura Familiar: Caminhos e transições*. Passo Fundo: IFIBE, 2006.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S.. **Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar**. In: In: CAZELLA, Ademir A., BONNAL, Philippe e MALUF, Renato S. (Org.). *Agricultura Familiar: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação rural**. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

BRASIL. MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília, 2004a.

BRASIL. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, Secretaria da Agricultura Familiar, 2004b.

BRASIL. MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Agroecologia: Base Científica para uma Agricultura Sustentável**. Cartilha do DATER/ SAF / MDA. Brasília, [entre 2003 e 2008].

BRASIL. MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Lei de Ater Nº 12.188/2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e na Reforma Agrária – PRONATER**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. DF, 2010. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/institucional/navaleideater>> Acesso em: 10 jan. 2011.

BRASIL. MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produto orgânico ficou mais fácil identificar**. 2010. Disponível em: <<http://www.prefiraorganicos.com.br/agrorganica>>. Acesso em: 01 jun 2011.

BRASIL. **Lei Nº 4. 504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências**. Diário Oficial da República do Brasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

BRASIL. **Lei Nº 8. 629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária**. Diário Oficial da República do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm>. Acesso em: 19 jun. 2011.

BRASIL. **Lei Nº 10. 831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.prefiraorganicos.com.br/agrorganica/legislacaonacional.aspx?search=Portugues>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

BRASIL. **Lei Nº 11. 326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 10 jan. 2011.

BRASIL. **Cartilha de acesso ao PRONAF: Saiba como obter crédito para a agricultura familiar.** SEBRAE/ SAF/ MDA. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Diagnóstico do município de Santa Cruz da Baixa Verde.** Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea Estado de Pernambuco. Recife, 2005.

BRITO, J. L. S.; PRUDENTE, T. D.. **Mapeamento do uso da terra e cobertura vegetal no município de Uberlândia - MG, utilizando imagens CCD/CBERS 2.** Caminhos da Geografia, v. 13, 2005.

BROCH, Alberto; TORTELLI, Altemir; STÉDILE, João Pedro. **A Agroecologia e os movimentos sociais do campo.** In: Paulo Petersen (Org). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

BUAINAIN, Antônio Márcio (Coord.) et al. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos.** Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2007.

BURG, Inês. **A construção do conhecimento em Agroecologia: uma abordagem a partir da experiência do Sudoeste paranaense.** In: Paulo Emílio Lovato e Wilson Schmidt (Org.). Agroecologia e sustentabilidade no meio rural: experiências e reflexos de agentes de desenvolvimento local. Chapecó: Argos, 2006.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão Rural: polissemia e memória.** Recife: Bagaço, 2007a.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão Rural no Brasil: da modernização ao desenvolvimento local.** In: Unicorp. Sherbroke, Irecus. V. 5, n. 1. 2007b.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUK SANTOS, Maria Salett. **Políticas públicas e associativismo agrícola no Nordeste do Brasil.** In: Revista uniRcoop. V. 6, n. 1. 2008.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; OLIVEIRA, Jackson Alano de. **A Agroecologia e as agroflorestas no contexto de uma agricultura sustentável.** In: Adilson Francelino Alves, Beatriz Rodrigues Corrijo e Luciano Zanetti Pessôa Candiotto (Org.). Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo: Expressão popular, 2008.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: DF, 2006. Disponível em: <<http://agroecologia.pbworks.com/f/Agroecologia++Novo+Paradigma+EXt+rural+agroeco.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007a.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007b.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Política nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados**. In: Jorge Tavares de Lima e Ladjane Ramos (Org.). Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus, 2006.

CAPORAL, Francisco. **A redescoberta da Assistência Técnica e Extensão Rural e a implementação da PNATER: nova âncora para a viabilização de acesso a políticas de fortalecimento da agricultura familiar**. Brasília: MDA, 2008.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. In: Sérgio Sauer e Moisés Villamil Balestro (Org.). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. São Paulo: Expressão popular, 2009a.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Apresentação**. In: Suzi Huff Theodoro, Laura Goulart Duarte, João Nildo Viana (Org.). Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável, Rio de Janeiro: Garamond, 2009b.

CARNEIRO, M. J. **Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas**. In: Luiz F. de Carvalho Costa, Roberto J. Moreira e Regina Bruno (Org.). Mundo Rural e Tempo Presente. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 325-344.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, Renato S. **Introdução**. In: Maria José Carneiro e Renato S. Maluf (Org.). Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARNEIRO, M. J. **Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica**. In: Sergio Schneider (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

CARNEIRO, M. J. **Em que consiste o familiar da agricultura familiar?**. In: Luiz Flávio de Carvalho Costa, Georges Flexor, Raimundo Santos (org.). Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. **Globalização e Agricultura: Processos sociais e perspectivas teóricas**. Estudos de Sociologia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 1(2), p.105-119, 1995.

CAZELLA, Ademir A., BONNAL, Philippe e MALUF, Renato S. **Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial**. In: CAZELLA, Ademir A., BONNAL, Philippe e MALUF, Renato S. (Org.). Agricultura Familiar: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009a.

CAZELLA, Ademir A., BONNAL, Philippe e MALUF, Renato S. **Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e enfoque da pesquisa**. In: CAZELLA, Ademir A., BONNAL, Philippe e MALUF, Renato S. (Org.). Agricultura Familiar: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009b.

CAZELLA, Ademir A., BONNAL, Philippe e MALUF, Renato S. **Multifuncionalidade da agricultura familiar e território: avanços e desafios para a conjunção de enfoques**. In: CAZELLA, Ademir A., BONNAL, Philippe e MALUF, Renato S. (Org.). Agricultura

Familiar: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009c.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **Espaço agroecológico do bairro das Graças/Recife**. In: Marco Antônio Bezerra Figueiredo; Jorge Roberto Tavares de Lima (Org.). Agroecologia: conceitos e experiências. Recife: Bagaço, 2006.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **O Sabiá**. [entre 2003 e 2010]. Disponível em: <<http://www.centrosabia.org.br>>. Acesso em: 20 out. 2010.

CENTRO DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL. **CECOR apostando no Semi-Árido**. [entre 2003 e 2010]. Disponível em: <<http://www.cecor.org.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2011.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências sociais e humanas**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COSTABEBER, José Antônio. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, Universidad de Córdoba, 1998 (Tesis Doctoral).

COSTABEBER, José Antônio. **Documentos referenciais dos eventos de Agroecologia realizados no Rio Grande do Sul (1999-2003)**. In: João Carlos Canuto e José Antônio Costabeber (Org.). Agroecologia: conquistando a soberania alimentar. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar; Pelotas : Embrapa Clima Temperado, 2004.

COSTABEBER, J. A; MOYANO E. E. **Transição Agroecológica e Ação Social Coletiva**. In: Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. v.1, n.4, p.50-60; out.dez/2000. Disponível em: <www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/28.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2010.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002.

DESLANDES, Suely Ferreira. **A construção do projeto de pesquisa**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FARREL, John G.; ALTIERI, Miguel A.. **Sistemas Agroflorestais**. In: Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Miguel Altieri. Guaíba: Agropecuária, 2002.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da educação do campo**. In: Mônica Castagna Molina e Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (Org.). Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. Coleção Por uma Educação no Campo, n. 5, Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

FLORES, Murilo. **Assistência técnica e agricultura familiar**. In: Dalmo Marcelo de Albuquerque Lima e John Wilkinson (Org.). Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil: Um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FONTE, E. M. M. **As políticas de desenvolvimento rural no Brasil a partir de 1930.** In: Parry Scott, Rosineide Cordeiro (Org.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas.* Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006. 331 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FROEHLICH, J. M.; CHIEZA, E.D.; DULLIUS, P. R.; PIETRZACKA, Rogério; SLUZSS, Thaisy. **Multifuncionalidade do Espaço rural na Região Central do Rio Grande do Sul: Análise Exploratória.** Trabalho apresentado no XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GLIESSMAN, S. R.. **Agroecologia: processos produtivos em agricultura sustentável.** 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

GLIESSMAN, S. R.; GUADARRAMA, Carlos. **Qué es Agricultura Sostenible? Agroecologia y Agroecosistemas en una Epoca Cambiante.** In: Marco Antônio Bezerra Figueiredo; Jorge Roberto Tavares de Lima (Org.). *Agroecologia: conceitos e experiências.* Recife: Bagaço, 2006.

GOMES DE ALMEIDA, Sílvio. **Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro.** In: Paulo Petersen (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.* Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

GOMES, João Carlos Costa. **Ciência Agroecológica e sua aplicação na conquista da soberania alimentar.** In: João Carlos Canuto e José Antônio Costabeber (Org.). *Agroecologia: conquistando a soberania alimentar.* Porto Alegre: Emater/RS-Ascar; Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar.** 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social?** In: Jalcione Almeida e Zander Navarro (Org.). *Reconstruindo a agricultura: idéias ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.* 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUTERREZ, Ivani. **Agroecologia militante: Contribuições de Enio Gutierrez.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. **Agroecologia: Limites e perspectivas.** In: Adilson Francelino Alves, Beatriz Rodrigues Corrijo e Luciano Zanetti Pessôa Candiottto (Org.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia.* São Paulo: Expressão popular, 2008.

HOMEM DE MELO, F. **A Liberalização Comercial e a Agricultura Familiar no Brasil.** Departamento de Economia da FEA-USP (monografia). 2001.

IBD. Instituto Biodinâmico. 2011. **Selos IBD/Certificação**. Disponível em: <http://www.ibd.com.br/Certificacao_Default.aspx?codigo=certif>. Acesso em: Abr. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006/ Agricultura Familiar: primeiros resultados**. 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010/ Dados: Pernambuco**. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=26>. Acesso em: 20 nov. 2010.

IPA. Instituto Agrônomo de Pernambuco. **Apresentação**. [entre 2003 e 2011]. Disponível em: <http://www.ipa.br/extensao_apresentacao.php>. Acesso em: 16 jan. 2011.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001. 348p.

KREUTZ, Ivar José; PINHEIRO, Sergio Leite Guimarães; CAZELLA, Ademir A.. **A construção de novas atribuições para a Assistência Técnica e Extensão Rural: a mediação com reconhecimento da identidade**. In: Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XII, Jan – Dez de 2005. Disponível em: <www.ufsm.br/extensaorural/art2ed12.pdf>. Acesso em: 14 out. 2010.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

MALAGODI, Edgard. **O sindicato rural e seus parceiros: notas sobre um processo de mudanças**. In: Maria de Nazareth Baudel Wanderley (Org.). Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de estudos rurais do IFCH – UNICAMP, 2004.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise agrária contemporânea**. Tradução: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NAVARRO, Zander. **A agricultura familiar no Brasil: Entre a política e as transformações da vida econômica**. In: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho e Zander Navarro (Org.). A Agricultura Brasileira: desempenhos, desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2010.

PETERSEN, Paulo; DAL SOGLIO, Fábio Kessler; CAPORAL, Francisco Roberto. **A construção de uma Ciência a serviço do campesinato**. In: Paulo Petersen (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PICINATTO, A. C.. **Agroecologia no Paraná: Evolução e desafios**. In: Adilson Francelino Alves, Beatriz Rodrigues Corrijo e Luciano Zanetti Pessoa Candiotto (Org.). Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo: Expressão popular, 2008.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; DIESEL, Vivien. **Agricultura familiar no Norte do Rio Grande do Sul: A cooperação como estratégia de resistência à proletarianização do**

município de Constantina. In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Produção. Aracaju, Sergipe, 2004.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **A (re)significação da extensão rural a partir da ótica de inclusão: a via cooperativa em debate.** In: Jorge Roberto Tavares de Lima et al. (Org.). Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável. 2. ed. Recife: Bagaço, 2005.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; AMORIM, João batista; ALBUQUERQUE, Pedro, A. T. S.; JUSTE, Yasmina P. Victor. **Cooperativismo, agricultura familiar e redes sociais na reconfiguração dos espaços rurais.** In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia: Consensos e Controvérsias. Rio de Janeiro, 2009.

PLOEG, J. D. Van der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa.** In: Paulo Petersen (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

RIBEIRO, Sílvia. **Elementos para elaboração sobre o papel das ONGs na agricultura sustentável.** In: In: Jalcione Almeida e Zander Navarro (Org.). Reconstruindo a agricultura: idéias ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

RIOS, Gilvando Sá Leitão; Carvalho, Daniela Moreira de. **Associações de agricultores familiares como estruturas de ensaio pré-cooperativas.** Economia Solidária e Ação Cooperativa. Julho/Dezembro, 2007.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALDANHA, João Carlos; ANTONGIOVANNI, Lídia; SCARIM, Paulo Cesar. **Diálogos entre a multifuncionalidade da agricultura familiar e os projetos coletivos de educação do campo e da agroecologia no Norte do Espírito Santo.** In: CAZELLA, Ademir A., BONNAL, Philippe e MALUF, Renato S. (Org). Agricultura Familiar: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

SAQUET, Adriano Arriel. **Reflexões sobre a agroecologia no Brasil.** In: Adilson Francelino Alves, Beatriz Rodrigues Corrijo e Luciano Zanetti Pessoa Candioto (Org.). Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo: Expressão popular, 2008.

SCHENKEL, Matilde das Graças Soares; COSTABEBER, José Antônio; SILVEIRA, Paulo Roberto da; SCHENKEL, Cladecir Alberto. **Entendendo a transição do “convencional” ao “agroecológico” em grupos de agricultores no Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho.** In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistema de Produção. Aracaju, Sergipe: 2004.

SCHMIDT, Wilson. **Conversão à agricultura orgânica e multifuncionalidade: o caso das Encostas da Serra Geral (SC).** In: In: Maria José Carneiro e Renato S. Maluf (Org.). Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

SCHMITT, C. J. . **Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira.** In: Sérgio Sauer e Moisés Villamil Balestro (Org.). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. São Paulo: Expressão popular, 2009.

SCHMITTZ, H.; MOTA, D. M.. **Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos.** In: SCHMITTZ, H. (Org.). Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa. São Paulo: Ananablume, 2010.

SCHNEIDER, Sergio. **A Agricultura Familiar em uma época de transformações: A pluriatividade como estratégia familiar de reprodução social.** Trabalho apresentado no X Congresso Mundial de Sociologia e XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, realizado no Rio de Janeiro, ago. 2000.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso.** In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). Desenvolvimento Rural - Tendências e debates Contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, Sergio; CONTERATO, Marcelo Antonio; KOPPE, Leonardo Renner; CASTILHO E SILVA, Carolina. **A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul.** In: Sergio Schneider (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir; MATTEI, Lauro F. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** In: Sergio Schneider; Marcelo Kunrath Silva; Paulo E. Moruzzi Marques. (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 21-50.

SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** Tradução literal de Ênio Guterres e Horacio Martins de Carvalho. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro de. **Metodologias de pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** São Paulo: Atlas 2003.

SILVEIRA, P.R.; NEUMANN, P. S.; VELLA, H. A. G.; LAGO, A.; OLIVEIRA, A. E.; PELEGRINI, G. **A diversidade do associativismo na região do Corede-Centro/RS e sua importância para o desenvolvimento regional.** Trabalho apresentado no XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1999. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/>> Acesso em 15 jan. 2011.

SILVEIRA, L. B.; NEUMANN, P. S.; SANTOS, V. F. **Pluriatividade na Agricultura Familiar, as Diferentes Visões Teóricas.** Trabalho apresentado no VI Encontro - Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção 2004. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/>> Acesso em 15 abr. 2010.

TAVARES, Jorge e FIGUEIREDO, Marcos. **A extensão rural e o desenvolvimento local.** In: Jorge Roberto Tavares de Lima et al. (Org.). Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável. 2. ed. Recife: Bagaço, 2005.

TAVARES, Jorge e FIGUEIREDO, Marcos. **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável.** In: Jorge Roberto Tavares de Lima, Marco Antônio Bezerra Figueiredo (Org.). Extensão Rural, desafios e novos tempos: Agroecologia e Sustentabilidade. Recife: Bagaço, 2006a.

TAVARES, Jorge e FIGUEIREDO, Marcos. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável.** In: Jorge Roberto Tavares de Lima, Marco Antônio Bezerra Figueiredo (Org.). Extensão Rural, desafios e novos tempos: Agroecologia e Sustentabilidade. Recife: Bagaço, 2006b.

TELLES, Liliam. **Agricultura urbana agroecológica: tecendo a história da ação da rede em Belo Horizonte (MG)**. In: Suzi Huff Theodoro, Laura Goulart Duarte, João Nildo Viana (Org.). Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável, Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

THEODORO, Suzi Huff; DUARTE, Laura Goulart; ROCHA, Eduardo Lyra. **Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável**. In: Suzi Huff Theodoro, Laura Goulart Duarte, João Nildo Viana (Org.). Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável, Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

TONNEAU, Jean-Philippe. **Desenvolvimento rural sustentável: novo paradigma ou velhas questões**. In: Maria de Nazareth Baudel Wanderley (Org.). Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de estudos rurais do IFCH – UNICAMP, 2004.

VENTURA, M. M. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. Revista SOCERJ: Rio de Janeiro, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, (UFRRJ), 15, p. 87-145, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: João Carlos Tedesco (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 2001a.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. In: ¿Una nueva ruralidad em América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001b. ISBN: 950-9231-58-4 Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2009.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009a.

WANDERLEY, M. N. B. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro**. In: Paulo Petersen (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009b.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

WOLF, E. R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro. Zahar editores. 1970.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.